

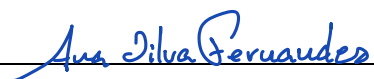
DECLÍNIO DO CENTRO HISTÓRICO DE MOÇÂMEDES (ANGOLA): RECOMENDAÇÕES PARA ESTRATÉGIA DE REGENERAÇÃO URBANA

DOMILDE COSTA KUENHE POMBAL

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de
MESTRE EM PLANEAMENTO E PROJETO URBANO



Orientador: Professor Teresa Manuel Almeida Calix Augusto



Orientador: Professora Doutora Ana Silva Fernandes

JULHO DE 2021

Tel. +351-22-508 1901

✉ mppu@fe.up.pt

Editado por

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-508 1440

✉ feup@fe.up.pt

🌐 <http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado em Planeamento e Projecto Urbano - 2020/2021 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Faculdade de Arquitectura Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2021.*

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respetivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão eletrónica fornecida pelo respetivo Autor.

A Deus e a minha família

*“Planeamento urbano não garante a felicidade. Mas mau planeamento
urbano definitivamente impede a felicidade”*

Jan Gehl

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de realizar esse Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano, que tem revelado ser de grande valia no auxílio das minhas atividades laborais, bem como na profissão em geral. Tive a oportunidade de conhecer profissionais comprometidos com a ciência, aos quais deixo o meu reconhecimento.

Às professoras Doutoras Teresa Calix, e Ana Fernandes, orientadora e coorientadora, deixo a minha gratidão pelo acompanhamento, dedicação, e persistência em melhorar este trabalho.

Ao corpo docente da Universidade do Porto, em especial aos professores do Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano, pelos conhecimentos transmitidos durante esses dois anos.

Aos meus amigos e colegas que juntos partilhamos conhecimentos, pela amizade companheirismo durante esse período.

Aos meus pais, irmãos e familiares no geral, pelo apoio, incentivo e conforto durante esses anos.

À Joana Pombal, minha esposa, companheira de todos os momentos, pela ajuda, compreensão e entendimento pela ausência e falta de tempo durante esse período, bem como pela motivação e incentivo que me proporcionou.

RESUMO

Os centros urbanos das cidades angolanas têm suscitado maior atenção nos últimos anos devido à evidência do esvaziamento e degradação, no entanto, a centralização de políticas no setor do planeamento urbano tem dificultado a realização e implementação de políticas locais. Aliado a isso, faltam iniciativas criativas que possam dar respostas face ao declínio vivido nessas zonas centrais. É nessa perspetiva que se realiza esta reflexão, com o objetivo de deixar algumas recomendações para a estratégia de regeneração urbana do centro histórico de Moçâmedes (Namibe).

É apresentada uma breve análise teórica a partir das literaturas sobre declínio em áreas centrais, bem como sobre a regeneração destas mesmas áreas da cidade. Faz-se também, uma leitura comparada de casos semelhantes de políticas de regeneração urbana em vários contextos, e por último, realizaram-se entrevistas e inquéritos aos decisores locais e ao cidadão comum no contexto em estudo. Com a sua realização, foi possível perceber que as pessoas perderam o encanto pelo centro histórico de Moçâmedes, em virtude do declínio que vem se assistindo nos últimos anos, e que a sua regeneração urbana será fundamental para o seu levantar, bem como para o rebuscar da história e da cultura de uma cidade.

Ainda que com algumas limitações, deixam-se as bases para o surgimento de outras pesquisas ligadas ao mesmo assunto. Também foram deixadas algumas contribuições para a Administração Municipal de Moçâmedes e para o Governo Provincial do Namibe contraporem ao declínio vivido na zona central da cidade, através de políticas de regeneração urbana integradas.

PALAVRA CHAVE: Declínio Urbano, Centro Histórico, Regeneração urbana em centro histórico, Angola, Moçâmedes.

ABSTRACT

The urban centers of Angolan cities have drawn greater attention in recent years; the centralization of policies in the urban sector coupled with the lack of creative initiatives that can respond to the decline experienced in these central areas have made it difficult to carry out and implement local policies. It is in this perspective that this reflection is conducted, as we look at the specific case of Moçâmedes (Namibe), we aim to analyze the importance of urban regeneration as a way of learning from the history and culture of a city with a declining urban center. Through a bibliographic study on the decline, as well as on the regeneration of the central zone, a theoretical analysis was done. This analysis was associated with comparative case studies of urban regeneration policies in various contexts. At last, local decision-makers and citizens engaged in our survey. This inquiry brought to light the fact that the people of Moçâmedes have lost the enchantment for their historic center due to the decline they have been witnessing in the last years. Urban regeneration will be fundamental for its rise, as well as for the rediscovery of its history and culture. Still, with some limitations, we set the bases for the emergence of other researches related to the same subject. Additionally, some contributions were also made to the Municipal Administration of Moçâmedes and the Provincial Government of Namibe, encouraging the use of policies of integrative urban regeneration to counteract the decline experienced in the central area of the city.

KEYWORDS: Urban Decline, Historic Center, Urban regeneration in historic center, Angola, Moçâmedes.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	V
INTRODUÇÃO	1
1.1. ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	1
1.2. OBJETIVO	2
1.3. PROBLEMÁTICA	2
1.4. METODOLOGIA	2
DECLÍNIO DOS CENTROS HISTÓRICOS	4
2.1. TRANSFORMAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS	4
2.2. DECLÍNIO DE CENTROS HISTÓRICOS	5
2.3. CAUSAS DO DECLÍNIO	9
REGENERAÇÃO URBANA	11
3.1. REGENERAÇÃO URBANA: CONCEITO E EVOLUÇÃO	11
3.2. REGENERAÇÃO URBANA EM DIFERENTES CONTEXTOS	18
3.3. PROJECTO DE INTERVENÇÃO E VANTAGENS DA REGENERAÇÃO URBANA	21
ESTUDO DE CASO: CIDADE DE MOÇÂMEDES	27
4.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE MOÇÂMEDES	27
4.2. O SUDOESTE DE ANGOLA	29
4.3. MOÇÂMEDES	30
4.3.1. DESENVOLVIMENTO RECENTE	37
4.3.2. EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DA CIDADE DE MOÇÂMEDES	37
4.4. SISTEMA VIÁRIO ESTRUTURANTE	41
4.5. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INTERVENÇÃO	43
4.5.1. SISTEMA VIÁRIO LOCAL (ÁREA DE ESTUDO)	46
4.5.2. CARATERIZAÇÃO DOS QUARTEIRÕES (ÁREA DE ESTUDO)	47
4.5.3. CARATERIZAÇÃO DOS LOTES EDIFICADOS E NÃO EDIFICADOS DA ÁREA DE ESTUDO ..	48
4.5.4. USO DO SOLO DA ÁREA DE ESTUDO	48
4.6. IMÓVEIS COM RELEVANTE VALOR HISTÓRICO E CULTURA, E ESTADO AVANÇADO DE DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	54
4.7 CARACTERIZAÇÃO DE IMÓVEIS COM VALOR CULTURAL E EM ESTADO AVANÇADO DE DEGRADAÇÃO	55

4.7.1. ZONA 01 – FORTALEZA DE SÃO FERNANDO	55
4.7.2. ZONA 02 – EDIFÍCIO DO BANCO DE ANGOLA	58
4.7.3. ZONA 03 – RESIDÊNCIA DO PRIMEIRO MÉDICO CIRURGIÃO DE MOÇÂMEDES	61
4.7.4. ZONA 04 – FÁBRICA ÁFRICA	64
4.7.5. ZONA 05 – CINE ESTÚDIO NAMIBE (OVNI).....	66
4.8. INQUÉRITO	69
4.9. RESULTADOS	69
ANÁLISE DOS RESULTADOS	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	78
6.2. RECOMENDAÇÕES	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXOS	85

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Primeira fase do desenvolvimento do trabalho.....	3
Figura 2:segunda fase do desenvolvimento do trabalho.	3
Figura 3 - Evolução cronológica de conceitos.	13
Figura 4 - Esquema Conceitual da Regeneração Urbana.	14
Figura 5 - Representação da regeneração urbana.	15
Figura 6 -Delimitação da zona de intervenção, eixo Mouzinho/Fores	21
Figura 7 - Delimitação da zona de intervenção, eixo Mouzinho/Fores	22
Figura 8 - Delimitação da zona de intervenção, eixo Mouzinho/Fores	23
Figura 9 - Delimitação da zona de intervenção, eixo Mouzinho/Fores	23
Figura 10 -Representação do comércio existente antes do ano de 2009, no eixo Mouzinho/Fores...	24
Figura 11 - Representação do comércio existente em 2019, no eixo Mouzinho/Fores	24
Figura 12 - Representação do comércio existente em 2019, no eixo Mouzinho/Fores	25
Figura 13 - Mapa de Angola	27
Figura 14 - Mapa. Triângulo Geopolítico Colonial, Angola, Portugal e Brasil	29
Figura 15 - Mapa do município de Moçâmedes no contexto do mundo, país e província.	30
Figura 16 - Mapa dos bairros que circundam o centro histórico de Moçâmedes.....	31
Figura 17 - Edital: Colonos que quisessem se estabelecer em Moçâmedes em 1884	33
Figura 18 - Cidade de Moçâmedes em 1960	36
Figura 19 - Planta de Moçâmedes em 1938.....	37
Figura 20 - Mancha urbana em 1880 (a negro, com a mancha atual a cinza).....	38
Figura 21 - Mancha urbana em 1930 (a negro, com a mancha atual a cinza).....	38
Figura 22 - Mancha urbana em 1975 (a negro, com a mancha atual a cinza).....	39
Figura 23 - Mancha urbana em 2001 (a negro, com a mancha atual a cinza).....	39
Figura 24 - Mancha urbana em 2010 (a negro, com a mancha atual a cinza).....	40
Figura 25 - Mancha urbana em 2020	41
Figura 26 - Mapa das principais vias estruturantes	42
Figura 27 - Mapa da delimitação da zona de estudo.	43
Figura 28 - Avenida Eduardo Mondlane (Jardim Milionário).	44

Figura 29 - - Avenida Eduardo Mondlane (Jardim Milionário).	44
Figura 30 - Avenida marginal.	45
Figura 31 - Mapa da hierarquia de vias da zona de estudo.	46
Figura 32 - Mapa dos quarteirões edificados e não edificados da zona de estudo.	47
Figura 33 - Mapa dos lotes edificados e não edificados da zona de estudo.	48
Figura 34 - Mapa do uso do solo da zona de estudo.	49
Figura 35 -Mapa dos quarteirões da zona de estudo, que serão adiante descritos	49
Figura 36 - Fotografia do quarteirão do Banco de Angola.	50
Figura 37 - Fotografia do quarteirão do Banco de Angola.	50
Figura 38 - Fotografia do quarteirão do ao Banco de Angola e a sua envolvente.	51
Figura 39 - Fotografia do quarteirão adjacente ao Banco de Angola	51
Figura 40 - Fotografia de pontos de alguns pontos da zona central	52
Figura 41 - Praça da Facada	52
Figura 42 - Jardim Milionário, década de 60	53
Figura 43 - Jardim Milionário, 202	53
Figura 44 - Fotografia das problemáticas do centro histórico de Moçâmedes	53
Figura 45 - Mapa dos imóveis com valor cultural e em estado avançado de degradação	54
Figura 46 - Mapa e fotografia da Fortaleza São Fernando	55
Figura 47 - Fotografia aérea da Fortaleza São Fernando	56
Figura 48 - Mapa e fotos da Fortaleza São Fernando.....	56
Figura 49 - Imagem da Fortaleza, vista da Avenida Eduardo Mondlane	57
Figura 50 - Imagem da Fortaleza, Fortaleza vista a partir do oceano	57
Figura 51 - Mapa e fotografia do Banco de Angola - Sucursal Moçâmedes	59
Figura 52 - Mapa e fotografia do Banco de Angola - Sucursal Moçâmedes	59
Figura 53 - Fotografia do Banco de Angola, a partir da Av. Mondlane.....	60
Figura 54 - Alçado principal do Banco de Angola	60
Figura 55 - Quarteirão do Banco de Angola - antiga residência do gerente do Banco.....	61
Figura 56 - Mapa e fotografia da residência do primeiro médico cirurgião de Moçâmedes.....	62

Figura 57 - Fotografia do alçado principal da residência	62
Figura 58 - Residência do Dr. Lapa e Faro (antigamente)	63
Figura 59 - Residência do Dr. Lapa e Faro (atualmente)	63
Figura 60 - Residência do Dr. Lapa e Faro	63
Figura 61 - Mapa e fotografia das edificações anexas ao Porto Comercial do Namibe	64
Figura 62 - fotografia das edificações anexas ao Porto Comercial do Namibe	65
Figura 63 - Mapa perspetiva da Ex-Fábrica África	65
Figura 64 - Ex-Fábrica África	65
Figura 65 - Mapa e fotografia da edificação do Cine Estúdio Namibe	66
Figura 66 - Fotografia da edificação do Cine Estúdio Namibe	67
Figura 67 - Mapa e fotografia da edificação do Cine Estúdio Namibe	67
Figura 68 - Implantação. do Cine Estúdio.....	68
Figura 69 - Perspetiva do Cine Estúdio	68
Figura 70 - Isometria e fotografia do interior do Cine Estúdio.....	69
Figura 71 - Gráfico que representa os géneros dos inquiridos	70
Figura 72 - Gráfico que representa a faixa etária	70
Figura 73 - Gráfico que representa a escolaridade dos inquiridos	71
Figura 74 - Gráfico que representa a intenção de intervenção no centro histórico de Moçâmedes ..	71
Figura 75 - Gráfico que representa o tipo de intervenção no centro histórico de Moçâmedes	72
Figura 76 - Gráfico que representa a ocupação dos inquiridos	72
Figura 77 - Gráfico que representa a localização do trabalho	73
Figura 78 - Gráfico que representa o rendimento familiar	73

ÍNDICE DE QUADROS (OU TABELAS)

Quadro 1- Fatores de exteriorização da degradação	8
Quadro 2 - Custos do Declínio Urbano	9
Quadro 3 - Evolução da Regeneração Urbana.....	17
Quadro 4 - Regeneração urbana na França, Reino Unido e Alemanha.....	19
Quadro 5 - Ficha Técnica da Fortaleza de São Fernando.....	55
Quadro 6 - Ficha Técnica do Quarteirão do Edifício Banco de Angola	58
Quadro 7 - Ficha Técnica da Residência do primeiro médico cirurgião de Moçâmedes	61
Quadro 8 - Ficha Técnica da Ex-Fábrica África	64
Quadro 9 - Ficha Técnica do Cine Estúdio Namibe	66
Quadro 10 - Salário mínimo por setores em Angola.....	73

SÍMBOLOS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

BFA - Banco de Fomento Angola

PIB - Produto Interno Bruto

BCI – Banco de Comércio e Indústria

DGOTDU - Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

CEICA - Centro de Estudo e Investigação Científica de Arquitetura (Universidade Lusíadas de Angola)

GPIEST - Gabinete Provincial de Infraestrutura e Serviços Técnicos do Governo provincial do Namibe

GPN – Governo Provincial do Namibe

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

BNA – Banco Nacional de Angola

1

INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A presente dissertação reconhece que a regeneração urbana é um fator decisivo para o reavivamento funcional de uma cidade, sobretudo no caso específico da zona central. Para maximizar os esforços, é necessário formular uma estratégia fiável e robusta, assente num conjunto de princípios e objetivos que justifiquem a intervenção e o investimento (Moreiras 2019, p. 13).

Ao longo dos anos, as cidades têm evidenciado ciclos de crescimento e perda de população, bem como mudanças socioeconómicas, que têm sido alvo de estudo por muitos pesquisadores do espaço urbano como Couch, Sykes e Bo (2011). A partir dos anos 80 do século XX, esse tema foi muito discutido, e várias cidades em declínio têm usado a sua criatividade e inovação para debelar essa problemática.

Para o desenvolvimento desse trabalho, foi escolhido o centro histórico de Moçâmedes como área de estudo, por estar em declínio já há alguns anos, e ser um local com relevante valor histórico, cultural e artístico. Além disso, não existem ainda, políticas de regeneração urbana para essa área. Assim, o que impulsionou este trabalho foram as problemáticas levantadas, e a inexistência de um plano ou de perspectivas temporais para reversão da situação do centro histórico de Moçâmedes.

De acordo o Relatório Técnico do GPIEST (Gabinete Provincial de Infraestrutura e Serviços Técnicos do Governo provincial do Namibe 2021), existem cadastrados no centro histórico de Moçâmedes noventa e oito quarterões e imóveis em mau estado de conservação, dos quais quatro com elevado nível de insalubridade e duas ruínas, agregado à falta de recursos para desocupar e realojar os ocupantes dos mesmos. Isto tem ocasionado várias patologias de origem sanitária (malária, paludismo, febre tifoide), risco de desabamento dos edifícios pelo elevado nível de degradação e corrosão das estruturas, desvalorização dessa área, aumentando o nível de marginalização e a fraca atração do turismo numa altura em que Angola quer ser menos dependente do petróleo, apostando na diversificação da economia e depois de ter eleito a província do Namibe como local piloto para o desenvolvimento desse setor.

Nessa perspetiva, diante dos problemas mencionados, percebe-se a necessidade de avaliar o declínio e sugerir recomendações para estratégia de regeneração urbana no centro histórico de Moçâmedes.

Portanto, a partir do caso de estudo referido indaga-se que importância a regeneração urbana representa para rebuscar a história e a cultura de uma cidade com centro urbano em declínio?

Sendo esta a questão que determina, o objetivo geral da presente pesquisa, foram delineados os seguintes objetivos específicos para o seu desenvolvimento: compreender o fenómeno centro histórico em declínio; conceituar a regeneração urbana; analisar os pressupostos e as experiências da regeneração urbana como forma de rebuscar a história e cultura de uma cidade com centro urbano em declínio.

Parte-se da hipótese que as estratégias de regeneração urbana, quando aplicadas na íntegra, considerando as dimensões, físicas, económicas, sociais e ambientais, incita o interesse na vivência, na história e na cultura de uma área, contribuindo para a sua revitalização.

1.2. OBJETIVO

O desenvolvimento desta dissertação tem como objetivo analisar a importância da regeneração urbana de uma cidade com centro urbano em declínio – o caso de Moçâmedes (Angola). Desta forma, vai se verificar as causas e origem do declínio no centro histórico de Moçâmedes, bem como sugerir recomendações para estratégia de regeneração urbana.

Para contrapor esse fenómeno, vai se analisar e conceituar as políticas de regeneração urbana duradouras, para relançar as atividades económicas e sociais da área, a fim de despertar o interesse na história e na cultura da cidade.

1.3. PROBLEMÁTICA

Uma cidade em estado de degradação física, social, ambiental e económica, é um local atrativo e propício para a proliferação de doenças, delinquências e marginalização. Isso distancia visitantes, e causa desinteresse em vivenciar a história e a cultura aos residentes.

1.4. METODOLOGIA

Com o objetivo de responder à hipótese desta tese e responder os objetivos estabelecidos, este trabalho realiza uma revisão conceitual por meio de pesquisas bibliográficas e teóricas relacionadas com os principais objetivos da pesquisa tendo como enfoque teórico: o declínio do centro histórico e a renovação urbana.

Este trabalho contempla uma vertente teórica e uma vertente prática, apresentando numa revisão conceitual e os fundamentos que suportam esta dissertação, após a qual avalia casos com comparação dos respetivos contextos.

O método de tratamento das questões teóricas decorrerá da pesquisa, da leitura e da análise de bibliografias relacionadas com tópicos gerais. Relativamente ao centro histórico de Moçâmedes, a bibliografia permite estabelecer um suporte conceitual e a caracterização do espaço urbano, ao nível físico, social, económico e ambiental. O trabalho explorou ainda os conceitos de centro histórico, património históricos cultural, renovação urbana, reabilitação urbana, revitalização urbana, requalificação urbana. Ainda nesse contexto, retrata a evolução da cidade e as problemáticas que foram surgindo ao longo dos anos.

Na primeira fase a dissertação obedeceu à pesquisa e revisão da literatura, pesquisa dos indicadores e estudo da regeneração urbana comparando com outros contextos, conforme o esquema abaixo:

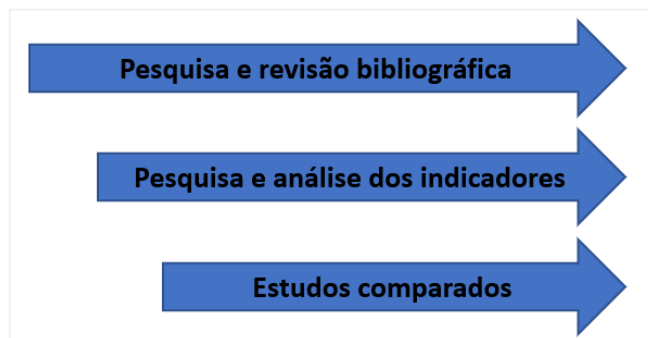


Figura 1: Primeira fase do desenvolvimento do trabalho

Fonte: Elaborado pelo autor

Na segunda fase obedeceu à realização do inquérito e entrevistas, contextualização do centro histórico de Moçâmedes, análise dos resultados e considerações finais, conforme o esquema abaixo:

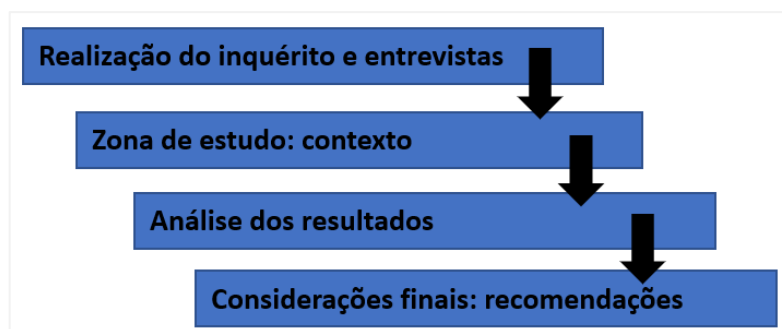


Figura 2:segunda fase do desenvolvimento do trabalho.

Fonte: Elaborado pelo autor

Esta dissertação, realiza-se com base numa pesquisa de finalidade básica estratégica, objetivo descritivo e exploratório, sob o método hipotético-dedutivo, com abordagem qualitativa e realizada com procedimentos bibliográficos, documentais e levantamento.

2

DECLÍNIO DOS CENTROS HISTÓRICOS

2.1. TRANSFORMAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS

As cidades são entendidas como organismo vivo em constante mutação, onde as pessoas vivem e desenvolvem as suas diversas atividades. São vistas como local onde as pessoas se encontram para conviverem, desenvolverem as suas atividades económicas, divertirem-se e relaxar, conforme o prefácio de Richard Rogers, no livro *Cidade para Pessoas* de Jan Gehl (2013, p.XI)¹.

Conforme relato de vários autores, a origem das cidades está diretamente ligada com a prática de atividades de subsistência e de comércio, no caso específico, a prática da agricultura. Segundo Carlos, o ser humano deixa de ser nómada, desde o momento que começa a exercer a atividade agrícola, e com isso os primeiros passos foram dados para a constituição das cidades. O segundo impulso para o surgimento das cidades deu-se com o domínio de técnicas menos rudimentares e a produção de excedentes agrícolas, sendo que naquele momento poderia o homem praticar outras atividades que não a de plantar (Carlos, 2009, p. 58 e 59).

Durante muitos anos, o sul de Angola, nomeadamente as províncias do Namibe, Huíla, Cuando Cubango e Cunene, tem sofrido com a seca, a falta de rios efêmeros e rios permanentes tem levado a várias famílias a deslocarem-se de um local para o outro. No caso concreto da província do Namibe, o povo Mucubal² é considerado até os dias de hoje como seminómada, pelo fato de nunca se estabelecer num único local, pelo fato da seca. Isso justifica a falta de cidades em algumas zonas com população na província do Namibe, e que remete a justa reflexão sobre a teoria defendida por Carlos, quando faz referência de o homem deixa de ser nómada quando exerce uma atividade duradoura numa localidade.

¹[...] As cidades também podem ser lidas as ruas, os caminhos para pedestres, a praça e o parque são a gramática da cidade, e fornecem a estrutura que permite às cidades nascerem, desenvolverem e coabitar com as diversas atividades.

² Grupo étnico seminómada da província do Namibe, no sul de Angola, que se dedica à pastorícia. [acesso em 27 de maio de 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/mucubal>.

Braudel, citado por Carlos (2009, p.59), defende que: “as cidades nascem da mais antiga e da mais revolucionária das divisões do trabalho: campo de um lado, atividades urbanas do outro. A posição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie³ à civilização, do regime de tribo ao Estado, da localização pontual e dispersa à nação”.

Por outro lado, é importante frisar que as cidades tiveram o seu ponto de partida em locais estratégicos, pensados em função das condições de defesa e segurança contra inimigos, e em zonas com condições para o desenvolvimento das atividades humanas.

As cidades, ao longo do tempo, passam por processos cíclicos de transformação, desde o seu surgimento, crescimentos, desenvolvimento, estagnação e declínio. Esses fenómenos decorrentes da dinâmica crescente da população por um lado, e do declínio de determinadas áreas ou funções, por outro, corresponde ao processo natural de evolução das cidades, sendo definido como a teoria do ciclo da vida urbana, conforme descreve Abu-Lughod et al. (1976), citado por Moraes (2019, p. 5). Essa mesma teoria, segundo o autor, compreende a **urbanização** como a concentração das atividades e da população em zonas mais centralizadas; a **suburbanização** como saída da população das zonas centrais para a periferia; e a **desurbanização** como fase da disseminação dos serviços por todo território, e consequentemente a desocupação das zonas centrais. Essas teorias não são baseadas em dados científicos universais, logo, o processo deve ser analisado caso a caso, dependendo sempre da adaptação e do tamanho da cidade, conforme defendem, Capello e Faggian (2012), citados por Moraes (2019, p.6).

Refletir sobre esses conceitos é muito importante para se entender o processo de transformação da cidade e consequentemente dos centros históricos ao longo dos anos, desde a sua origem ao seu declínio. Desta maneira, o processo torna-se mais conhecido para uma eventual intervenção de regeneração dessas zonas em declínio.

2.2. DECLÍNIO DE CENTROS HISTÓRICOS

De acordo com o Vocabulário do Ordenamento do Território (DGOTDU - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano), centro histórico é o “*polo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização*”. (DGOTDU 1994)

Segundo Rémy e Voyé (2004, p.92), citado por Sebastião (2010, p.20), o centro histórico é a área “em que as funções se sobrepõem e sobretudo o lugar em que se desenrolam as atividades vistas como sendo particularmente importantes, aquelas que se situam ao nível hierárquico mais elevado”, para além de ser “o lugar simbólico por excelência, o da história e da memória coletiva”.

Essas áreas são vistas como o local mais importante da cidade: [...] nele concentram-se as funções urbanas mais importantes, como o poder público, administrativo e civil (Marques, 2013).

³Termo utilizado a pessoas não civilizadas. [acesso em 27 de maio de 2021 Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/B%C3%A1rbaros>.].

Os problemas de origem económica e social, nomeadamente a desigualdade social, a inflação, o baixo poder de compra, são na sua maioria causados por declínio económico. Manter a estabilidade económica, garantindo o emprego e o poder de compra dos cidadãos, é crucial para o desenvolvimento urbano de uma cidade (Lang, 2005, p.2).

Após o entendimento conceitual do centro histórico, e para melhor enquadramento teórico do que este trabalho se propõe apresentar em relação ao assunto, é importante entender o conceito de “declínio”, que significa declinar, decadência, ruína⁴, etc. A intenção é olhar o conceito de declínio nas dimensões física, económica, social, ambiental e cultural, uma vez que engloba todo o espaço construído, rua, edificação, largos, praças, população, vivências e a história da cidade.

De acordo com Medhurst, Lewis (1969, p.2), citado por Lang, (2005, p.2), o termo declínio no contexto do desenvolvimento urbano é usado para descrever mudanças indesejáveis, como perda de empregos acompanhada de desemprego crescente, exclusão social, decadência física e agravamento das condições de vida. Na década de 1960, algumas cidades europeias vivenciaram o declínio físico e social, devido à perda de emprego decorrente da deslocação de empresas, atividades e população.

O processo de declínio é analisado por vários autores nas suas variadas vertentes, e não apenas observando os indicadores demográficos, assim como defendem Beauregard (1993, p.36) e Lang (2005, p.2): uma cidade com perdas de população e desemprego não é uma certeza de declínio. Porém estes autores chamam atenção que algumas variáveis de combinação desses fatores, como a natureza temporal, a velocidade da perda demográfica, e a não adaptação a esse processo, determinam efeitos que podem levar a um declínio urbano.

Existem várias definições de declínio urbano, mas a maior parte dos autores pesquisados Lang (2005), Moraes (2019), Salgueiros (2005), Cheshire et al (1989), defendem que o mesmo está ligado às questões demográficas (perda de população) e económicas (desemprego).

Outros autores defendem que o termo “declínio urbano” teve a sua origem na Europa através da literatura anglo-saxónica, no período pós-segunda guerra mundial, no século XX, e apresentou diferentes nomenclaturas ao longo dos tempos, como crise urbana, abandono, mudança demográfica, sendo, em 1980, designado também como *shrinkage*⁵, conforme descrevem Haase et al. (2014) e Hoekveld (2014), citados por Moraes (2019, p.7)

Por sua vez, Lang (2005, p.2) faz referência à existência de várias definições e entendimentos sobre o tema, porém defende que no início era apenas utilizado em situações que envolviam indicadores demográficos, como a perda de população de uma determinada zona, ou mesmo no caso de desemprego, que levariam como consequência ao declínio da cidade.

⁴Definição segundo o dicionário de português Léxico.

⁵Encolhimento de um espaço. (Fonte: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/shrinkage>).

Sobre o conceito, Moraes (2019, p.7) define declínio urbano “como uma concentração espacial de problemas sociais, econômicos e ambientais, como altos níveis de desemprego e pobreza, deterioração da moradia e decadência da infraestrutura urbana”. O autor faz referência que o declínio urbano também pode ser analisado no abandono e degradação física das edificações, bem como no aumento da desigualdade social e o crescimento da classe mais desfavorecida nas zonas em declínio. Isso faz com que o autor defenda que esse fenômeno não depende da perda de população, mas sim da transformação socioeconômica e física de uma zona.

A degradação física da cidade é o ponto de maior realce no declínio urbano, por ser tangível, e estar à vista de todos os cidadãos. Por terem vida útil, as edificações devem ser adaptadas aos novos contextos da cidade, (Salgueiro, 2005, p.14):

[...] “As estruturas envelhecem, degradam-se, apresentam-se desadaptadas às necessidades novas, são reconvertidas ou substituídas”

Há outra literatura, defendida por Bradbury, Downs e Small (1982), citados por Moraes (2019, p.7 e 8), defendendo duas vertentes do declínio urbano, sendo a primeira “declínio descritivo”, que tem a ver com o desemprego e a perda de população, e outra é o “declínio funcional” que tem a ver com zonas que não desempenham a sua função social, e que condicionam o bem-estar dos cidadãos. Por outro lado, defendem ainda a redução de população de zonas adensadas como regiões centrais, pode melhorar a qualidade de vida para os que ficam, assim como o aumento populacional em zonas com declínio funcional. A combinação dos dois fatores de perda tende, no entanto, em traduzir-se em declínio territorial.

O declínio numa circunscrição do território está relacionado com o esvaziamento de atividades económicas e consequentemente com a perda de população, que são processos que têm acontecido em várias cidades, e comprovam a contínua mudança da paisagem urbana. Essas mudanças, em parte, resultam no desinvestimento imobiliário nessas zonas, havendo desocupação dos imóveis e, com isso, a redução da circulação de pedestres e a fraca oferta de comércio formal. A redução da função residencial, aliada a pressões do sector imobiliário desencadeiam problemas sociais, e principalmente insegurança nas ruas, (Serdoura, 2012, p.61).

É importante ressaltar que existem especificações e referências de autores aplicadas em frações da cidade, como no caso de “bairros em declínio” Moraes (2019, p.8). Nesse contexto, enquadram-se os conceitos mencionados anteriormente, acrescentando a questão do desinvestimento nessa zona, queda do valor do imóvel, queda dos investimentos, bem como o abandono e desocupação de imóveis.

Quando uma zona histórica da cidade entra em declínio, há grandes probabilidade de haver degradação e abandono das edificações, o que demonstra que o declínio urbano não envolve apenas a perda de população, mas sim, perda de combinações de fatores, o que Beauregard (1993) define por “alienação coletiva”. Lang (2005) reafirma que as características culturais também influenciam mudanças indesejáveis.

O declínio em zonas centrais advém de causas internas e externas, como a não resposta à procura de comércio e serviços, a redução de residentes, a falta de estacionamento ou o congestionamento, que são fatores cruciais para instalação de uma crise nos centros histórico das cidades (Salgueiro, 2005).

Esta análise leva a uma reflexão constante sobre o debate em torno do declínio urbano em geral, e em particular em zonas histórica, onde essas transformações ou mudanças indesejáveis, ocasionadas por diversos fatores combinados quer económicos, físicos, sociais ou culturais, têm sido tema dos estudos de vários autores que analisam tais transformações nas cidades.

O declínio urbano é o resultado de sucessivos processos de descontinuidade face à qualidade do espaço urbano, que tem afetado certas áreas das cidades, que se exteriorizam por meio de fatores combinados de âmbito socio espacial, funcional e económico (Ribeiro 2005, p.18).

Quadro 1- Fatores de exteriorização da degradação

Fonte: (Ribeiro 2005, adaptado pelo autor)

Fatores	Descrição
Económicos	▪ Desemprego duradouro; ▪ Falta de emprego; ▪ Trabalho temporário e precário; ▪ Desigualdade salarial;
Sociodemográficos	▪ Transformação na estrutura familiar; ▪ Desestabilização nas relações familiares; ▪ Pobreza acentuada; ▪ Criminalidade e marginalidade;
Funcionais e espaciais	▪ Efeitos da reestruturação das cidades, que desviam atenções e recursos das suas áreas centrais; ▪ Consequências de algumas políticas públicas de habitação, de transportes ou de localização de serviços públicos que tornam determinadas áreas das cidades monofuncionais; ▪ Políticas públicas orientadas para a promoção da competitividade urbana em detrimento de programas redistributivos.

O declínio é provocado pela combinação desses fatores numa determinada zona da cidade, de difícil inversão, e na maior parte das vezes tem de haver intervenção do Estado para o mitigar. Assim, o declínio urbano traz consigo custos, tanto para a população que trabalha ou reside nessas áreas, que se traduzem em poucas oportunidades para os residentes, e maiores despesas para o Estado.

A desigualdade social, a falta de emprego, a criminalidade e marginalização, congregadas com a falta de investimento, são fatores determinantes para o declínio de uma determinada área da cidade.

Quadro 2 - Custos do Declínio Urbano

Fonte: (Ribeiro 2005, adaptado pelo autor)

Fatores	Descrição
Económicos	▪ Pouca capacidade de atrair iniciativa privada; ▪ Despesas acrescidas para mitigar problemas causados pelo vandalismo e marginalização; ▪ Custos elevados com a regeneração urbana, com enfoque para as despesas relacionadas com o parque habitacional e os problemas ambientais;
Sociais	▪ Redução da população nessas áreas; ▪ População mais carente a nível formativo e educativo; ▪ Infraestruturas degradadas, com enfoque na habitação; ▪ Crescimento da insegurança (por causa da criminalidade e do vandalismo);
Urbano	▪ Despesas suplementares que a população deve fazer para contrapor os efeitos negativos nessas áreas; ▪ Despesas suplementares do Estado, que necessitam ser feitas nessas áreas.

Os encargos financeiros com a regeneração urbana em zonas centrais chegam a ser mais elevados do que em outras zonas pelo fato de exigir sensibilidade acrescida quanto à reabilitação de valores patrimoniais. Os custos do declínio urbano numa determinada área atingem as dimensões económicas, sociais e urbanas, e com isso, acarretam algumas consequências que carecem de recursos elevados e tempo significativo para a sua reversão.

2.3. CAUSAS DO DECLÍNIO

São vários os fatores que determinam o declínio, a maior parte dos autores citados defende que a mudança e declínio urbano são consequências das transformações urbanas, e não as suas causas adjacentes. Várias teorias que procuram explicar estas mudanças urbanas não apresentam o processo complexo, cingem-se a uma visão parcial, enfatizando apenas tendências demográficas e sociais, causadas por fatores económicos em particular (Lang 2005, p.4),

Lang (2005), Wolff e Wiechmann (2018), citados por Moraes (2019, p.10), destacam três fatores principais para o declínio urbano:

- Desindustrialização*: declínio do setor industrial e crescimento do setor de serviços, tendo como consequência o encerramento de fábricas e com isso o desemprego nas cidades; esses processos aconteceram mais em cidades com perfis industriais, pouco desenvolvidas e com população pouco qualificada.
- Globalização*: o autor refere a disponibilidade das pessoas em se deslocarem para outras cidades à procura de emprego e de melhores condições de vida; normalmente as pessoas com baixas qualificações profissionais procuram zonas em declínio por serem mais acessíveis para

moradia considerando as rendas, os preços e o custo de vida no geral, enquanto as com mais qualificações profissionais procuram áreas mais atraentes financeiramente, reforçando em ambos os casos o cenário existente.

c) Suburbanização: esvaziamento de uma determinada zona da cidade, como consequência da saída de serviços e população da mesma.

Hoekveld (2014, p.379) defende que o processo de declínio urbano é consequência das opções humana, em relação à decisão da localização das empresas, habitações e outras atividades. O autor defende ainda que, para melhor entender a razão de um local ser mais ou menos popular que outro, é preciso entender a origem da razão motivacional da decisão migratória, por instituições credíveis e especializadas nesse assunto.

Bradbury et al (1982), citados por Moraes (2019, p.12), faz referência a seis teorias que comprovam a baixa atratividade de alguns municípios em relação aos outros. Para essa análise tiveram como referência os declínios funcional e descritivo:

- a) Teoria da atração negativa: mudança de população bem como da atividade comercial de zonas mais centralizadas para as periferias;
- b) Teoria da fuga de taxas: mudança da população para zonas com taxas públicas mais baixas;
- c) Teoria da atração positiva: mudança da população para zonas com melhor atratividade e emprego;
- d) Teoria do desenvolvimento económico: mudança das novas empresas para as cidades grandes, onde existem clientes com poder de compra;
- e) Teoria das políticas urbanas tendenciosas: políticas urbanas direcionadas por incentivos ou investimentos setoriais, como a construção de habitação em zonas valorizadas, em detrimento de reabilitação e melhoria das habitações em zonas centrais;
- f) Teoria das tendências demográficas: mudança da estrutura demográfica de uma determinada zona, como acontece em situações em que se verifica um alto índice populacional de idosos, que é consequência da redução da população ativa dessa zona;

O declínio urbano é causado por vários fatores, como mencionado acima, mas cada área apresenta sua especificidade e processo de declínio. O mesmo pode ser oriundo por inação das instituições, pela população, ou até mesmo por tendências. É importante ressaltar a existência de outros fenómenos que também estão na origem do declínio urbano, como é o caso específico da degradação física dos imóveis de uma determinada área, bem como a superlotação de uma zona, ocasionando a saturação de toda a infraestrutura da mesma.

3

REGENERAÇÃO URBANA

3.1. REGENERAÇÃO URBANA: CONCEITO E EVOLUÇÃO

As áreas urbanas das cidades sempre se depararam com mudanças, as suas funções e dinâmicas foram-se alterando com o passar do tempo. Os setores político, económico, social e ambiental são fatores preponderantes para criação de desafios e oportunidades nessas áreas.

O fenómeno migratório vivido por várias cidades resultante do acréscimo de pessoas que saíram de áreas rurais à procura de melhor qualidade de vida, ocasionou crescimento exponencial, e com isso, vários desafios sociais e urbanos foram surgindo. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, várias cidades europeias que já se deparavam com o aumento populacional tiveram necessidade de intervir no espaço urbano, como forma de dar resposta à destruição decorrente da guerra. Foi assim que vários projetos de renovação urbana surgiram, substituindo bairros antigos, promovendo o alargamento de vias e o melhoramento das condições sanitárias (Salgueiro, 2005)

Com o passar do tempo as áreas degradadas das cidades têm chamado à atenção pela necessidade de introduzir novas funções. Normalmente, os equipamentos e infraestruturas envelhecidas são oportunidades para uma possível valorização. A lógica da intervenção urbana nestes espaços muda ao longo do tempo. Assim, alguns conceitos surgiram, embora nem todos estejam claramente definidos, mas contêm ideias (teóricas) e sugestões de ações urbanas. E como forma de melhor entendimento do processo de regeneração urbana, é importante abordar alguns desses conceitos que muitas vezes foram entendidos como sinónimos, mas que ao longo do tempo vêm sendo diferenciados com maior clareza:

REABILITAÇÃO URBANA

De acordo com o Vocabulário do Ordenamento do Território (DGOTDU - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, reabilitação urbana é definida como o *“processo de transformação do espaço urbano, compreendendo a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com o objetivo de melhorar as suas condições de uso e habitabilidade, conservando, porém, o seu carácter fundamental”* (DGOTDU 2000, p.153).

O termo “reabilitação urbana” começa a ser usado na década de 60 do século XX. Na altura, tratava-se da intervenção no património histórico, como forma de integrá-lo de forma atrativa na promovendo a consciencialização da população relativamente aos bens históricos e culturais.

Segundo Antunes (2012, p.34), a reabilitação urbana é um processo de integração das zonas antigas da cidade com o contexto atual, considerando que não parte de um sistema sociocultural e económico.

A reabilitação urbana também pode ser entendida como uma forma de intervenção integral na estrutura urbana existente, na qual é mantida a totalidade ou a maior parte do património urbano e imobiliário e modernizado através de projetos de melhorias nos sistemas de infraestruturas.

REQUALIFICAÇÃO URBANA

De acordo a Direção Geral do Ordenamento do Território Urbano (DGOTDU), a requalificação urbana consiste na *“operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, em que a valorização do desempenho funcional do tecido urbano constitui o objetivo primordial da intervenção. A valorização ambiental e a melhoria da qualidade do espaço urbano são normalmente abordadas numa dupla perspetiva: de resolução de problemas ambientais e funcionais, através da criação de fatores que favoreçam a identidade, a habitabilidade, a atratividade e a competitividade das cidades ou áreas urbanas específicas”* (DGOTDU, 2008, p. 67).

De acordo com Magalhães (2000), a requalificação urbana é um processo de intervenção integrada, que visa a valorização ou recuperação de espaços desvalorizados, abrangendo vários elementos da vida da cidade.

O conceito de requalificação urbana inclui mudanças nas características das áreas urbanas desenvolvidas de forma integrada tendo em conta os aspetos económicos, sociais, ambientais e físicos. Ela é, antes de mais, um meio de melhorar as condições de vida da população e promover a construção e a reutilização de equipamentos, infraestruturas e melhoria dos espaços públicos por meio de medidas de vitalidade social e económica. Esta abordagem busca a reintrodução de qualidade urbana e acessibilidade. Sendo muito semelhante à renovação urbana, e também entendida como uma intervenção no espaço urbano, visando a sua transformação inclui ações distintas no espaço urbano, a recuperação de edifícios e a sua remodelação e a qualificação de espaços públicos.

RENOVAÇÃO URBANA

Segundo a Direção Geral do Ordenamento do Território Urbano (DGOTDU), a renovação urbana consiste na *“intervenção sobre o tecido urbano existente em que o património urbanístico e/ou imobiliário é substituído, no seu todo ou em parte muito substancial”* (DGOTDU, 2008, p. 65).

Freire (2016) afirma que a renovação urbana consiste na substituição das edificações e estruturas existentes, ocasionando demolições definidas num plano de operação de infraestruturas.

A renovação urbana é vista como o processo de modificação e em alguns casos de demolição das edificações, e consequentemente a sua substituição por novas construções, com características e tipologias diferentes.

REVITALIZAÇÃO URBANA

O Vocabulário do Ordenamento do Território (DGOTDU) - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, define revitalização urbana como o *“Conjunto de operações destinadas a articular as intervenções pontuais de recuperação dos edifícios existentes em áreas*

degradadas, com as intervenções mais gerais de apoio à reabilitação de estruturas sociais, económicas e culturais locais, visando a consequente melhoria da qualidade devida nessas áreas ou conjuntos urbanos degradados”. (DGOTDU 2008)

Segundo Soares (2006), a revitalização urbana são processos que revitalizam um espaço, com alcance físico, económico e social.

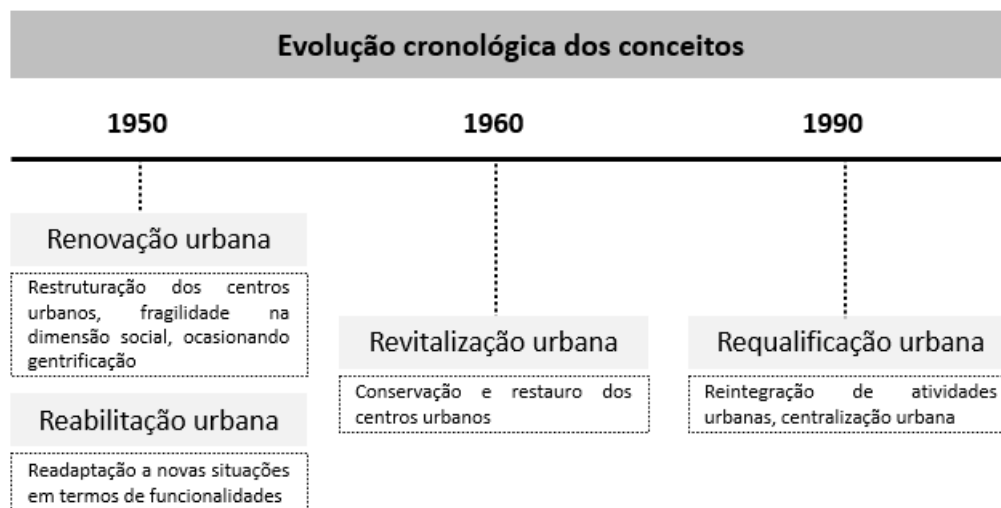


Figura 3 - Evolução cronológica de conceitos.

Fonte: Castilho (2015). Modificado pelo autor

Todos esses conceitos fazem referência à intervenção na cidade, uns de âmbito mais físico, outros integrando mais dimensões, mas todos contribuíram de alguma maneira para o surgimento da “regeneração urbana”, definição mais agregadora e que congrega todos os fatores que melhor respondem aos desafios da cidade e sociedade atual. É nessa base que várias literaturas foram surgindo com diferentes abordagens sobre o tema.

Salgueiros (2005), citado por Cruz (2015), defende que a renovação urbana que no século XX estava em forte ascensão, começou a ser contestada a partir dos anos 1960, momento que começa a ser discutido o processo de Reabilitação Urbana. O conceito de renovação urbana já não seria visto como ideal porque abrangia mais as transformações físicas e pouco as sociais.

De acordo com o “Léxico” Dicionário de Português online, a palavra “regenerar” significa: voltar a gerar; reestruturar; renovar; reconstruir; recuperar-se.

O conceito de regeneração urbana já havia sido utilizado nos Estados Unidos da América, mas é nas décadas de 1970 e 1980 que esse conceito começa a difundir-se pela Europa (França, Reino Unido e Holanda), e surge para se contrapor à renovação urbana, que teria um pendor mais físico (Cruz, 2015, p.7).

De acordo com Lang (2015, p.7), as políticas para lidar com questões ligadas à decadência, transformação ou declínio urbano são chamadas de regeneração urbana, o que implica um conjunto de problemas, potencialidades, estratégias e projetos de âmbito ambiental, social económico e cultural.

A regeneração urbana é uma prática recente, que vem sendo abordada e discutida nos últimos trinta anos, mostrando que a sua definição ainda não está consolidada. O incessante debate, assim como a busca por definições científicas e académicas é essencial para a sua consolidação.

No campo da biologia, “regenerar” significa reconstruir tecidos danificados, com base na sua reposição por meio de tecidos preexistentes. É nessa vertente biológica, e após analogia, que Couch et al (2003) argumentam que a regeneração urbana corresponde a políticas públicas urbanas relacionadas com a retoma das atividades económicas de uma área, com a promoção de inclusão social em zonas de exclusão; com o restauro da qualidade ambiental ou do equilíbrio ecológico.

De acordo com (Roberts 2000, p.17), citado por Lang (2015, p.8), a regeneração urbana vista numa perspetiva mais ampla, é a resolução de problemas económicos, sociais e físicos de uma determinada área que sofreu transformações. Destaca ainda o autor que este processo não se limita apenas à renovação ou revitalização do espaço urbano, mas implica que todas essas abordagens devem ser levantadas numa perspetiva mais estratégica e de longo prazo.

A perda populacional, o aumento do desemprego e a degradação física de um espaço estão diretamente interligadas ao declínio urbano: é nesse sentido que Lang (2015, p.8) define regeneração urbana na interligação estratégica de vários setores, conforme o esquema abaixo.

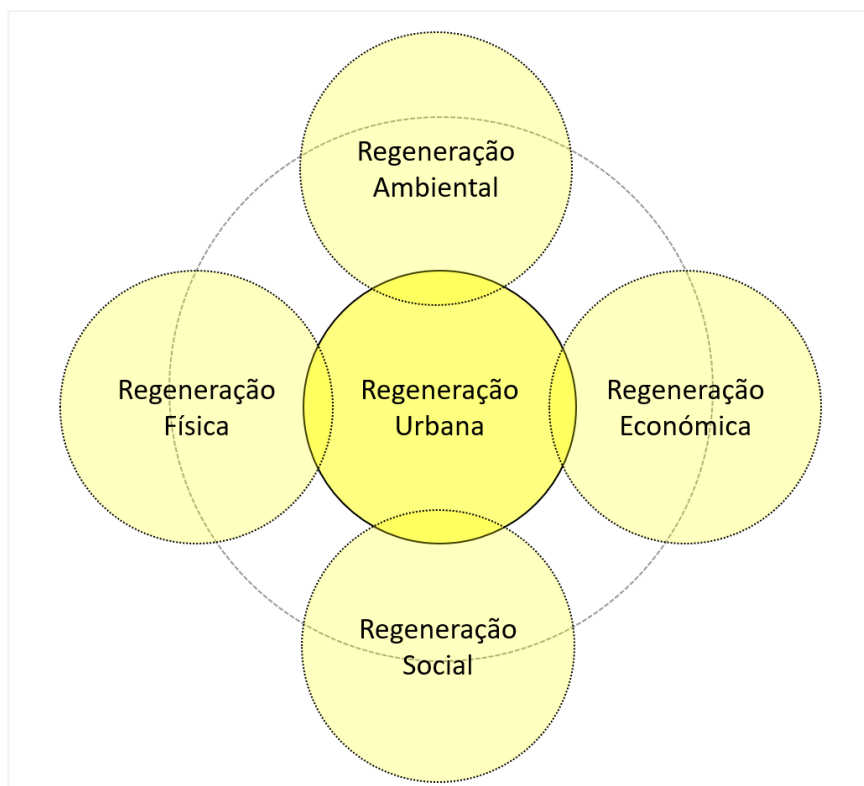


Figura 4 – Esquema Conceitual da Regeneração Urbana.

Fonte: Lang (2015), Modificado pelo autor

A figura nº 4, faz compreender que a regeneração urbana vai além da reabilitação de edifícios ou das infraestruturas existentes numa determinada área. Ela compreende políticas voltadas ao compromisso social, económico, físico e ambiental, no sentido de garantir a integração de novas dinâmicas entre todas as partes.

A maior preocupação da regeneração urbana é o crescimento da atividade económica nas áreas onde foi perdida, a reestruturação da função social e a inclusão social em áreas onde a havia perdido, sem descuidar o equilíbrio ambiental (Couch et al 2003, p.2, citados por Lang 2005).

Esta abordagem demonstra que o conceito vai além da reabilitação física de uma área, uma vez que tem a ver com a implementação de políticas consistentes voltadas ao campo económico, social e ambiental.

As operações de regeneração urbana têm sido mais realizadas em áreas centrais, zonas industriais e portuárias, com cariz especial e com regulamentação própria, apresentando financiamentos Estatais nos países do Sul da Europa, enquanto, na maior parte dos países do Norte se concretiza por iniciativa privada (Cruz, 2015, p. 9)

O principal objetivo da regeneração urbana é mitigar, ou até mesmo eliminar, problemas urbanos numa determinada área, de forma abrangente, com alcance às questões físicas, económicas e sociais, adotando estratégias participativas para que a população se sinta parte integrante. Assim, e com essa abrangência, é possível existirem dentro de um processo de regeneração questões relacionadas com revitalização, requalificação e reabilitação. A composição dessas diferentes intervenções atinge atividades das dimensões cultural, social, económica e física Cruz (2015, p. 9).

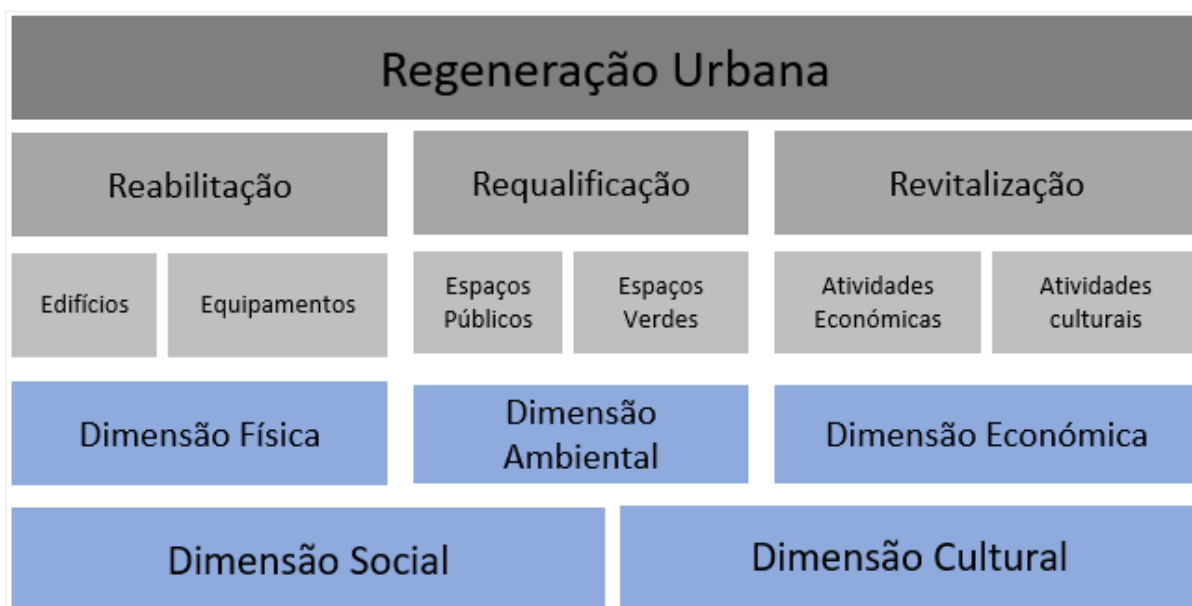


Figura 5 - Representação da regeneração urbana.

Fonte: Cruz (2015, p.10), modificado pelo autor)

A intenção principal da regeneração urbana é tornar o espaço físico melhor, assim como incrementar as condições sociais e económicas de uma determinada área. Como representa o esquema da figura nº 5, defendido por (Cruz, 2015). O objetivo é atingir as dimensões socioculturais, partindo do princípio

da interligação dos fatores físicos, ambientais e económicos o que, por outro lado, evidencia que existe uma interligação da regeneração urbana com a reabilitação, a requalificação e a revitalização.

Não há uma opinião unânime sobre o conceito, pelo fato de ser um fenómeno recente, e que tem evoluído nos últimos anos. Vários são os entendimentos que têm surgido no seio da literatura, destacando-se os que resultaram da experiência inglesa, por ser um dos países em que mais desenvolveu o conceito de regeneração urbana.

Apesar de ser um conceito novo, existe muita literatura sobre a regeneração urbana, entre a qual destacamos os seguintes autores:

Couch (1990) e Kua (2011), defendem que a regeneração urbana é mais do que a renovação física de uma determinada área, já que a sua abrangência alavanca a economia decaída e amplia o investimento da mesma.

A regeneração urbana, segundo Roberts e Skykes (2000), é o resultado da interação de vários processos, e também uma resposta às oportunidades e desafios trazidos pela degradação urbana num determinado momento e local. Isso não deve ser interpretado como uma implicação de que todos os problemas urbanos são exclusivos de uma determinada cidade, ou que as soluções defendidas e propostas no passado têm pouco a ver com a situação atual, mas todo o desafio pode exigir construção e implementação de respostas específicas. No entanto, a regeneração urbana será uma visão e ação abrangente que pode resolver os problemas urbanos e trazer melhorias duradouras às condições económicas, naturais, sociais e ambientais de uma área que mudou. Esta é principalmente uma intervenção, mas que resulta de ação coordenada e realizada entre os setores público, privado, voluntário e comunitário para criar uma cooperação de soluções eficazes.

Turok (2005) citado por Vosgueritchian, (2015, p. 67), define a regeneração urbana como um fenómeno não inclusivo, e defende que o seu procedimento faz com que os problemas urbanos existentes não sejam resolvidos.

Igreja (2016), define regeneração urbana como uma ideia de repor ou melhorar no território urbanizado as condições ideais que outrora o caracterizaram. Partindo de uma base que apresenta falhas, procura-se assim gerar força, vivacidade, equilíbrio, atratividade, qualidade e bem-estar através de uma intervenção estruturada. Já Vazquez (2000), citada por Ribeiro (2005), define este conceito como políticas públicas que se visam contrapor aos problemas de degradação em áreas urbanas.

Quadro 3 - Evolução da Regeneração Urbana
Fonte: (Roberts et al. 2000, adaptado pelo autor)

Período	Anos 1950	Anos 1960	Anos 1970	Anos 1980	Anos 1990
Tipo de políticas	Reconstrução	Revitalização	Renovação	Redesenvolvimento	Regeneração
Principais Estratégias e orientação	-Reconstrução e extensão de antigas áreas (baseadas num Plano Diretor); -Expansão de zonas periféricas	-Sequência das estratégias dos anos 1950; - Crescimento da zona periférica e subúrbio; -Primeira tentativa de reabilitação	-Renovação e planeamento de bairros; -Continuação do crescimento da periferia;	-Grandes projetos de desenvolvimento; -Projetos fora da cidade;	- Mais discussões integradas sobre as políticas de intervenção
Principais atores e intervenientes	-Governo Central e locais -Promotores e construtores privados	-Maior equilíbrio entre o setor público e privado	-Crescimento do setor privado; -Descentralização do Governo local	- Maior enfoque no setor privado e agências especializadas; -Crescimento das parcerias público-privadas;	-Parcerias como abordagem dominante;
Níveis espaciais de atuação	-Ênfase do nível local e do lugar;	-Surgimento de atividades na escala regional;	-Inicialmente a nível regional e local, mais tarde ênfase a nível local;	-Enfoque na escala do lugar, mais tarde, a nível local	-Reintrodução da perspetiva estratégica; -Crescimento da atividade regional;
Foco Económico	-Investimento do setor público com algum envolvimento do setor privado;	-Continuação da estratégia dos anos 50, mas com uma crescente participação do investimento privado;	Recuo de recursos do setor público e crescimento do investimento do setor privado;	-Domínio do setor privado e pouco investimento do setor público;	-Maior equilíbrio entre o financiamento público, privado e voluntário;
Conteúdo social	-Melhoria da qualidade de vida, (ênfase na melhoria da qualidade das habitações);	-Melhoria do bem-estar social;	-Maior ação e capacitação das comunidades locais;	-Autoajuda da comunidade e com reduzido apoio do Estado	-Enfoque no papel da comunidade;
Ênfase física	-Restituição de centros históricos e expansão das periferias;	-Continuação das estratégias dos anos 1950, com a reabilitação de áreas degradadas;	-Ênfase na renovação de antigas áreas urbanas	-Grandes projetos de reestruturação e de redesenvolvimento;	Aumento da escala após os anos 1980, com ênfase na conservação do património;
Abordagem ambiental	-Gestão paisagística, com ênfase em cidades ecológicas;	-Melhorias seletivas;	-Melhorias ambientais com algumas inovações;	-Aumento das preocupações ambientais;	- Introdução do conceito de sustentabilidade ambiental;

Robert et al (2017), refletem sobre a evolução da regeneração urbana de forma esquemática, conforme o quadro nº 3. A reflexão é feita entre os anos de 1950 a 1990, sobre várias políticas. Do mesmo, é importante destacar:

- Na dimensão física destaca-se o período pós-segunda guerra mundial, por volta de 1950, altura em que são evidentes a reabilitação dos centros históricos, bem como a expansão das periferias; por um lado para fazer face a destruição das cidades afetadas, e por outro para acomodação da população, bem como para atender ao fluxo de população que buscava melhores condições nas cidades;
- Na dimensão económica: destaca-se o domínio dos investimentos privados em comparação aos públicos, demonstrando assim o grande crescimento do setor imobiliário;
- Na dimensão social: destaca-se o ano de 1990, onde se deu mais ênfase ao papel das comunidades.

Também se destaca a vertente ambiental, a partir dos anos de 1980, altura em que se intensificam as preocupações ambientais nas cidades, o que resultou no surgimento do conceito de “sustentabilidade ambiental” nos anos de 1990. Todos esses fatores, contribuíram para a evolução da regeneração urbana, sendo a forma de intervir no espaço que abrange vários setores e políticas públicas. Em suma, o conceito de regeneração urbana trazido pelas literaturas referidas no presente trabalho, convergem em certos aspetos. A maior parte defende que a regeneração urbana tem de atingir as questões atinentes à reabilitação do espaço construído e a toda a sua dimensão física; às questões relacionadas ao emprego, ao alavancar da economia e a toda a sua dimensão económica; às questões relacionadas a áreas multifuncionais, onde há atratividade do setor habitacional e toda a sua dimensão social.

Dentre as literaturas, destacam-se Couch (1990) e Kua (2011), que defendem a regeneração urbana com o pendor mais económico e físico do que o social. Analisando alguns contextos onde foram evidenciadas essas formas de intervenção, evidencia-se o centro histórico do Porto, onde foram feitas intervenções no espaço físico, com a implantação de várias atividades económicas e serviços, deixando para segundo plano a questão social, ou seja, a habitação a preço competitivo e atrativo para a população local.

3.2. REGENERAÇÃO URBANA EM DIFERENTES CONTEXTOS

Há dificuldade de definir um único “modelo europeu” para uma política de renovação urbana bem-sucedida. No entanto, podem existir alguns princípios e fatores básicos comuns nos compromissos de regeneração urbana. Em essência, garantir que certos grupos sociais do território e da população não sejam marginalizados ou excluídos são preocupações comuns nos casos de regeneração urbana, Falk, 2008, citado por Couch et al 2011. p 44).

A regeneração urbana é um fenómeno recente em matéria do urbanismo, mas, tem sido discutida por vários autores nos últimos anos. Neste sentido, é importante fazer referência à França, Alemanha e Reino Unido, por serem os países europeus que passaram por esse processo de transformação mais rápido nos últimos trinta anos (Couch et al., 2011)

Couch et al. (2011) refletem sobre a regeneração urbana dos últimos trinta anos, numa perspetiva comparativa, entre as experiências inglesa, alemã e francesa, permitindo a observação do contexto e o caminho seguido por cada uma delas. Os autores destacam a questão da Governança como forma de entender cada um dos contextos, bem como o caminho seguido por cada um dos países, como veremos abaixo.

Quadro 4 - Regeneração urbana na França, Reino Unido e Alemanha

Fonte: (Roberts et al. 2000, adaptado pelo autor)

Questões em análise	Países		
	França	Reino Unido	Alemanha
Governança	-Estado unitário, com a política urbana descentralizada nas regiões e cidades; -Existem três níveis de governação eleitas abaixo do nível nacional, e o Governo está constituído por conselhos regionais com poderes sobre o planeamento e transporte regional;	-Estado unitário com poderes delegados à Irlanda do Norte, País de Gales e Escócia; -Não há estrutura de governo regional, à exceção da Grande Londres;	- Sistemas descentralizados de administração; o sistema de ordenamento do território é controlado pelo Governo eleito e com fórmulas de resolução de problemas
Principais problemáticas	-Falta de habitação no período pós-guerra; -Significativa migração do campo para cidade	-Desproporção da densidade habitacional em algumas áreas (maior no sudeste); -Parque habitacional relativamente velho;	-A reunificação da Alemanha em 1990, setorizou as indústrias no leste, ocasionou o desemprego em escala e a saída de populares para outras áreas; -Desproporção da densidade habitacional por zonas (maior no oeste e sul e menor nas zonas orientais); -Envelhecimento da população;
Evolução da política de regeneração	-Nos meados de 1970, foram implementadas políticas com maior incidência em questões sociais, económicas e físicas em áreas mais carenciadas; -Nos anos de 1980, foi o início da descentralização administrativa, com aumento dos poderes de decisão nos níveis locais; -No final de 1970, teve início a “<i>Politique de la ville</i>”, conhecida como política da cidade, que marcou a evolução da política na escala do bairro, mais precisamente a política de bairros carenciados; -Ainda em 1980, foram adotados programas para o desenvolvimento dos bairros sociais; -Nos anos de 1990, a política incidiu mais sobre o planeamento regional (para garantir um melhor equilíbrio do desenvolvimento entre a região de Paris e no resto da França);	-Nos anos de 1979, as políticas de regeneração urbana estavam voltadas para resolução da problemática do abandono urbano, por parte do Governo central, com o auxílio do setor privado, sem a intervenção das autoridades locais; -Em 1981, surge a política de incentivo ao investimento da propriedade em áreas marginalizadas; -Em 1990, foi o período de descentralização da política de regeneração urbana, em que as autoridades locais aparecem como facilitadores e introduzem a noção de licitação para o financiamento público; -Em 1991, foi implementada a iniciativa “Cidade Desafio”, que introduziu a licitação para os fundos de regeneração e deu às autoridades locais um novo papel como “facilitadores” (mais poder local); -Em 1997, inicia a nova agenda urbana para fomentar o renascimento urbano; -Implementação do programa “New Deal para as comunidades”, em 1998, com objetivo de atingir a convergência entre bairros, e proporcionar a criação de empregos; reduzir a criminalidade; melhorar os níveis de ensino; melhorar a saúde e enfrentar problemas com habitação e meio ambiente físico;	-Nos anos de 1970, a reorientação da política urbana, enfatizou a revitalização de bairros do centro da cidade nos velhos estados Federais, e abandono de bairros com prédios antigos na Alemanha Oriental; -Nos anos de 1980, com a estagnação da demografia, o foco virou-se para a assistência à propriedade da casa própria na política de habitação; - Nos anos de 1990, ênfase ao desenvolvimento urbano integrado e reconstrução urbana; -Com a queda do muro de Berlim em 1989, e a reunificação da Alemanha em 1990, mudou a paisagem do planeamento e as prioridades das políticas passaram para o desenvolvimento urbano regional;

As estruturas institucionais no Reino Unido estão sujeitas a alteração mais frequentes e rápidas e são mais fluidas que as Francesas e Alemãs. Existem significativas semelhanças entre as problemáticas dos três contextos, e paralelos próximos em muitas das políticas definida por eles. No entanto, também

existem algumas diferenças, em parte por causa do contexto de cada uma, e por outro lado pelas preferências e políticas adotadas por cada país. A prioridade na década de 1980, foi estimular o desenvolvimento económico das cidades e reutilizar os terrenos e edifícios urbanos abandonados e vagos. Havia forte tendência em estimular o investimento do setor privado como parte da solução dos problemas, sendo certo que, pela incapacidade do governo local, algumas resoluções tinham que ser feitas por iniciativas do governo central. O foco da política está relacionado principalmente com o desenvolvimento económico local. Melhorar o ambiente físico também é uma meta importante, especialmente nos centros de cidade. Por outro lado, as parcerias são muito importantes para a materialização da regeneração urbana, juntamente com o controle democrático e a participação da comunidade, (Couch et al., 2011).

Nas cidades alemãs existem diferenças nas problemáticas e resolução das políticas entre as cidades, como as antigas áreas industriais no oeste e as cidades mais ativas da região diferem significativamente em termos de demanda e respostas políticas. Entre os muitos indicadores tradicionais de qualidade de vida e competitividade urbana, algumas cidades do oeste tornaram-se uma das cidades mais bem-sucedidas da Europa. O desequilíbrio regional e os desafios demográficos têm sido dominantes na formulação de políticas, apesar de haver nas políticas de regeneração urbana significativo progresso no sentido da sustentabilidade ambiental. Muitas cidades deparam-se com a problemática da segregação e exclusão social, apesar das preocupações sociais ainda dominarem a agenda com novas parcerias entre os diferentes níveis de governo para fornecer soluções. Esses problemas estão particularmente concentrados em bairros sociais e em alguns bairros centrais mais antigos, correspondentes por exemplo a cidades industriais.

Tem havido relativamente pouca divergência em relação às estruturas e caminhos de governança tradicionais, sendo diferente na Inglaterra onde as autoridades locais desempenham um papel facilitador; existem poucos “*Quangos*”¹ e fortes controles democráticos locais sobre o desenvolvimento de políticas (Couch et al., 2011, p. 44).

Na França, as políticas e prioridades são semelhantes, exceto que a principal área onde se verifica o mau funcionamento do sistema habitacional é encontrada nos bairros sociais periféricos, e não nas áreas urbanas internas, como na Inglaterra e na Alemanha. Existem preocupações semelhantes sobre o desenvolvimento económico local e o fornecimento de infraestrutura social e cultural. As políticas na França também têm impulsionado grande parte do pensamento e da inovação para contrapor as questões relacionadas com a exclusão social, particularmente nos bairros sociais periféricos.

É difícil destacar um único modelo de política de regeneração urbana bem-sucedido assim como um único método adotado nos três contextos, mas alguns princípios básicos foram evidenciados em cada um dos momentos da sua evolução. Em essência, verifica-se a preocupação em ambos os contextos de garantir a desmarginalização de certos grupos sociais bem como acabar com a sua segregação. As políticas também foram tendentes à coesão territorial, sendo certo que reconhecem que as pessoas não devem ser postas em desigualdade ou ser prejudicadas por morarem ou trabalharem em certos pontos da cidade, ou seja, procuram-se condições de vida equivalentes em todo território.

¹Organização Não Governamental Quase Autônoma. Fonte: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-11405840>.

As evidências e as discussões acima também apontam fortemente para o contexto e a dependência da trajetória que moldaram os fundamentos da regeneração urbana nos estados considerados, tanto em termos das questões que a política deve abordar quanto das formas como os aborda. Assim, na França, é a difícil questão da exclusão social, particularmente nos bairros sociais periféricos, que tem impulsionado grande parte do pensamento e da inovação política. Na Alemanha é a questão do desequilíbrio regional e dos desafios demográficos que têm sido dominantes na formulação de políticas. Já a Alemanha foi o mais bem-sucedido dos três países em minimizar as questões ligadas a desigualdades espaciais. No Reino Unido as políticas estavam centradas na revitalização e revalorização dos recursos económicos urbanos subutilizados. Desta maneira utilizavam os terrenos abandonados, reduzindo a expansão e a gentrificação urbana (Couch et al., 2011).

É evidente que os programas de regeneração urbana em cada país têm sido desenvolvidos e atuam de acordo com as normas e prioridades institucionais dependentes de cada Estado. Portanto, com base nas evidências das três realidades, conclui-se que a evolução da política de regeneração urbana em cada país tem sido dependente do contexto de cada Estado.

3.3. PROJECTO DE INTERVENÇÃO E VANTAGENS DA REGENERAÇÃO URBANA

Após o estudo da literatura, bem como a exemplificação da evolução da regeneração urbana em alguns contextos, e para melhor representar as vantagens e desvantagens deste fenómeno, será abordado o exemplo da intervenção realizada no eixo Mouzinho/Flores na cidade do Porto – Portugal.

O espaço é delimitado pela Praça Almeida Garrett/Largo dos Lóios e a Praça do Infante. Localizado no centro histórico do Porto, em uma área classificada como Património Mundial pela UNESCO em 1996, o eixo Mouzinho/ Flores também fez parte das 10 áreas correspondentes a operações de ação integrada para a reabilitação urbana como uma estratégia territorial do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património da Humanidade, da Câmara Municipal do Porto, Porto Vivo e SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.

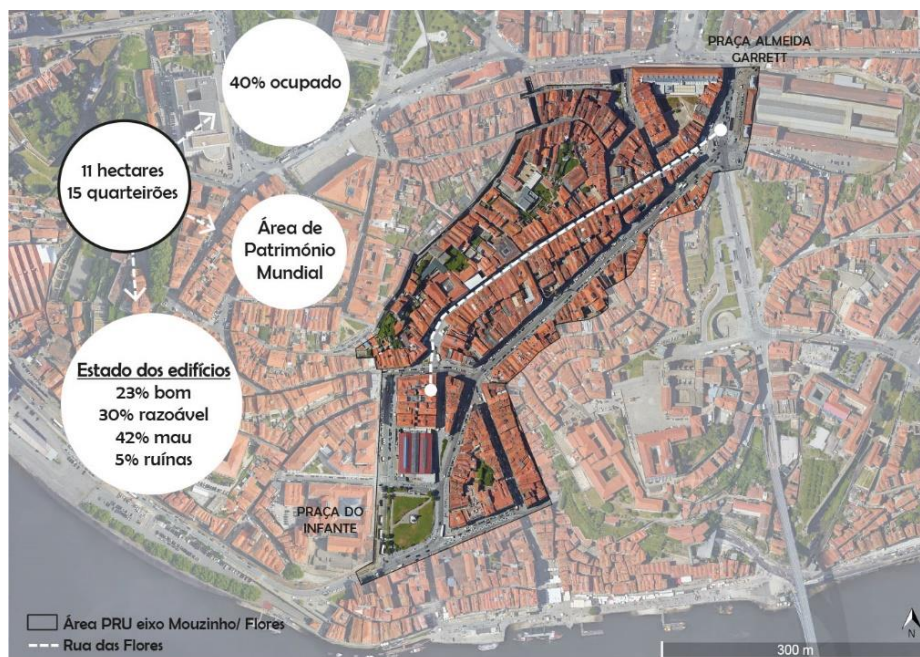


Figura 6 - Delimitação da zona de intervenção, eixo Mouzinho/Flores

Fonte: Google earth, manipulado pelo autor

A rua das Flores possui características *sui generis*, localiza-se no centro do Porto, fazendo a ligação da cidade medieval a cidade do século XIX. Ocupa uma área de 11ha; 15 quarteirões com mais de 200.000 m² de área construída e 40% apenas parcialmente ocupado, com a particularidade do seu parque edificado encontrar-se na altura em estado avançado de degradação, como especificação da Câmara Municipal do Porto:

“(…) houve a decisão de atuar na modernização deste tecido, na sua recuperação e revitalização, regenerando um dos corações que o Porto teve desde sempre. E a decisão assentou também no facto de o edificado, de grande qualidade individual e de conjunto, estar em forte processo de degradação, identificando-se, à época, 23% em bom estado de conservação, 30% em razoável estado de conservação e 42% em mau estado, estando os restantes edifícios em ruínas, porque a ocupação dos edifícios, na íntegra, era de apenas 40%, porque as atividades comerciais iam definhando e morrendo, algumas delas, porque não se conseguia tirar o devido partido do serviço das instituições e equipamentos diversos aqui existentes, e porque o espaço público e a mobilidade de pessoas e veículos já não estava condizente com aquilo que se desejava para um espaço classificado como património mundial no século XXI” (Câmara Municipal do Porto, 2014, p. 18).



Figura 7 - Delimitação da zona de intervenção, eixo Mouzinho/Fores

Fonte: Google earth, manipulado pelo autor

O centro histórico do Porto é uma zona com muitas potencialidades e que apresentava alguns pontos críticos que careciam de intervenção imediata para potenciar a economia local. O mau estado de conservação e a falta de ocupação funcional, são fatores de oportunidade para a análise feita de acordo com as características pertinentes de procura para a valorização da área de intervenção. Definem assim como resposta o seguinte programa de ação que inclui estratégias operacionais que desenvolvem a qualificação do espaço que tem como estrutura os mecanismos de proteção sobre o património:

- Estudo para a Mobilidade no Centro Histórico;
- Requalificação do Espaço Público;
- Modernização e Qualificação do Ninho de Empresas;
- Feiras Francas;
- Criação do Circuito do Vinho do Porto;
- Instalação do Museu e Arquivo da Santa Casa da Misericórdia Instalação e Operacionalização da Gestão de Área Urbana;
- Apoio ao Empreendedorismo;
- Valorização do Espaço e do Comércio Tradicional através da Memória;

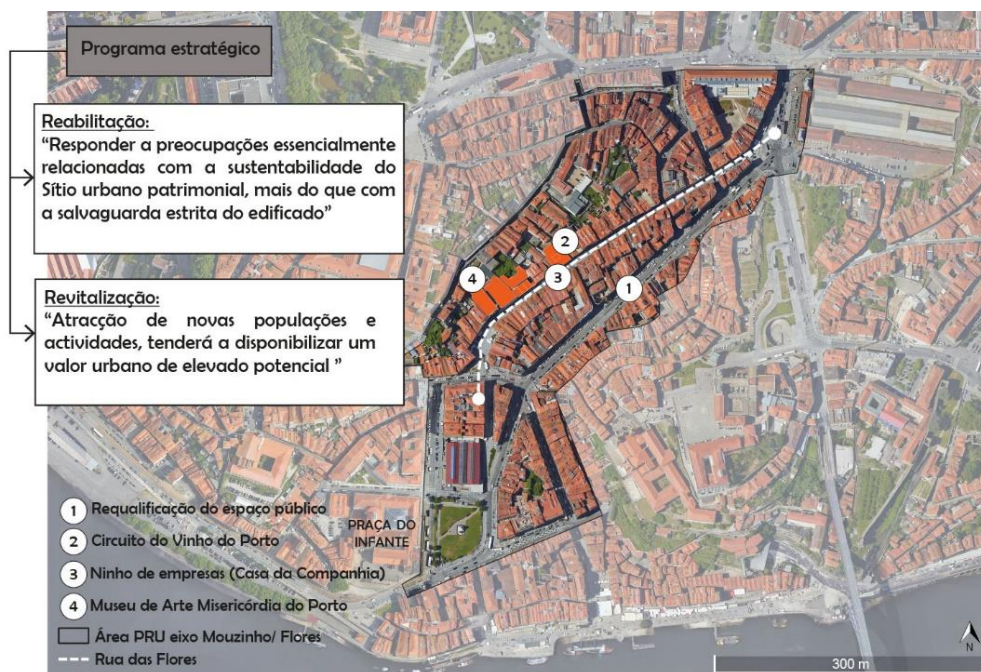


Figura 8 - Delimitação da zona de intervenção, eixo Mouzinho/Flores

Fonte: Google earth, manipulado pelo autor

A intervenção no eixo Mouzinho/Flores é parte integrante do Programa de Regeneração Urbana do centro histórico do Porto, tendo como objetivo dinamizar o turismo e melhorar as condições sociais, através da revitalização, reabilitação das diferentes edificações existente na zona, com ênfase na intervenção mais física e na revitalização do comércio.

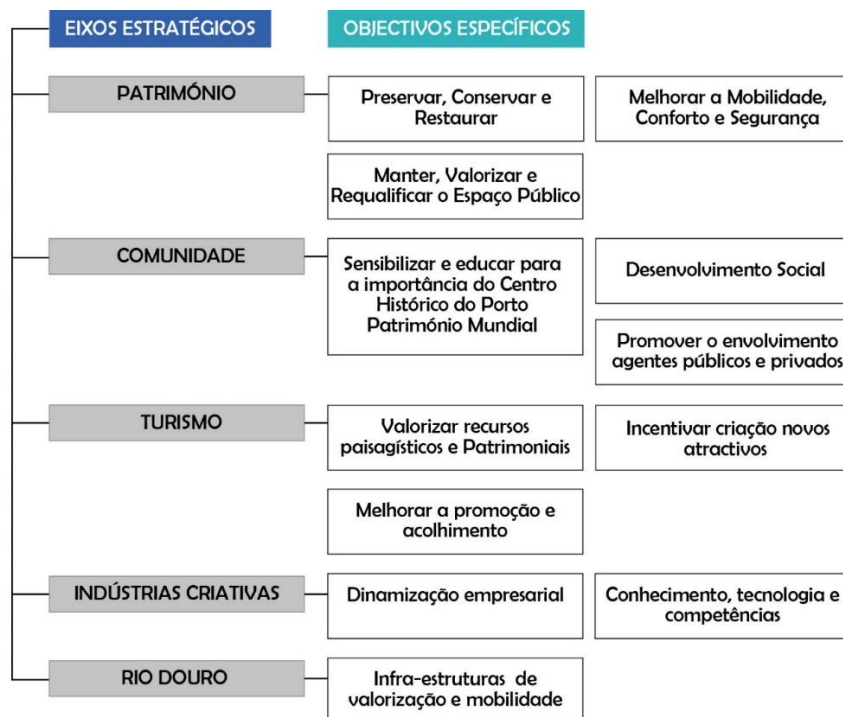


Figura 9 - Delimitação da zona de intervenção, eixo Mouzinho/Flores

Fonte: Google earth, manipulado pelo autor

A indústria turística e a revitalização do comércio jogaram um papel muito importante na implementação deste programa, porque além de gerar benefícios económicos para equilibrar o projeto, foram catalisadores e serviram de estímulo para o aparecimento de novos serviços e infraestruturas que melhoraram a qualidade do espaço público, segurança urbana e, acima de tudo, geraram mais emprego. O eixo Mouzinho / Flores, considerando o seu espaço público principal - rua de Mouzinho da Silveira, rua das Flores, largo dos Lóios, largo de S. Domingos e Praça do Infante, teve uma significativa transformação, na sua morfologia urbana, na imagem, na sua utilização e na forma como agora é visto. O espaço teve melhorias, ficou mais cosmopolita, confortável, agradável, amigo dos transeuntes que passaram a ser os protagonistas em detrimento do tráfego automóvel.

Com isso, tornou-se num espaço mais atraente e competitivo para instalação de serviços, e atividades comerciais, sem pôr em segundo plano as atividades tradicionais. Isso levou a um aumento significativo de novas visitas por parte dos turistas. Havia uma intenção no plano em privilegiar a dinamização do comércio e serviços como ponto de atração do turismo, porém alguns aspetos inesperados ao plano têm se mostrado evidentes nos últimos anos.

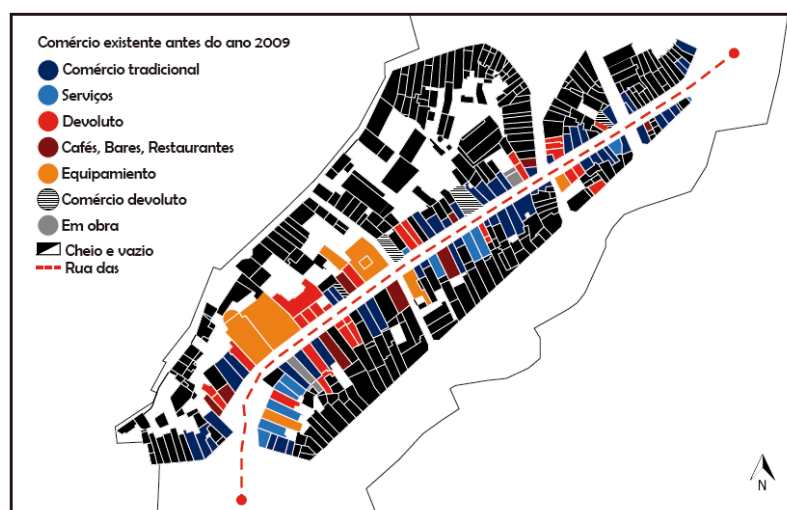


Figura 10 -Representação do comércio existente antes do ano de 2009, no eixo Mouzinho/Flores

Fonte: Porto vivo (2014), manipulado pelo autor

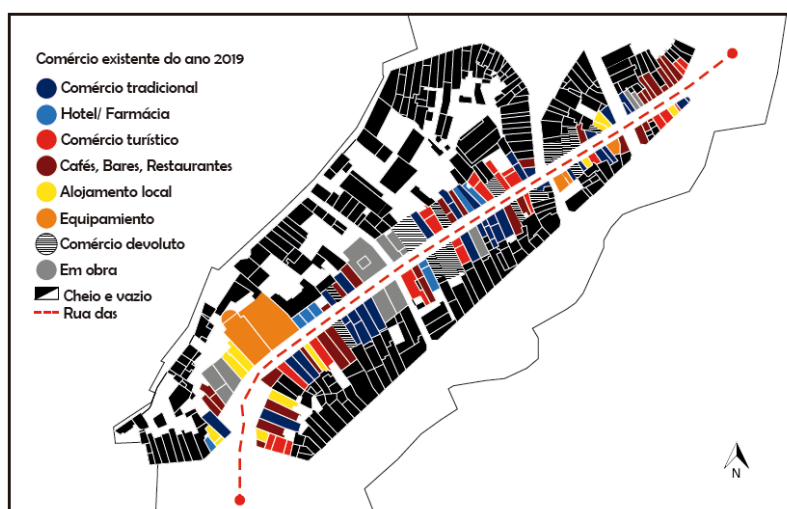


Figura 11 - Representação do comércio existente em 2019, no eixo Mouzinho/Flores

Fonte: Cartografia do centro do Porto, manipulado pelo autor

Numa dimensão comparativa entre as figuras 10 e 11, percebem-se algumas mudanças de dinâmicas e atividade neste período em referência. Chama-se atenção à perda de aproximadamente 45% do comércio tradicional, e o crescimento do alojamento local, cafés, bares, restaurantes e similares, sem contar com a discrepância em relação à quantidade de comércio voltado para o turista, constituindo um ambiente propício para o aumento da atividade turística nessa zona.

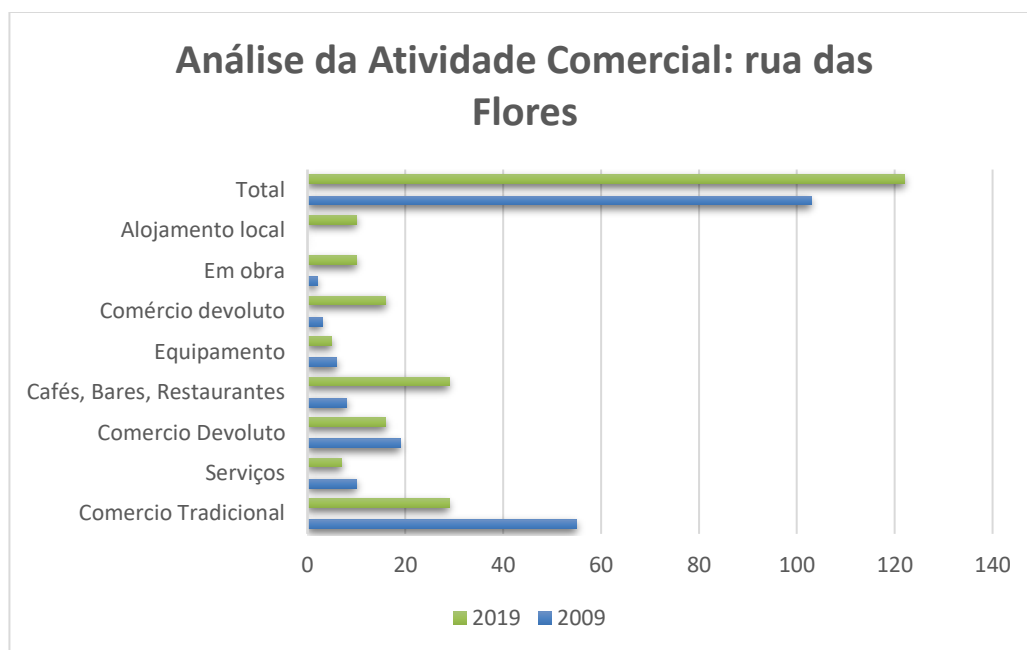


Figura 12 - Representação do comércio existente em 2019, no eixo Mouzinho/Fores

Fonte: Cartografia do centro do Porto, manipulado pelo autor

Desde o estabelecimento da Associação de Reabilitação Urbana em 2004, a implementação de novos pacotes legislativos, destacando as leis do arrendamento urbano, do alojamento local, o programa Golden Visa, bem como flexibilidade do uso do solo urbano e o grande número de casas vagas e acumulador de *rent gap*², com alta na procura por turismo, gerou mudança repentinas e grande procura no mercado residencial e comercial. Este processo ocasionou o esgotamento de residências reabilitadas e recém-construídas em zonas privilegiadas. Com o aumento da procura despertou os investidores para a reabilitação dos imóveis em bairros históricos com o objetivo do crescimento de alojamentos para o setor turístico, como também os investimentos direcionados a estrangeiros que procuram residências para aquisição.

Como resultado deste processo verifica-se a gentrificação, a facilitação dos despejos e consequente agravamento da segregação residencial e expulsão das pessoas da cidade. Foi necessário que o parque imobiliário no centro histórico se desvalorizasse significativamente nas últimas décadas, pelo desinvestimento e avançado estado de degradação e má conservação, para que agora surja como oportunidade de negócio e reprodução do capital imobiliário.

²Explicação econômica para o processo de gentrificação, descreve a disparidade entre a receita de aluguel atual de uma propriedade e a receita de aluguel potencialmente alcançável. (Fonte: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-11405840>)

“É positiva a atração de investimento para a reabilitação do parque imobiliário, a dinamização do mercado de arrendamento e o incentivo do turismo, mas é importante perceber que se fizermos sem regulação haverá consequências sociais, que atingem a população sobretudo mais vulnerável” (Mendes, 2018).

É importante que as cidades em estado de declínio busquem soluções sustentáveis que visam a melhoria das condições de vida e do bem-estar do cidadão “local” acima de tudo, e consequentemente dos que visitam as cidades. Os projetos de regeneração urbana muito têm falhado em um aspeto muito importante, como o referenciado acima (eixo Mouzinho/Flores). Teve um pendor mais turístico do que social. Evidencia questões inesperadas e que têm se evidenciado nos últimos anos, ou até mesmo questões que não foram acauteladas e que resultam nos processos de *gentrificação*³, e *turistificação*⁴.

Em entrevista à revista Público, Maria Ramalho, Arqueóloga, membro do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS-Portugal) referiu que em Portugal, desde os anos 60 do século XX, os governantes apostam forte na “utilidade turística do país” criando-se inicialmente uma série de instrumentos legais que potenciavam a construção de unidades hoteleiras e, um pouco mais tarde, projetos de urbanização com o mesmo fim, mas que na maior parte dos casos se situavam em zonas balneares, continuando assim a tradição do século XIX (Ramalho, 2016).

A indústria do turismo e o seu fluxo constante de fundos de investimento estão agora dedicados à entrada em bairros e residências históricas. Os números não enganam, pois cada vez mais pessoas estão deixando o centro histórico para que os turistas possam entrar, desfrutando assim da forte sensação de ser uma zona “*low cost*”.

Nessa fase de pandemia (Covid-19) é mais visível perceber o abandono da zona central do Porto, com a pouca taxa de ocupação dos hotéis, alojamentos locais e similares, em virtude da pouca circulação de turistas impostas pelas restrições, nota-se o abandono nessa zona, demonstrando o que defende Turok (2005) quando refere que a regeneração urbana é um fenómeno não inclusivo e que não resolve todos problemas urbanos. Como outra forma de intervenção no espaço urbano, a regeneração urbana quando bem aplicada traz com elas várias vantagens, que é o relançar da economia, melhoria do espaço físico e integração social da população local. Porém, quando não bem aplicada, surgem com ela algumas consequências nefastas, como os fenómenos de *gentrificação* e *turistificação*.

³Fenómeno de alteração das dinâmicas de uma determinada zona, com a construção de edifícios, equipamentos e infraestruturas, e a sua consequente valorização que afeta a população local.

⁴Refere-se ao impacto sobre os moradores de um bairro ou cidade, o fato dos serviços, instalações e lojas, tornam-se pensamento orientado e concebido mais para turista do que no cidadão que vivem neles permanentemente, (Sanmartín, 2019, p.66).

De acordo com o site oficial do Governo de Angola, na pré-história os primeiros povos organizados a se estabelecer em Angola foram os Bochmanes, e tinham a caça como atividade principal.

Mais tarde, no século VI, d.C, surgiu um povo (Bantu) oriundo do norte da África, precisamente da República dos Camarões, mais organizado e com tecnologia mais avançada, razão pela qual se impuseram facilmente a outros povos que encontraram. Detinham conhecimento avançados no domínio da metalurgia, cerâmica e agricultura¹. O povo Bantu instalou-se em Angola durante vários séculos, fixando-se de norte a sul, leste a oeste e, originaram vários subgrupos com etnias próprias que se estabeleceram até aos tempos atuais.

A chegada dos portugueses a Angola remonta a 1482, data em que atracaram na margem do Rio Zaire, sob o comando do navegador Diogo Cão. A partir deste período, Portugal começou a explorar vários países da costa ocidental de África, instalando a primeira grande unidade política do território com o Reino do Congo, com quem os portugueses estabeleceram aliança.

Os arquivos de documentação escrita sobre Angola são datados após 1482, destacando-se os registados no Arquivo Geral da Marinha, onde se relata a interação das duas culturas. Por outro lado, existem vários registos de fontes orais, obtidos por meio de pessoas acima dos 80 anos, que aquando da pergunta sobre a descoberta de Angola, respondem:

“A terra é algo que só se encontra quando se perde, porque enquanto estamos lá, estamos perto demais, e não nos apercebemos do que se passa” Bastos (2009, p.14).

Antes de 1482, os acontecimentos vividos em Angola foram na sua maioria transmitidos por via oral, sendo difícil em muitos casos precisar vários acontecimentos, bem como os modos viventes das populações. Isso tem sido motivo de grande constrangimento para estudiosos e não só, uma vez que abre precedentes a especulações sobre o passado.

A chegada dos Portugueses a Angola, em 1482, não definiu a permanência dos mesmos nesse período. A primeira colónia portuguesa data de 1575, com a chegada de Paulo Dias de Novais, com 400 soldados e 100 famílias. Paulo Dias de Novais foi o primeiro governador português em Angola e as suas principais missões foram a exploração dos recursos naturais e a promoção do tráfico negroiro.²

Bastos (2009, p.60) destaca que com a aderência de Portugal aos cânones do Direito Internacional, instituídos na conferência de Viena em 1815 (Abolição do tráfico de escravos e permissão de navegação dos rios), começa-se um novo período na ocupação de regiões estratégicas do ponto de vista comercial, geográfico e militar, para fixação de colónias organizadas e com relações estabelecidas entre colonizados e colonos.

¹ Portal Oficial Embaixada de Angola na Alemanha. História [acesso a 20 Março 2021]. Disponível em: <https://www.botschaftangola.de/sobre-angola/historia/>

² Portal Oficial Ministério das Relações Exteriores de Angola. História [acesso a 20 Março 2021]. Disponível em: <https://www.botschaftangola.de/sobre-angola/historia/>

4.2. O SUDOESTE DE ANGOLA

A forma de ocupação portuguesa em Angola foi feita numa perspectiva de regiões, onde tinham o ponto de entrada por uma província e após isso a conquista de cidades fronteiriças. Foi assim que aconteceu com Moçâmedes, tendo sido ocupada, tendo em vista a conquista da região sul de Angola.

De acordo com Bastos (2009, p.16), organizacionalmente a ocupação do sudoeste de Angola decorreu com a aprovação do Governo português, por meio da fixação de colónias agrícolas portuguesas em Moçâmedes, primeiro com população oriunda do Brasil, no ano de 1849, seguindo-se uma segunda colónia em 1850, tendo como fruto os grandes campos de produção agrícola, indústria e o comércio nas cidades do Tômbwa (ex.Porto Alexandre), Moçâmedes, Baía dos Tigres (ex. Angra das Areias), Lucira e Bumbo, entre outras.

O Sudoeste de Angola antigamente era constituído pelas províncias do Namibe (ex. província de Moçâmedes), Huíla, Cunene, Cuando Cubango e Benguela. Após redefinição do Governo angolano, a província de Benguela, integrada na região sul, passou a integrar a região centro, sem alteração da sua delimitação geográfica. É importante destacar a grande influência cultural decorrente das relações existentes no povo sulanano³ com os brasileiros e portugueses, referenciada em algumas bibliografias como “[...] triângulo geopolítico e económico constituído por Angola, Brasil e Portugal, desde o século XVII a meados do século XIX.” (Azevedo, 2014, p.11).

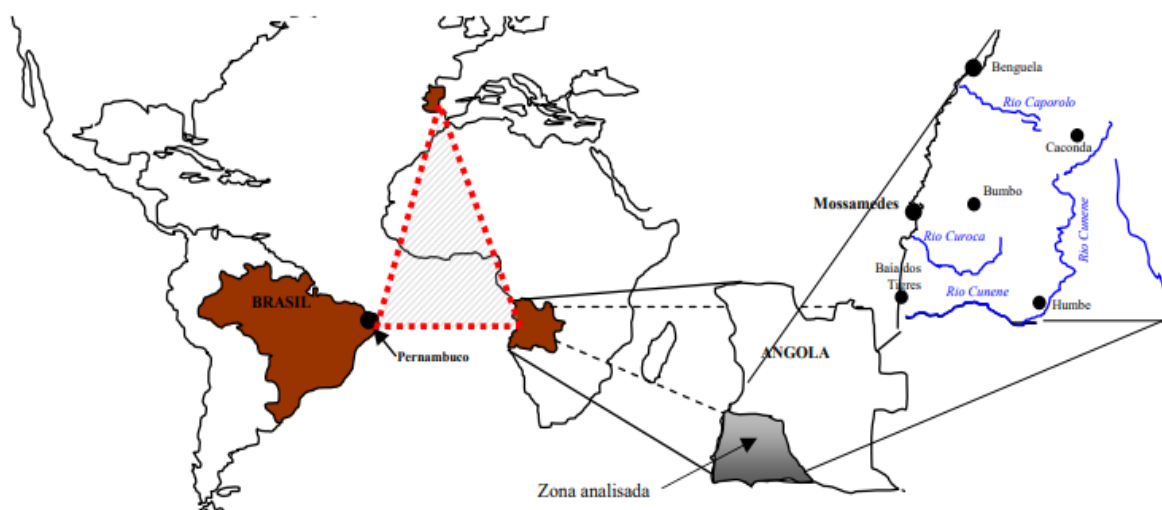


Figura 14 - Mapa. Triângulo Geopolítico Colonial, Angola, Portugal e Brasil

Fonte: (Albuquerque, 1989), grafismo e representação de (Azevedo, 2014, p.11)

³ População que reside na região sul de Angola. Hoje o termo transformou-se em pejorativo, por ser utilizado como sinónimo de atraso, pelo fato da região sul ser menos desenvolvida que a norte.

O Sudoeste de Angola cobre 213.086 quilómetros quadrados, isto é, aproximadamente 17% da superfície terrestre de Angola, e mais do dobro dos 92.300 quilómetros quadrados que compõem Portugal. Cerca de 4,5 milhões de pessoas ou 15% de todos os angolanos vivem agora no Sudoeste de Angola, no entanto, existem várias áreas onde vivem muito poucos ou encontram-se até mesmo sem residentes (Mendelsohn e Mendelsohn, 2018). Diferentemente da capital do país, a maior parte das cidades do Sudoeste de Angola têm densidade populacional muito baixa e os agrupamentos populacionais estão concentrados nas capitais das províncias.

4.3. MOÇÂMEDES

Moçâmedes é a capital e um dos cinco municípios da Província do Namibe, carinhosamente chamada de “terra da felicidade”, com clima típico de um território que varia entre árido e semiárido, excetuando uma estreita faixa a noroeste do Município com clima subsumido seco. É limitada a norte pela Baía Farta (província de Benguela), a Sul pelo município do Tômbwa, a leste pelos municípios da Bibala e Camucuio, e a oeste pelo oceano Atlântico.

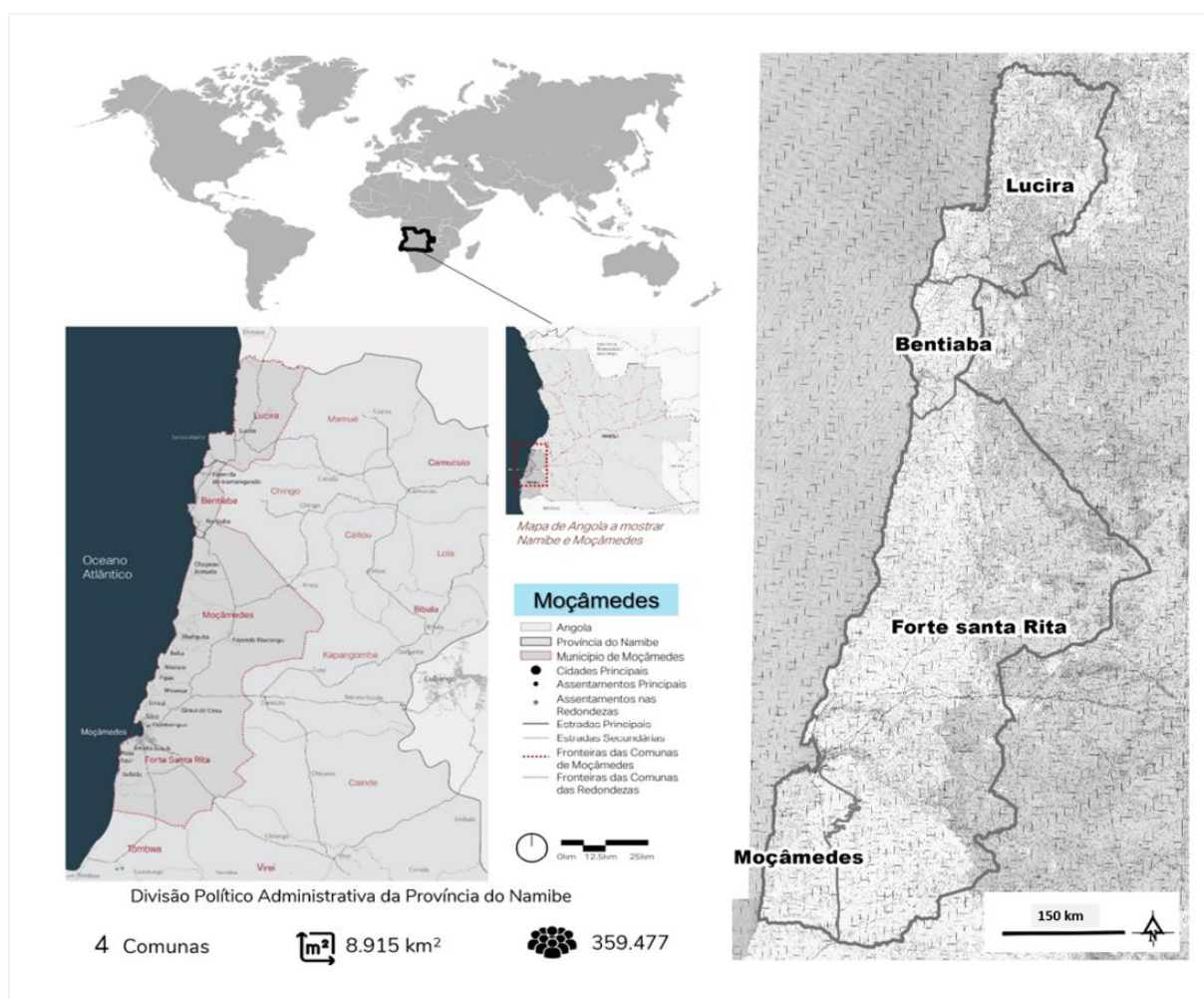


Figura 15 - Mapa do município de Moçâmedes no contexto do mundo, país e província.

Fonte: Governo Provincial do Namibe, manipulado pelo autor, 2021

O município de Moçâmedes ocupa uma área de 8.915 km². Segundo o INE Angola⁴, estima-se que a população total do município seja de aproximadamente 359.477 pessoas em 2020, o que o torna o município mais povoado da província do Namibe, com 59,8% da sua população, embora este valor corresponda apenas a cerca de 1,1% da população de Angola.

O Município é dividido em 4 comunas: Moçâmedes, Forte Santa Rita, Bentiaba e Lucira. A maior parte dos residentes (cerca de 93%) vive ao redor do núcleo urbano principal da Cidade. É o principal centro logístico da região sul de Angola, sendo detentor do terceiro maior porto comercial do País, de um dos três caminhos de ferro de Angola, e ainda, de um aeroporto com dimensões internacionais.

As comunas de Moçâmedes e Forte Santa Rita representam a maior concentração de população. Aproximadamente 272 598 habitantes, ou 95,83% do total da população do município, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística de Angola, dados do censo de 2014. A cidade de Moçâmedes é a capital da comuna e também a capital da Província do Namibe, e a maior cidade do litoral de Angola em termos de extensão.

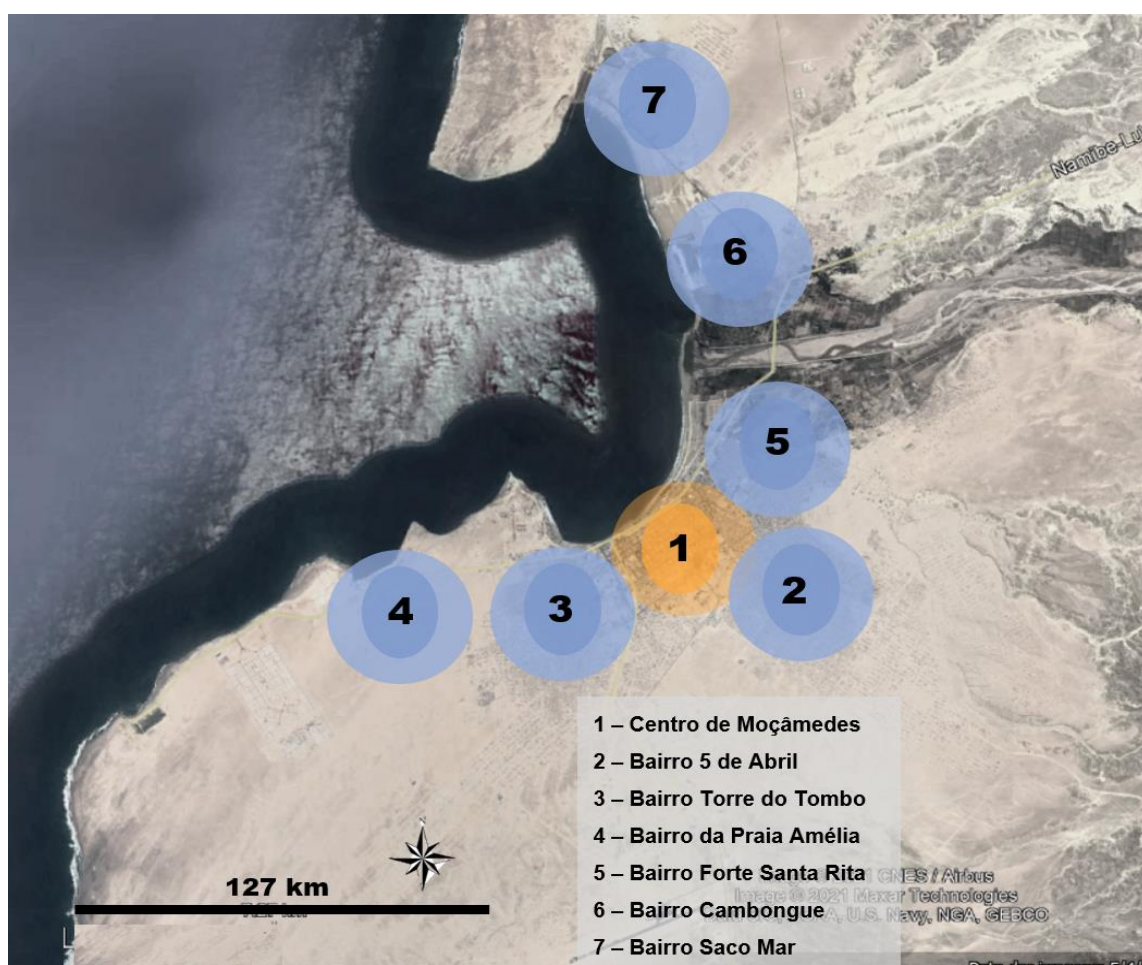


Figura 16 - Mapa dos bairros que circundam o centro histórico de Moçâmedes

Fonte: Google earth, manipulado pelo autor, 2021

Moçâmedes apresenta um aglomerado principal, ao qual se juntam os povoados satélite correspondentes aos bairros 5 de Abril, Torre do Tombo, Praia Amélia, Forte Santa Rita, Cambongue e Saco-Mar. No centro apesar de existem vários imóveis em estado de degradação, percebe-se a existência de muita pressão, por ser a área da cidade onde se congregam vários serviços públicos e privados e outras atividades de lazer.

Consoante mencionado anteriormente, a cidade é o polo administrativo, económico e infraestrutural da província onde se localizam os caminhos de ferro, o aeroporto, o porto e as principais indústrias e atividades comerciais. A norte de Moçâmedes encontram-se uma série de povoados costeiros, locais de forte índole turística, que tiram partido do clima ameno, das praias de areia e do ambiente natural exótico da província; mais próximo da zona central, encontram-se algumas áreas agrícolas ao redor do leito dos rios Giraúl e Bero. Os grupos étnicos existentes na província são os Hereros, Nyanyeka-Humbe, Nganguelas, Ovakwissi, Ovakwepe e Ovibundo.

Inicialmente chamada Moçâmedes, a cidade viu o seu nome ser mudado para Namibe após a independência de Angola, em 1975. Durante o mandato do Governador Rui Luís Falcão Pinto de Andrade, em 2016, surge a proposta de mudança de nome e, consequentemente, a ratificação na Assembleia Nacional, passando a ser chamada novamente por Moçâmedes, designação que se mantém até os dias de hoje.

ORIGEM DA CIDADE DE MOÇÂMEDES

De acordo com Dias (1949, p.7), citado por Salvador e Rodrigues (2010, p.33), Moçâmedes foi chamada de Angra do Negro⁴ – Bissungo Bitoto⁵, na língua local, e depois Moçâmedes (ou Mossâmedes, ainda antes). A cidade foi fundada no século XIX, numa baía que encosta a um solo rochoso e alto para sul e a outro de areia, baixo, para norte. A povoação inicial subsistia, essencialmente, das trocas comerciais com as populações locais e do interior, da pesca e agricultura de subsistência. As suas construções eram, na generalidade, precárias e construídas à base de adobe. Apesar de tudo, o sucesso deste assentamento humano leva o então Governador Geral, José Bressane Leite, após visita ao local em 1842, a manifestar a sua vontade de continuar os apoios àquela povoação, de concluir a fortaleza e de “marcar no terreno os principais traços para regularidade e simetria da nova povoação”⁶.

Torres (1974, p.9) faz referência que os acontecimentos de 26 e 27 de Junho de 1848 em Pernambuco, (Revolução praieira)⁷ determinaram a partida, em 1849 (primeira colónia) e 1850 (segunda colónia), de população daquela cidade para Moçâmedes, estabelecendo-se dois grupos de imigrantes que fundaram o Distrito, e viram a elevação à categoria de vila em 1855.

O crescimento populacional nesse período fez-se sobretudo com imigrantes oriundos de Pernambuco (Brasil), portugueses residentes em Luanda e Benguela, algarvios, madeirenses e degredados, militares e estrangeiros de diversas proveniências. Os algarvios maioritariamente de Olhão, foram os pioneiros e precursores da atividade pesqueira em Moçâmedes, (Salvador e Rodrigues, 2010).

Entre os instrumentos legais que serviram de base à sua implementação destacam-se o código de posturas da Câmara, aprovado em 1856, e o primeiro Plano de Urbanização de Moçâmedes, de 1883.

⁴(...) Onde se fazia larga exportação de escravos, (Torres, 1974, p.27).

⁵A costa, denominada também de Bituto (num relatório de Pedro Alexandre da Cunha de 1840), compreende quatro regiões: 1. Bituto Luquengo (São Nicolau e Lucira); 2. Bituto Mussengo 3. Bituto Curoca (Margem sul do rio Curoca e Porto Alexandre); 4. Bituto Banda (Baía dos Tigres).

⁶Ofício do Governador de Angola, de 30 de Novembro de 1842 in (Felner, Angola. Aparentamentos sobre a Colonização..., II Tomo, 1940, doc. 21, p. 73). (Moçâmedes e Várzea do Bero);

⁷O aumento de impostos e, consequentemente do custo de vida, ocasionou distúrbios, tendo se agravado nos dias 26 e 27 de junho de 1848, como consequência vários portugueses foram mortos e feridos.

O primeiro introduz, entre outras normas, regras para a salvaguarda da higiene e salubridade do espaço urbano: “obrigando os habitantes a exhibir limpas as testadas de suas casas, pátios e quintais, proibindo-se a secagem de couro e de peixes em determinados lugares, opondo-se à divagação de animais pelas ruas e pelas praças, impedindo-se a construção de casas ou de paredes fora do alinhamento mandado marcar pela Câmara”⁸, entre outras.

Sob pressão de várias nações, e por forma a se consolidar no sul de Angola, em particular em Moçâmedes, Portugal idealiza uma migração de famílias rurais nos anos de 1883 a 1884, com a fixação de um edital em todos os distritos que garante apoios financeiros e meios de trabalho por parte do Governo português (Bastos, 2009).

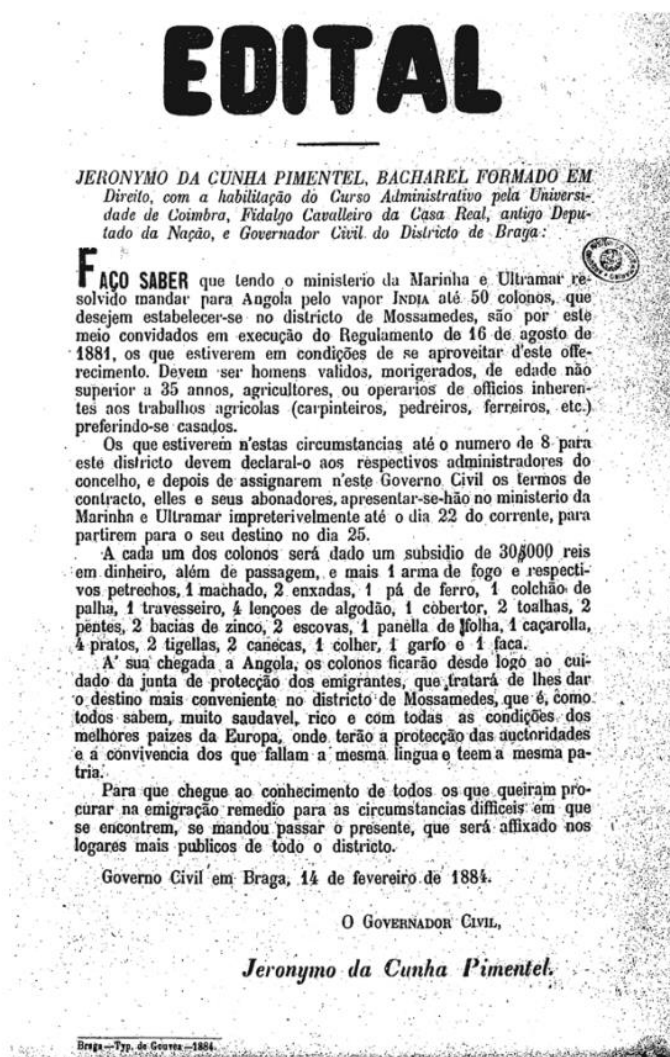


Figura 17 – Edital: Colonos que quisessem se estabelecer em Moçâmedes em 1884

Fonte: Bastos, 2009.

⁸Mendonça Torres, O Distrito de Moçâmedes nas Fases., 1º Vol., 1974, p. 270.

A cidade de Moçâmedes foi concebida inicialmente com a estrutura ortogonal, composta por três arruamentos principais paralelos ao mar e com comprimento inferior a 400 metros, rasgados por sucessivos arruamentos de hierarquia inferior na perpendicular. As melhores construções ocuparam as frentes mais próximas do mar e os lotes foram dimensionados para incluírem área de horta e jardim. Vista do mar, destaca-se na cidade de Moçâmedes no alto da ponta Negra o Forte de São Fernando (atual Base de Comando da Marinha de Guerra de Angola), a Igreja de Santo Adrião e o Palácio do Governo (Salvador e Rodrigues, 2010).

INÍCIO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM MOÇÂMEDES

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2013 a 2017 da província do Namibe, em virtude do rápido crescimento populacional, bem como do crescimento da cidade em meados do século XX, houve a necessidade da elaboração do Plano Geral de Urbanização de Moçâmedes, sob coordenação do responsável pelo Gabinete de Urbanização das Colónias (GUC), arquiteto João António Aguiar, que foi concluído em 1954, e que vem estabelecer as grandes linhas orientadoras para o crescimento da cidade, concretizadas apenas em parte nas décadas seguintes.

Presumidamente, definiram-se os seguintes objetivos:

- A realocação das atividades industriais, em especial as associadas ao sector das pescas, em zonas separadas da habitação, onde existissem terrenos livres que possibilitasse o seu crescimento e a criação de faixas de proteção face às restantes atividades e, de preferência, com fácil acesso aos caminhos de ferro. Como potencial localização de uma zona industrial e outros usos incompatíveis com a cidade central foi apontada a área do Saco-Mar.
- A modernização do Porto Comercial de Moçâmedes, “com a construção de um cais acostável” e “que abrangerá a extensão poente da baía até às proximidades da Ponta do Noronha”⁹. Foi igualmente referida a intenção de realocar os antigos e degradados estabelecimentos da indústria pesqueira da Torre do Tombo para dar lugar a zonas de armazenagem de apoio ao Porto.
- A criação de reservas de terrenos para a construção de futuros equipamentos; neste âmbito, foi apontada a necessidade de se proceder à construção das seguintes estruturas: um mercado municipal, novos estabelecimentos religiosos, um novo hospital, uma escola técnica, um liceu e instalações desportivas para a prática de várias modalidades e espaços.
- A reabilitação do interior dos quarteirões em toda a cidade baixa (núcleo central), através da eliminação dos múltiplos anexos habitacionais, promovendo “o saneamento dos logradouros e a higienização das habitações”.
- A construção de novos bairros residenciais nas zonas de expansão definidas segundo diversas tipologias. É considerada a construção de blocos habitacionais como forma de providenciar habitação à população com menores recursos, tendo como áreas

⁹ Uma reentrância na baía de Moçâmedes. Fonte: <https://mapcarta.com/pt/19039482>.

preferenciais de expansão apontadas as zonas costeiras na Ponta do Noronha, sobranceiras à baía, em detrimento do interior, por apresentarem vantagens ao nível da altitude e exposição aos ventos dominantes.

- A construção de uma rede de esgotos, de acordo com as opções do plano, surge como prioridade. A rede de abastecimento de água havia sido concluída dois anos antes, sendo apenas necessário equacionar a sua ampliação para as áreas de expansão definidas.
- A classificação pelas entidades competentes dos elementos de valor patrimonial da cidade. É salientado o valor patrimonial de todo o núcleo antigo da cidade e a importância da sua conservação, mas sem comprometer, contudo, a sua evolução, “de acordo com modernos preceitos da construção, nomeadamente, de higiene e ocupação”.
- A construção de um novo aeroporto junto à estrada para o Lubango.

Nota-se que nesse Plano de Urbanização de 1954 já havia a preocupação com a classificação e preservação do património histórico do núcleo central da cidade de Moçâmedes. Percebem-se, ao caminhar pela cidade, várias edificações em estado avançado de degradação, em que muitas delas foram abrangidas pela intervenção proposta no plano em referência.

Já o Plano Regulador de Moçâmedes de 1968 e o Plano Parcelar da Zona Marginal de 1969 deram ênfase à vertente turística, não tendo sido concluída a sua implementação, em virtude da paralisação no decurso da luta pela independência nacional de Angola.

Moçâmedes, assim como outros municípios da província do Namibe, foram os que pouco sofreram no período pós-independência, em virtude de não ter sido palco da instabilidade política e dos conflitos armados em Angola. O centro urbano estava conservado nessa época, contudo os grandes empreendimentos que eram abastecidos com mercadorias oriundas do interior do país não conseguiram sobreviver, e com isso os efeitos indiretos da guerra são visíveis, com a desocupação de vários edifícios e consequentemente a degradação até ao estado de ruína.

De acordo com o REGEU¹⁰, as edificações devem obrigatoriamente serem alvo de manutenção a cada nove anos, porém não é o que se constata. Há uma passividade por parte das autoridades locais na não penalização dos titulares de imóveis em mau estado de conservação, bem como de alguns imóveis pertencentes ao Estado.

Por outro lado, a falta de códigos de posturas e outros instrumentos de ordenamento do território tem contribuído sobremaneira para que esse quadro não se reverta e, assiste-se a parte da história de Moçâmedes a sucumbir, e de forma egoísta a atual geração está a tirar o direito das próximas presenciarem parte da história da cidade.

Em 2011, o Governo Provincial do Namibe contactou a empresa GB Consultores para elaboração do Plano Diretor de Moçâmedes, tendo a mesma elaborado vários estudos e levantamentos sobre o município, porém nunca concluído e apresentado formalmente esse trabalho. Após análise do mesmo, percebe-se que o mesmo se trata de um Plano de Urbanização e não de um Plano Diretor Municipal, mas, serviu, e tem servido, de grande valia nas intervenções que o Governo provincial e a administração municipal de Moçâmedes têm levado a cabo. Por outro lado, este documento tem

¹⁰ Regulamento Geral de Edificações Urbanas (Decreto Presidencial Nº 13/07 de 26 de Fevereiro).

também servido de suporte para a elaboração do Plano de Ordenamento do Território do município de Moçâmedes levado a cabo pela empresa Dar Al-Handasah Consultants.



Figura 18 - Cidade de Moçâmedes em 1960

Fonte: Proposta do PDM de Moçâmedes (Empresa GB Consultores, 2011), retirada do Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe

A cidade consolidada, de traçado colonial, que tinha nos anos 1970 os seus limites fixados no Forte de Santa Rita e na foz do rio Bero – a norte – e que tinha o seu crescimento previsto em plano projetado para sul, onde o limite se situava na Torre do Tombo, foi crescendo para o interior, abandonando a sua forma elíptica original. O bairro Mandume, prolongando para o interior o bairro do Forte de Santa Rita e o bairro Saidy Mingas, e ampliando a malha da cidade colonial para mais longe da costa, são precursores da nova forma em leque que a cidade foi adquirindo.

Esse crescimento da cidade a partir da sua estrutura original reveste-se de diferentes padrões urbanísticos, hoje bem visíveis na estrutura urbana e a merecer a atenção de um Plano Director. Grosso modo pode destacar-se, ainda no princípio do século XX, a localização dispersa de equipamentos industriais e de entrepostos comerciais, que se implantaram na malha urbana, constituindo hoje elementos visualmente destacados e funcionalmente desafiantes de uma política de ordenamento. O bairro Eucaliptos, situado nas imediações da Zona Industrial que, a sul do rio Bero, se estende junto à saída para a Sacomar e para o Lubango, é um exemplo de expansão urbana não planeada. Como o é também, por exemplo, em boa parte, o Valódia e a expansão que deu origem ao Plató e ao Bagdad, levando à densificação do bairro.



Figura 19 - Planta de Moçâmedes em 1938

Fonte: Proposta do PDM de Moçâmedes (Empresa GB Consultores, 2011), retirado do Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe

4.3.1. DESENVOLVIMENTO RECENTE

Os últimos anos caracterizam-se, devido à estabilização do processo de paz, pela retoma do investimento económico, tanto de iniciativa privada como estatal, assim como pela procura crescente da construção definitiva e de novos terrenos para construção. As questões relacionadas com o crescimento urbano, como a infraestruturação de novas áreas, a implantação de equipamentos coletivos e a novas áreas de expansão, têm sido prioridades do Governo local.

O crescimento da cidade nos últimos anos, foi marcado pelo acontecimento das inundações do Rio Beiro a 5 de Abril de 2001 em que, como consequência, várias famílias ficaram desalojadas e assim surgiu o maior bairro de Moçâmedes com o nome de 5 de Abril. Na altura foi loteada uma vasta área, na zona Sudoeste da cidade, destinada a autoconstrução. O loteamento aplicou repetidamente quarteirões regulares em malha ortogonal, em toda a extensão, intercalados por arruamentos amplos. Foram também elaborados projetos residenciais “tipo”, de forma a manter um padrão construtivo e tipológico.

4.3.2. EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DA CIDADE DE MOÇÂMEDES

A cidade de Moçâmedes cresceu desde a chegada dos navegadores portugueses em 1884 com a chegada do primeiro e segundo grupo de colonos, provenientes na sua maioria da Madeira e do Algarve, chegaram para dar resposta a necessidade de crescimento da colónia, liderada por José Joaquim da Costa (Bastos, 2009, p. 64).



Figura 20 – Mancha urbana em 1880 (a negro, com a mancha atual a cinza)

Fonte: Autor, baseado em imagem Google Earth



Figura 21 - Mancha urbana em 1930 (a negro, com a mancha atual a cinza)

Fonte: Autor, baseado em imagem Google Earth

Para retratar o processo inicial de urbanização, foi escolhida a data de 1880, por se considerar a fase em que algumas edificações importantes no centro histórico de Moçâmedes foram concluídas, bem como outras em construção. Como parâmetro de comparação, para um segundo momento considerou-se o ano de 1930 (50 anos depois), tendo se evidenciado a expansão para a zona sul, precisamente a zona do Porto de Moçâmedes, bem como as residências conexas surgidas em função dessa atividade.



Figura 22 - Mancha urbana em 1975 (a negro, com a mancha atual a cinza)

Fonte: Autor, baseado em imagem Google Earth



Figura 23 - Mancha urbana em 2001 (a negro, com a mancha atual a cinza)

Fonte: Autor, baseado em imagem Google Earth

Angola tornou-se independente em 1975, desencadeando vários eventos na cidade, nos âmbitos social, económico e político, levando-a a crescer no sentido Sudoeste, e a sul do rio Bero¹¹. Já o ano de 2001, precisamente o dia 5 de Abril, foi uma data marcante na vida dos moçamedenses, pela ocasião das cheias decorrentes da inundação do rio Bero, que resultou no desalojamento de centenas de famílias e, com isso, no surgimento do maior bairro da província do Namibe (Bairro 5 de Abril).



Figura 24 - Mancha urbana em 2010 (a negro, com a mancha atual a cinza)

Fonte: Autor, baseado em imagem Google Earth

A partir de 2010, é possível identificar a consolidação do bairro 5 de Abril a (sudoeste), bem como a expansão em torno da zona central da cidade. Em 2020, como se percebe no mapa, a cidade de Moçâmedes manteve a consolidação do núcleo central, e assistiu-se ao surgimento de outros bairros periféricos não conurbados. Destaca-se ainda o surgimento das urbanizações do 5 de Abril e da Praia Amélia, nas zonas sul e sudoeste respetivamente.

¹¹ Rio intermitente, onde foram feitos furos de água nas suas margens, que abastece a maior parte da cidade.



Figura 25 - Mancha urbana em 2020

Fonte: Autor, baseado em imagem Google Earth

4.4. SISTEMA VIÁRIO ESTRUTURANTE

O Município de Moçâmedes é privilegiado em infraestruturas viárias, ferroviárias, aeroportuárias e marítimas. A Estrada Nacional 100, também conhecida como avenida marginal, divide o município a meio, ligando as regiões norte e sul de Angola.

A Leste, a cidade de Moçâmedes tem ligação com a Província da Huíla por intermédio da Estrada Nacional 280 que, pelo seu estado de conservação e pelo fato da província do Namibe estar encravada em termos geográficos, possibilita o acesso via terrestre para a mesma província.

O Caminho de Ferro de Moçâmedes (CFM) é uma linha ferroviária de 756 km de extensão, que liga o oeste a leste de Angola, isto é, partindo de Moçâmedes até à cidade de Menongue, passando pela província da Huíla. Em complemento com a infraestrutura viária de ligação com outras províncias e da estrutura portuária, este sistema tornou Moçâmedes no principal centro logístico da região sul de Angola.

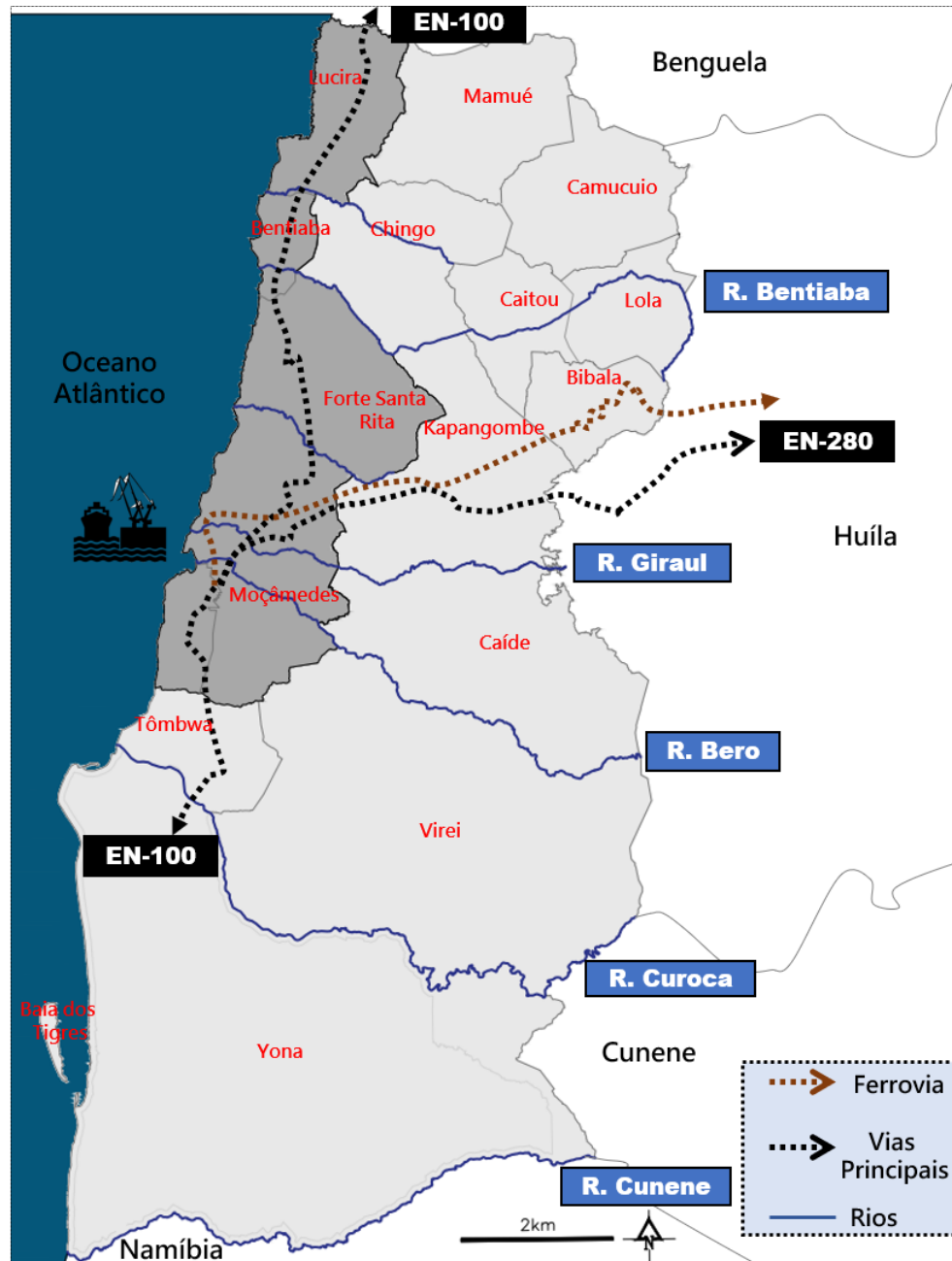


Figura 26 - Mapa das principais vias estruturantes

Fonte: autor 2021

4.5. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INTERVENÇÃO

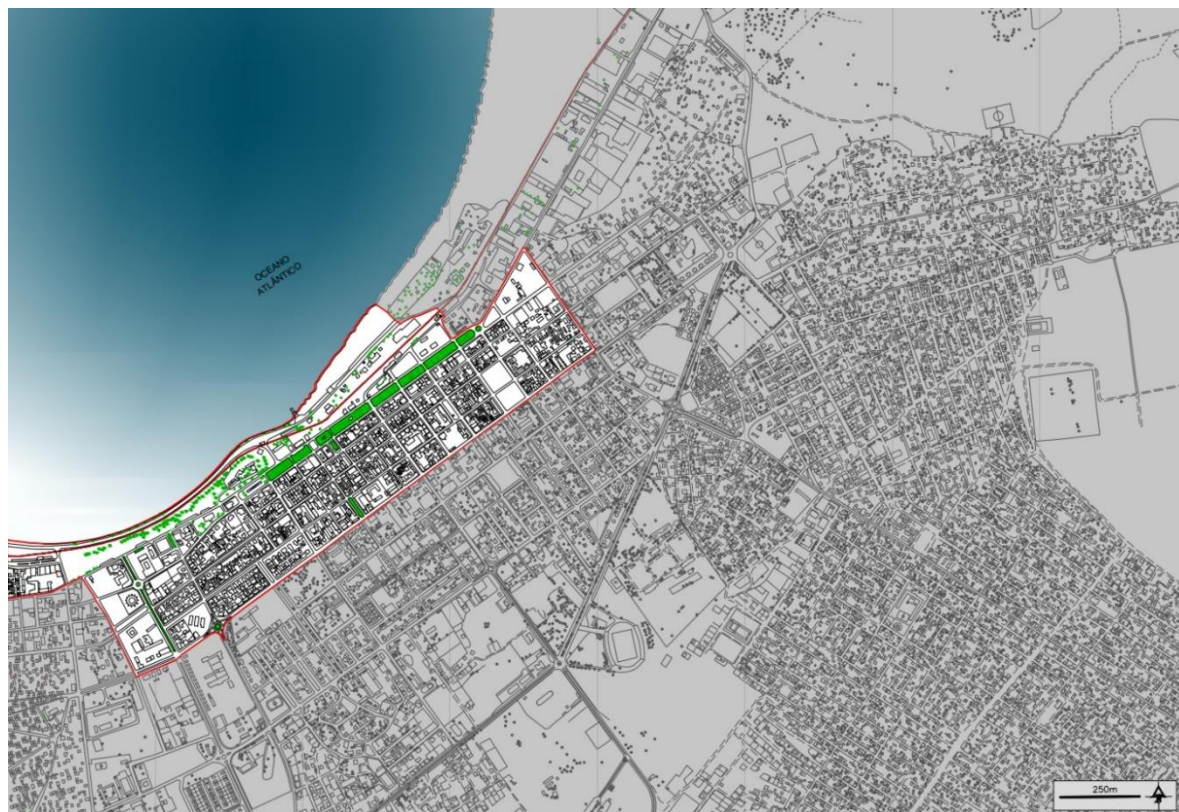


Figura 27 - Mapa da delimitação da zona de estudo.

Fonte: Autor, 2021.

O levantamento e caracterização da zona de estudo foi desenvolvido numa área de 70 hectares, na área considerada como centro histórico da cidade de Moçâmedes e a sua envolvente. É uma zona de fácil acesso, na face norte pela Estrada Nacional 100 (EN100), que liga a norte as comunas do Bentiaba e Lucira, e a Sul o município do Tômbwa. Esta é a zona mais diversificada da cidade, onde se encontram as instituições de decisão da Província do Namibe, bem como os principais equipamentos de serviços e lazer. A área em estudo foi escolhida por ser o centro histórico e a zona onde é possível observar as edificações com relevante valor cultural e arquitetónica, embora simultaneamente em estado avançado de degradação, reunindo exemplos de arquitetura militar, lazer e cultura, residencial, comercial e serviço.

O CENTRO HISTÓRICO DE MOÇÂMEDES

O centro da cidade de Moçâmedes foi concebido com uma trama de malha permeável, regular e curta, confortável para a circulação pedonal, quarteirões largos e com baixa cerca. A cidade foi-se desenvolvendo defronte a faixa marítima, ao longo da Avenida Eduardo Mondlane, mais conhecida como Jardim Milionário¹², sendo um dos pontos mais atrativo da cidade, com mistura de equipamentos de comércio, serviços e outros.

¹²Jardim da cidade de Moçâmedes, cuja reabilitação teve um orçamento avultado Estado.



Figura 28 - Avenida Eduardo Mondlane (Jardim Milionário).

Fonte: Portal de Angola, adaptado pelo autor 2021.

A Avenida Eduardo Mondlane tem aproximadamente 1,10 quilómetros de comprimento, com 50 metros de largura, sendo que o separador central tem 30 metros de largura.



Figura 29 - - Avenida Eduardo Mondlane (Jardim Milionário).

Fonte: Governo Provincial, adaptado pelo autor 2021.

Os assentamentos dos edifícios mais importantes foram implantados no planalto, a mais de 20 metros de altura do nível da Avenida Marginal. Nela encontra-se a Fortaleza São Fernando, o Palácio do

Governo, o Tribunal Provincial, a Procuradoria-Geral da República, o Governo Provincial do Namibe, a Delegação Provincial de Finanças, o Comando Provincial da Polícia Nacional, entre outros.



Figura 30 - Avenida marginal.

Fonte: Página Facebook, página oficial do Governo Provincial do Namibe, 2021.

O Namibe é uma das províncias angolanas com maior potencial turístico, com variadíssimas praias e o deserto onde se encontra a mítica planta *Welwitschia Mirabilis*¹³. Tem recebido nos últimos anos navios de cruzeiros, com turistas oriundos de vários continentes, que têm a oportunidade de visitar o centro histórico de Moçâmedes. Uma vez ser política do executivo de Angola diversificar a economia para uma não dependência do petróleo, foram delineadas políticas que visam transformar o turismo num dos principais setores que mais contribuirão para o Produto Interno Bruto (PIB).

Com a reabilitação dos Portos Mineraleiro e Comercial, orçamentado em 600 milhões de Dólares norte americanos, juntamente com a exploração de petróleo que se prevê que acontecerá nos próximos anos (uma vez que o processo se encontra na fase de consultas públicas e estudos de impacto ambiental), esses investimentos refletir-se-ão na cidade perspetivando a sua rápida mudança e transformação. No centro histórico já se evidencia esse processo, como veremos adiante.

¹³ Também conhecida como polvo do deserto, é uma planta que só existe no sul de Angola e norte da Namíbia.

4.5.1. SISTEMA VIÁRIO LOCAL (ÁREA DE ESTUDO)

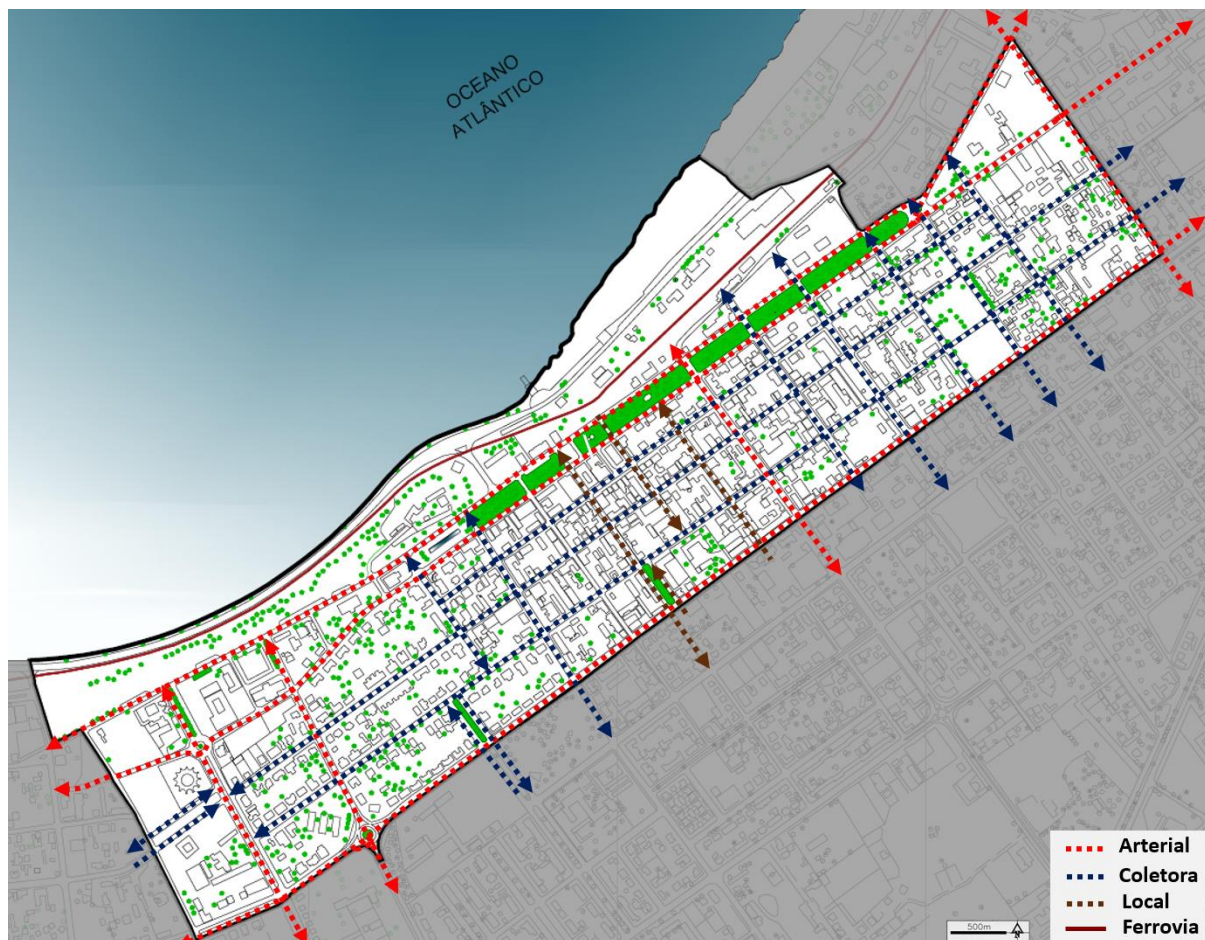


Figura 31 - Mapa da hierarquia de vias da zona de estudo.

Fonte: Autor, 2021.

A zona de estudo caracteriza-se pela predominância do traçado da malha regular, embora na parte sudoeste apresente alguns quarteirões mais longos e irregulares. As tramas da malha são bem definidas, sendo que a maior parte das vias arteriais tem o fluxo em duplo sentido, e a largura das mesmas varia entre 10 e 24 metros.

Moçâmedes tem a densidade populacional mais elevada da Província do Namibe (com um total de 40 habitantes por km², quando comparado com a média da província de 11 habitantes por km²). As comunas de Moçâmedes e Forte Santa Rita, onde incide a área de estudo, representam mais de 90% da população total da Província do Namibe. Ainda assim, para a realidade local, e em função do desenvolvimento económico da província, não há muita pressão de tráfego nas vias.

É importante referir também os quarteirões curtos existentes na zona de estudo, ou seja, o encurtamento do sistema viário e a proximidade entre um cruzamento e outro. No entanto, este desenho melhora a qualidade da mobilidade pedestre, proporcionando maior permeabilidade e possibilidades na escolha de percursos.

4.5.2. CARATERIZAÇÃO DOS QUARTEIRÕES (ÁREA DE ESTUDO)

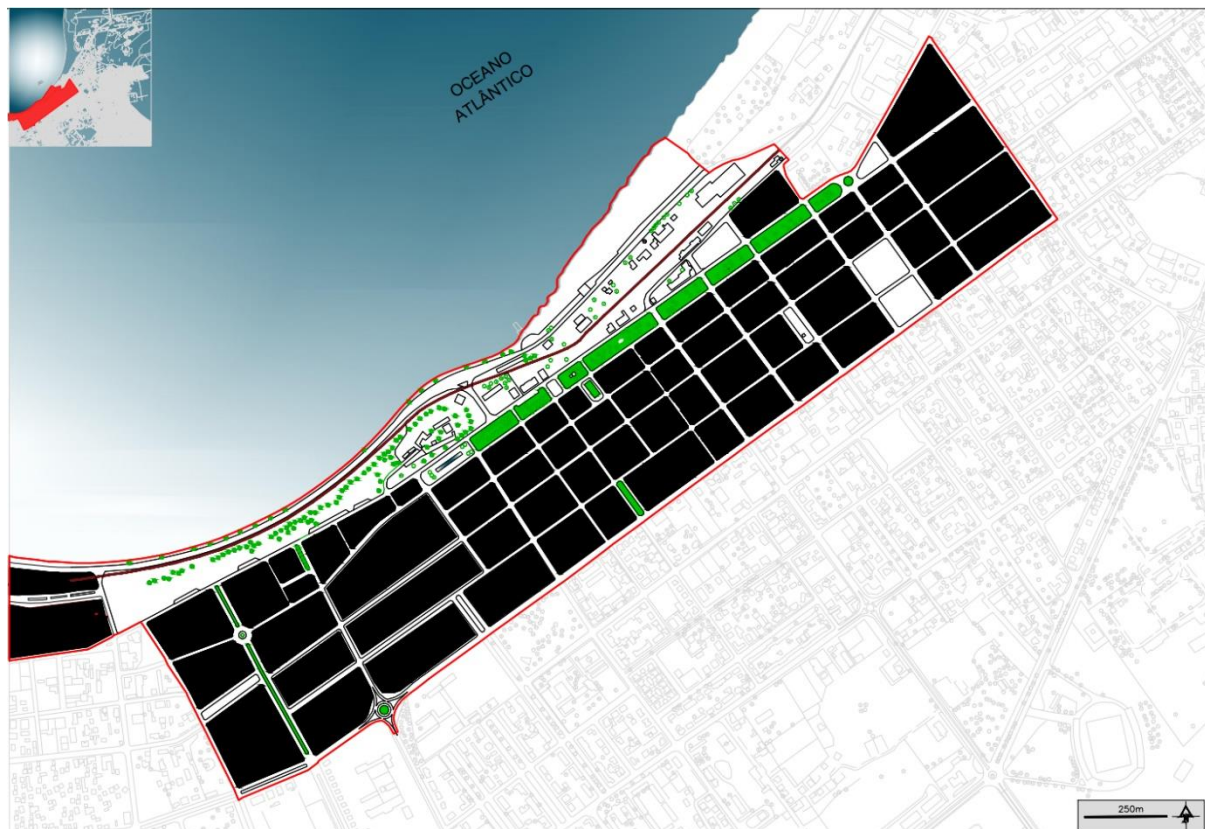


Figura 32 - Mapa dos quarteirões edificados e não edificados da zona de estudo.

Fonte: Autor 2021.

A zona central permaneceu com os quarteirões regulares como definido no Plano Geral de Urbanização de Moçâmedes, estabelecendo ruas largas e quarteirões curtos junto do litoral, e crescentes nos sentidos norte e sul.

4.5.3 CARATERIZAÇÃO DOS LOTES EDIFICADOS E NÃO EDIFICADOS DA ÁREA DE ESTUDO



Figura 33 - Mapa dos lotes edificadas e não edificadas da zona de estudo.

Fonte: Autor, 2021

O centro histórico de Moçâmedes é caracterizado pela existência de grandes lotes, onde funcionavam instituições do Estado, bem como grandes armazéns que, com o passar do tempo, foram ocupados e transformados em quintalões¹⁴. Os lotes do núcleo central estão ocupados por várias famílias e têm maior ocupação do que os lotes mais a sul e a norte da cidade.

4.5.4. USO DO SOLO DA ÁREA DE ESTUDO

O uso residencial tem a maior predominância na zona de estudo, em seguida as instituições públicas e privadas também se destacam nessa zona. Os usos foram se alterando com o passar dos anos, em função das dinâmicas da cidade.

Também é importante realçar a existência de diversidade de usos na zona de estudo com características próprias. Os usos institucionais na sua maioria ocupam um quarteirão, como são os casos dos edifícios das finanças, governo provincial do Namibe, tribunal provincial. Existem vários edifícios nessa mesma área que estão a sofrer alterações, os seus térreos estão a ser transformados em comércio e os andares superiores em residências e serviços. Esses usos combinados de alguma maneira têm contribuído para geração de diversidade de atividade na cidade.

¹⁴ Quintais grandes, onde na sua maioria residem várias famílias.

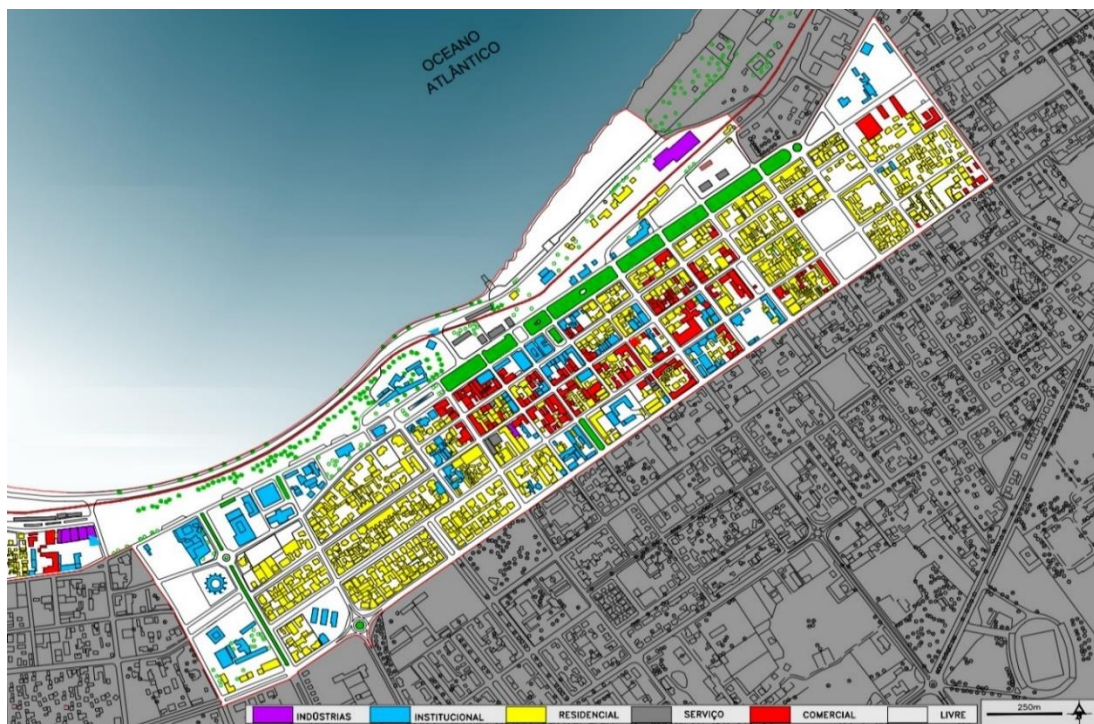


Figura 34 - Mapa do uso do solo da zona de estudo.

Fonte: Autor 2021.

PROBLEMÁTICA (ESCALA DOS QUARTEIRÕES, RUAS, PARQUES E JARDINS)

Ao longo dos anos, o uso do solo foi-se alterando significativamente, e com isso o centro histórico foi sofrendo com a forte pressão do setor imobiliário. As transformações mais significativas foram observadas no interior dos quarteirões e os lotes foram alterando o seu uso sem o devido consentimento da administração municipal. Em parte, a falta de instrumentos legais que regulem a política de ordenamento do território no município contribuiu significativamente para essas transformações.



Figura 35 -Mapa dos quarteirões da zona de estudo, que serão adiante descritos

Fonte: Autor, baseado em imagens do Governo provincial do Namibe

O quintalão do Edifício do Banco de Angola espelha aquela que é uma das problemáticas vividas no centro histórico de Moçâmedes, um edifício institucional que encontra-se degradado e que foi ocupado por familiares de antigos funcionários do Banco de Angola.



Figura 36 - Fotografia do quarteirão do Banco de Angola.

Fonte: Autor, baseado em imagens do Governo provincial do Namibe.

De acordo com Amaral (2007, p.12), o espaço de transição encontra-se entre a cidade e o edifício: a vivência na cidade acontece no encontro entre o espaço público e privado, onde há relações entre eles.

No caso deste primeiro quarteirão (Banco de Angola), não parece haver uma interação intensa no limite imaginário entre a rua e os edifícios, uma vez que não existe conexão entre o piso térreo e a rua, o que pode dificultar a interação entre o edifício com a cidade.



Figura 37 - Fotografia do quarteirão do Banco de Angola.

Fonte: Autor, 2021.

No segundo quarteirão (adjacente ao do Banco de Angola), apenas uma edificação está em funcionamento (loja). Neste caso específico, uma empresa do setor imobiliário comprou as restantes edificações há mais de 4 anos, fechou as portas e janelas, e não promove a sua utilização, (tem causado mau ambiente no quarteirão), deixando as ruas em sua volta quase sem movimento.



Figura 38 - Fotografia do quarteirão adjacente ao Banco de Angola e a sua envolvente.

Fonte: Autor 2021.

A Administração Municipal de Moçâmedes, por forma a pôr cobro nisso, elaborou em Janeiro de 2021, um edital sobre os imóveis abandonados e sem uso, a fim de mudar a imagem da cidade, bem como penalizar aqueles que deixam os imóveis nessa situação.



Figura 39 - Fotografia do quarteirão adjacente ao Banco de Angola.

Fonte: Autor 2021

Neste caso específico, levanta a questão da especulação imobiliária, uma vez que essa empresa tem adquirido vários imóveis no centro histórico de Moçâmedes, e até ao momento não fez o seu

aproveitamento. As imagens da figura nº 4, 5, 6 e 7, são outros exemplos de degradação e em alguns casos abandono das edificações. No caso da imagem nº 6, foi feito um muro na face frontal, para não permitir visibilidade do que acontece na parte posterior, onde se realizam atividades do setor informal, como a lavagem de carros e comércio.



Figura 40 - Fotografia de alguns pontos da zona central

Fonte: Autor 2021

Ainda sobre os espaços em declínio na zona central, destacamos a Praça do bairro da Facada, onde foi implantado um obelisco em 1869, em homenagem a Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, marquês de Sá da Bandeira (hoje província da Huíla). Esta praça está ao abandono, as árvores não estão podadas, os passeios estão degradados e com lixo no seu interior. Tal situação deprecia àquela que é a única praça do bairro.



Figura 41 - Praça da Facada

Fonte: Autor 2021

No Jardim Milionário a problemática não é tão visível como na praça da Facada, porém também existe falta de manutenção e conservação da mesma.



Figura 4.42 - Jardim Milionário, década de 1960

Figura 4.43 - Jardim Milionário, 2021

Fontes: Figura 42 -Blog Namibe do antigamente, 2018. A figurara 43-autor, 2021

Nota-se nas duas imagens a mudança de vivências que a praça sofre. A imagem da década de 1960, apresenta-se com bancos e guarda-sol, como espaço para estar, sentar e contemplar. Já a imagem de 2021, e o que se tem presenciado atualmente no Jardim Milionário é um jardim com mais arbustos, com menos pessoas a conviverem, e menos serviços a oferecer. Aquilo que outrora era um local de lazer e contemplação, hoje de forma tímida encontram-se pessoas sentadas em bancos, mas a fraca adesão é perceptível. Por outro lado, não deve-se descorar a intensa mudança social, e o fato de na época colonial o uso dos espaços públicos eram principalmente pela elite privilegiada. O convívio em largos e praças foi se perdendo ao longo do tempo, em que, julga-se que a qualidade do espaço, bem como os serviços que oferece influencia significativamente a sua utilização. Em geral, à escala dos bairros e das ruas, os principais problemas estão ligados à densidade populacional dentro dos bairros, tendo surgido várias construções ilegais à margem das autoridades locais, e assim se foram mantendo até aos dias de hoje.



Figura 44 - Fotografia das problemáticas do centro histórico de Moçâmedes

Fonte: autor 2021

Também se destacam os imóveis e, em alguns casos, bairros que se encontram devolutos, bem como largos e praças sem os cuidados necessários e que provocam insegurança nessas áreas. Tais

situações desencorajam as pessoas em vivenciar as ruas, praças e parques e, com isso, contribuem para um declínio da imagem da cidade.

É visível a degradação que os conjuntos arquitetónicos da zona central vêm sofrendo ao longo dos anos, a sua revitalização contribuirá para a valorização urbana e melhoria da qualidade de vida dos residentes e ultimadores. Numa altura em que as apostas para fazer face a crise financeira os anos de receção económica que atinge Angola é a aposta no setor do turismo, e assim como observa-se em outras latitudes, a partida para o êxito desse setor é necessário melhorar as infraestruturas de apoio à mobilidade urbana bem como a intervenção na escala dos quarteirões, principalmente na zona central.

PROBLEMÁTICA (ESCALA DO EDIFÍCIO)

4.6. IMÓVEIS COM RELEVANTE VALOR HISTÓRICO E CULTURA, E ESTADO AVANÇADO DE DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Foram selecionados alguns imóveis dentro do perímetro de estudo, que estão em estado avançado de degradação, e que apresentam valor histórico e cultural para a cidade. Esta amostra, selecionando um conjunto de edifícios de vários períodos históricos e usos militar, serviços, equipamentos, habitação, pretende ilustrar a diversidade e valor do conjunto existente, o acervo patrimonial da paisagem, assim como todo o património de dimensão intangível e que, portanto, o potencial do centro histórico não se limita apenas a estes edifícios, mas antes ao panorama alargado que estes exemplos integram.

Destacam-se imóveis do século XIX e XX, como a fortaleza de São Fernando, bem como outros mais recentes, que ao longo desses anos não tiveram intervenção preventiva, e que hoje carecem de intervenção profunda. Infelizmente poucos são os imóveis classificados como património histórico na cidade de Moçâmedes, havendo necessidade de intervenção do poder local, no sentido de se realizar um levantamento e estudos mais aprofundados para caracterização, bem como para elaboração de um plano de salvaguarda para os imóveis do centro histórico de Moçâmedes.

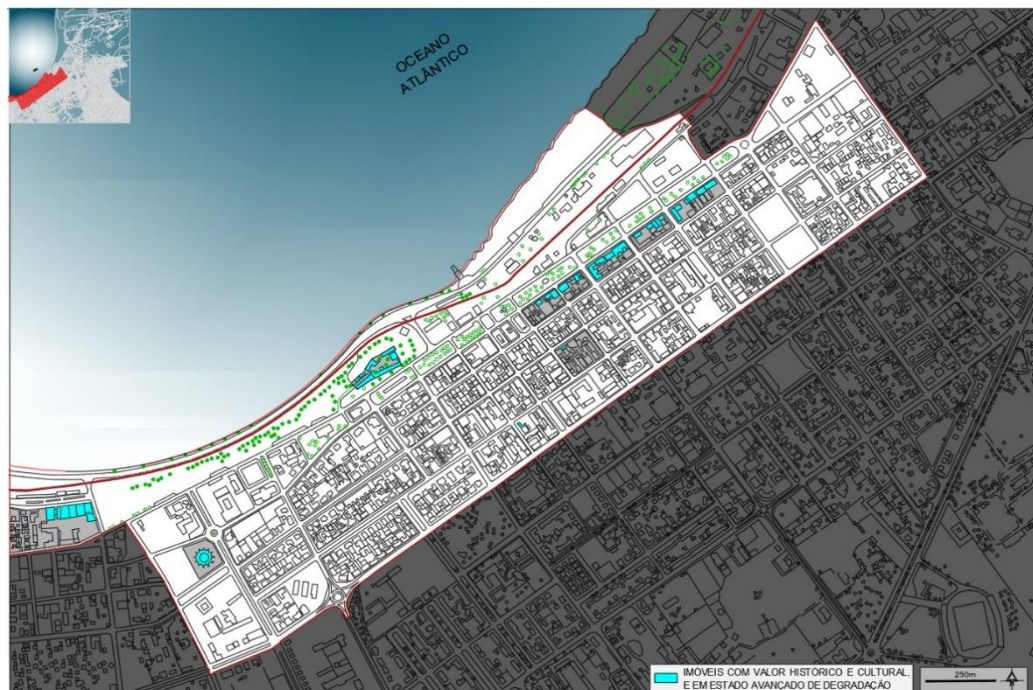


Figura 45 - Mapa da seleção de imóveis com valor cultural e em estado avançado de degradação.

Fonte: Autor 2021.

4.7. CARACTERIZAÇÃO DE IMÓVEIS COM VALOR CULTURAL E EM ESTADO AVANÇADO DE DEGRADAÇÃO

4.7.1. ZONA 01 – FORTALEZA DE SÃO FERNANDO

Quadro 5 - Ficha Técnica da Fortaleza de São Fernando

Nome:	Fortaleza São Fernando
Localização	Avenida Eduardo Mondlane
Ano de construção	1840
Proprietário	Estado (atualmente ocupada pela Base Naval Marinha de Guerra)
Uso	Institucional
Número de pisos	1
Ocupação	Total
Estado de conservação	Muito bom ☐ Bom ☐ Regular ☐ Mau ☒ Muito Mau ☐
Principais patologias	Derrocada, manchas de humidades, fissuras, manchas de Fungos

Este edifício foi escolhido como referência de estudo, pelo estado de degradação em que se encontra, e por ser um ícone da arquitetura militar em Angola, representando o período de estabilização e segurança da colonização portuguesa na região sul de Angola.



Figura 46 - Mapa e fotografia da Fortaleza São Fernando.

Fonte: Autor, 2021.

A construção da Fortaleza de São Fernando, está relacionada com a ocupação militar em Moçâmedes, estando localizada na Avenida Eduardo Mondlane, precisamente no planalto da Ponta Negra, com uma vista privilegiada da baía de Moçâmedes e da parte baixa e histórica da cidade.



Figura 47 - Fotografia aérea da Fortaleza São Fernando

Fonte: Autor, 2021.

Segundo Torres (1974), o Governador geral da Província Manuel Eleutério Malheiros ordenou, em Fevereiro de 1840, que se levantasse um forte na Baía de Moçâmedes. Cumpria assim as determinações de Sá da Bandeira, expressas nas instruções dirigidas, em 1833, a António de Noronha seu antecessor. O forte regularmente guarnecido viria a constituir o indispensável presídio sobre a Baía e Territórios confinantes. As obras do Forte foram concluídas em 1844, e em seguida alojou os militares, servindo igualmente de proteção dos populares durante invasões de outros povos.



Figura 48 - Fotografia da Fortaleza São Fernando.

Fonte: Autor, 2021.

A Fortaleza foi implantada no planalto da Baía de Moçâmedes, local estratégico e de ampla visibilidade de toda Baía, bem como de grande parte da cidade, em especial d entrada de todas embarcações na Baía de Moçâmedes.



Figura 49 - Imagem da Fortaleza, vista da Avenida Eduardo Mondlane

Fonte: Autor, 2021.

De acordo com Torres (1974), e com o ofício nº 249 de 12 de Junho de 1841, a designação de Forte de São Fernando deu-se com a deliberação aprovada por portaria ministerial, de 31 de Agosto, de 1841. Atualmente designado por Fortaleza de São Fernando, é ocupado pela Base Naval da Marinha do Namibe. O conjunto foi elevado a categoria de património histórico de Angola, e encontra-se em estado de degradação, situação agravada com as derrocadas que têm acontecido nos últimos anos.



Figura 50 - Imagem da Fortaleza, vista a partir do oceano.

Fonte: Autor, 2021.

A estrutura da muralha é constituída por um muro de gravidade em alvenaria escalonado de pedra. e está implantada numa camada rochosa que se tem desgastado ao longo dos anos.

Desde há pouco mais de três anos, têm havido derrocadas nas paredes de contenção da fortaleza, onde é necessária uma intervenção profunda e mais técnica, tendo o governo Provincial do Namibe informado quer o Ministério da Cultura quer o da Defesa para a devida solução. Após negociações, o Governo Provincial do Namibe, em parceria com a Clínica Sagrada Esperança, ratificou um contrato para reparação do muro de contenção da Fortaleza, sendo que as obras tiveram início no passado dia 07 de Junho de 2021, e está a cargo da empresa Mota-Egil, SA.

A semelhança da Fortaleza de São Miguel em Luanda, transformado em Museu das Forças Armadas, sendo reabilitado em 2013, a Fortaleza de São Fernando também deve ser intervencionada e transformada em museu, sob pena de se perder o vasto acervo militar existente no seu interior, e pela história e imponência arquitetónica que empresta a cidade de Moçâmedes.

4.7.2. ZONA 02 – EDIFÍCIO DO BANCO DE ANGOLA

Quadro 6 - Ficha Técnica do Quarteirão do Edifício Banco de Angola

Nome:	Quintalão do Banco de Angola
Localização	Avenida Eduardo Mondlane
Ano de construção	1868
Proprietário	Banco Nacional de Angola (BNA)
Uso	Institucional / Residencial
Número de pisos	2
Ocupação	Parcial
Estado de conservação	Muito bom ☐ Bom ☐ Regular ☐ Mau ☒ Muito Mau ☐
Principais patologias	Manchas de humidade, fissuras, manchas de Fungos, degradação de pintura, escorrimento de tinta

Este edifício representa o início das atividades bancárias na cidade de Moçâmedes. Complementarmente, o seu estilo arquitetónico, bem como a tecnologia construtiva utilizada na época, fazem dele uma referência, que agrega valor para a cidade.

O Banco de Angola teve início o das suas atividades em 1865, como uma sucursal do Banco Nacional Ultramarino sediado em Luanda. Tendo em conta o aumento do número de colonos e os atrasos nos pagamentos dos mesmos, houve a necessidade de se abrirem sucursais em Benguela e Moçâmedes em 1868, Sumbe em 1915, Lobito e Malange em 1918, Cabinda em 1919, Bié e Lubango em 1921 (Banco Nacional de Angola, 2021).

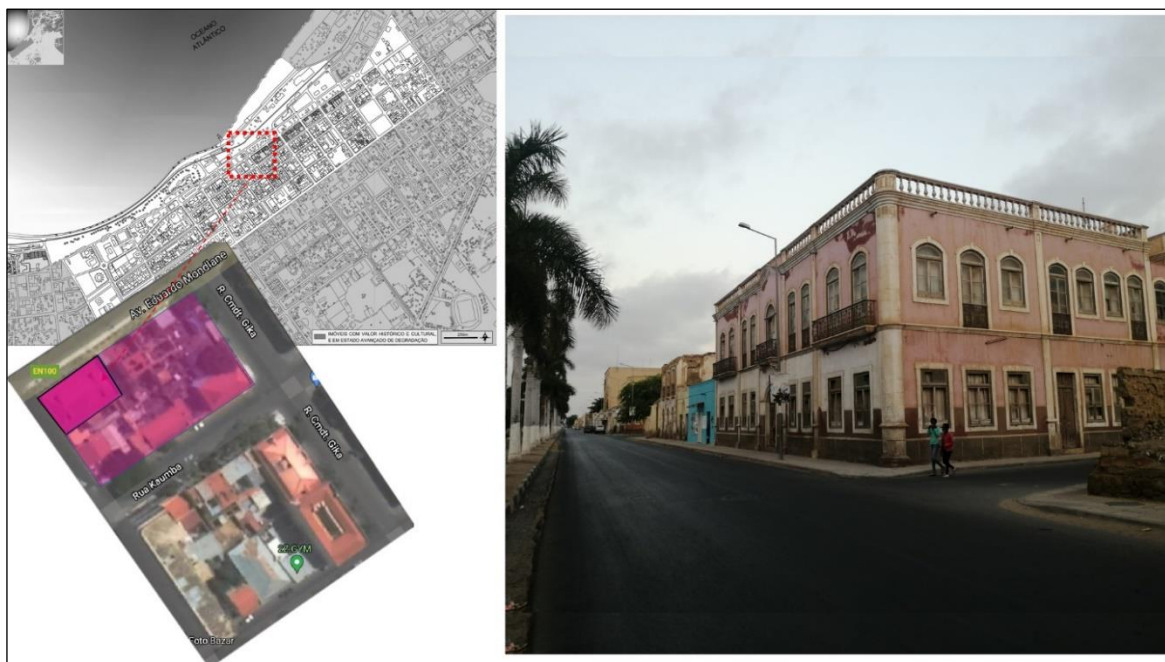


Figura 51 - Mapa e fotografia do Banco de Angola – Sucursal Moçâmedes

Fonte: Autor, 2021.

De acordo com Ildelberto Madeira¹⁵, no interior da estrutura central do edifício encontra-se boa parte do acervo do banco, que se encontra em avançado estado de deterioração. O edifício está sob gestão do Banco Nacional de Angola que, por questões burocráticas, tem dificultado o acesso ao mesmo.



Figura 52 - Mapa e fotografia do Banco de Angola – Sucursal Moçâmedes.

Fonte: Autor, 2021.

¹⁵ Angolano, Antropólogo de 78 anos de idade, filho de um colono português, respeitado e que se tem dedicado a contar as suas vivências no período colonial em Moçâmedes.

Neste quintalão residem várias famílias, que construíram anexos no interior do espaço, na sua maioria filhos e netos de ex-trabalhadores do Banco, que reivindicam direito sobre a propriedade. As edificações estão implantadas na Avenida Eduardo Mondlane, defronte o Jardim mais importante da cidade (jardim Milionário). Estão distribuídas num quarteirão de 3.100 metros quadrados.



Figura 53 - Fotografia do Banco de Angola, a partir da Av. Mondlane.

Fonte: Autor, 2021.

Este quarteirão está localizado entre o Banco de Fomento Angola (BFA), o Banco de Comércio e Indústria (BCI) e o Lar das Pescas, numa zona onde há constante fluxo de pedestres, mas que acaba por não ser muito atrativa ou convidativa, em virtude do seu estado de degradação.



Figura 54 - Alçado principal do Banco de Angola.

Fonte: Autor, 2021.

De típica arquitetura colonial portuguesa, este edifício degrada-se a cada dia, dando aspeto de abandono e transformando negativamente a paisagem da cidade.



Figura 55 - Quarteirão do Banco de Angola – antiga residência do gerente do Banco.

Fonte: Autor, 2021.

A residência em destaque na imagem, do lado do Banco de Angola, pertenceu ao gerente do Banco. Atualmente está devoluto e com níveis avançados de degradação.

4.7.3. ZONA 03 – RESIDÊNCIA DO PRIMEIRO MÉDICO CIRURGIÃO DE MOÇÂMEDES

Quadro 7 - Ficha Técnica da Residência do primeiro médico cirurgião de Moçâmedes

Nome:	Residência do primeiro médico cirurgião de Moçâmedes
Localização	Rua Eurico Gonçalves
Ano de construção	1868
Proprietário	Particular
Uso	Residencial
Número de pisos	1
Ocupação	Sem ocupação
Estado de conservação	Muito bom ☐ Bom ☐ Regular ☐ Mau ☐ Muito Mau ☒
Principais patologias	Fissuras, manchas de Fungos, degradação de toda a estrutura, exceto parte do alçado frontal

Este edifício foi escolhido como referência de estudo, por se tratar de uma das primeiras edificações concebidas na época, e por representar o estilo arquitetónico “Art nouveau”, ou Arte Nova, com origem no final do século XIX.



Figura 56 - Mapa e fotografia da residência do primeiro médico cirurgião de Moçâmedes

Fonte: Autor, 2021.

Esta construção foi a residência do Dr. Lapa e Faro, primeiro médico cirurgião de Moçâmedes, situada na ex-Rua Calheiros, hoje Rua Eurico Gonçalves, junto à ex-Câmara Municipal de Moçâmedes, atualmente Administração Municipal. Construída em 1868, era considerada a residência mais valiosa da cidade, inspirada na corrente arquitetónica surgida em França, “Art nouveau”, ou Arte Nova.



Figura 57 - Fotografia do alçado principal da residência

Fonte: Blog Mossâmedes do antigamente (Marian Jardim, 2011).



Figura 58 - Residência do Dr. Lapa e Faro (antigamente)



Figura 59 - Residência do Dr. Lapa e Faro (atualmente)

Fonte: Figura 4.58: fotografia-Blog Mossamedes do antigamente, (Marian Jardim, 2011); Figura 4.59: Autor, 2021.

Da residência apenas sobrou a parte dos alçados principal e lateral esquerdo, e infelizmente em pouco tempo toda a história que essa edificação carrega ficará apenas na memória dos que a presenciaram. A casa da Dona Desvia, como hoje é chamada em homenagem a uma ex-moradora da mesma, representa a falta de debate a respeito da conservação e reabilitação do património arquitetónico histórico, assim como do papel do Estado, de forma a promover uma nova imagem da cidade, resgatando o seu valor cultural, económico e social.



Figura 60 - Residência do Dr. Lapa e Faro.

Fonte: Autor, 2021.

Esta edificação localiza-se junto à estrutura administrativa mais importante do município (Administração Municipal de Moçâmedes), bem como do Comando Municipal da Polícia, constituindo uma zona muito importante, que deveria ser o cartão-postal do município.

47.4. ZONA 04 – FÁBRICA ÁFRICA

Quadro 8 - Ficha Técnica da Ex-Fábrica África

Nome:	Ex-Fábrica África
Localização	Avenida Marginal
Ano de construção	Década de 1950
Proprietário	Particular
Uso	Industrial
Número de pisos	1
Ocupação	Sem ocupação
Estado de conservação	Muito bom ☐ Bom ☐ Regular ☐ Mau ☒ Muito Mau ☐
Principais patologias	Manchas de humidade, fissuras, manchas de Fungos, degradação de pintura, escorrimento de tinta

Este edifício foi escolhido, por se tratar das primeiras unidades de produção industrial do setor das pescas, e por representar o desenvolvimento na época, sendo também ponto de referência que se diferencia na zona, aliada a história que representa na indústria de transformação do pescado na Província do Namibe.



Figura 61 - Mapa e fotografia das edificações anexas ao Porto Comercial do Namibe.

Fonte: Autor, 2021.

Estas edificações contíguas, anexas ao Porto Comercial do Namibe, funcionaram como uma fábrica de conservas, pertencente à Sociedade Oceânica no tempo colonial. No pós-independência serviram de apoio a atividade portuária, como armazém para depósito de produtos oriundos de outras localidades, assim como para produtos que seriam transportados para fora de Moçâmedes. As estruturas justapostas a essas edificações eram residências, onde moravam os trabalhadores da fábrica.



Figura 62 - fotografia das edificações anexas ao Porto Comercial do Namibe.

Fonte: Autor, 2021.



Figura 63 - Mapa perspectiva da Ex-Fábrica África.

Fonte: Autor, 2021.

Hoje essas unidades estão em estado avançado de degradação, principalmente na parte interior, onde não existem coberturas e várias pessoas têm usado este espaço como sanitário.



Figura 64 - Ex-Fábrica África.

Fonte: Autor 2021.

No mesmo quarteirão, existe a casa do dono da Fábrica África e dos outros trabalhadores (por trás do muro branco, conforme figura 4.64, nessa altura foi ocupada por várias famílias, a viverem de forma precária. Naquela época ainda não havia construções mais a sul da fábrica, mas hoje a fábrica demarca o limite entre a zona central e o bairro Torre do Tombo, na sua maioria autoconstruído.

4.7.5. ZONA 05 – CINE ESTÚDIO NAMIBE (OVNI)

Quadro 9 - Ficha Técnica do Cine Estúdio Namibe

Nome:	Cine Estúdio Namibe
Localização	Rua Augusto N'Gangula
Ano de construção	1973
Proprietário	Estado
Uso	Equipamento público
Número de pisos	2
Ocupação	Sem ocupação / Inacabado
Estado de conservação	Muito bom ☐ Bom ☐ Regular ☐ Mau ☒ Muito Mau ☐
Principais patologias	Fissuras, manchas de Fungos.

Este edifício foi escolhido como referência de estudo, por se tratar de uma imponente estrutura inacabada da cidade, que representa uma das poucas obras arquitetónicas modernas da província do Namibe. Adicionalmente a sua reabilitação poderá não só promover o convívio dos munícipes, como também poderá constituir um ícone nacional e quiçá uma referência mundial.



Figura 65 - Mapa e fotografia da edificação do Cine Estúdio Namibe.

Fonte: Autor, 2021.

O Cine Estúdio Namibe, ou “Cine Inacabado” como conhecido em Moçâmedes, foi um projeto encomendado pela empresa Cine de Moçâmedes, Lda., estando localizado na rua Augusto N`ganga, hoje uma zona privilegiada da cidade, com edifícios imponentes e importantes como o edifício do Governo Provincial do Namibe, a Delegação Provincial das Finanças e o Comando Provincial da Polícia Nacional.



Figura 66 - Fotografia da edificação do Cine Estúdio Namibe.

Fonte: Autor, 2021.

De acordo com a memória descritiva do projeto, elaborado pela empresa BOPER Gabinete de Arquitetura, em 1973, o proprietário solicitou um cinema com capacidade para 400 lugares, dotado do máximo conforto interior, dispondo de um pequeno bar, escritórios para a administração e espaços para arrumos, e o enquadramento de um restaurante de luxo. Também foi solicitada a construção de um parque de estacionamento privativo que, numa segunda fase posterior daria lugar a um centro comercial ou supermercado, definindo que o conjunto do mesmo fosse concebido em linhas arrojadas e modernas.

” Embora à primeira vista a forma cupulóide pareça surgir com aspeto esteticamente um tanto pesado, na realidade tal não acontece” (BOPER, 1973).



Figura 67 - Mapa e fotografia da edificação do Cine Estúdio Namibe.

Fonte: Mirian Jardim, 2019.

A obra do Cine Estúdio Namibe nunca foi concluída em virtude dos conflitos armados em 1975, que culminaram com a independência de Angola a 11 de Novembro do mesmo ano. Após 11 anos, o processo do Cine Estúdio foi a tribunal por reivindicação do filho de um dos sócios, mas na altura o mesmo perdeu a causa devido ao estado de abandono do edifício, nos termos do artigo 2133º, conjugado com o artigo 1267º, ambos do Código Civil de Angola. Sob posse do Governo Provincial do Namibe, de 2011 a 2020 o mesmo foi cedido a três empresas para a sua conclusão mas, por falta de recursos financeiros, as mesmas não concretizaram o projeto.

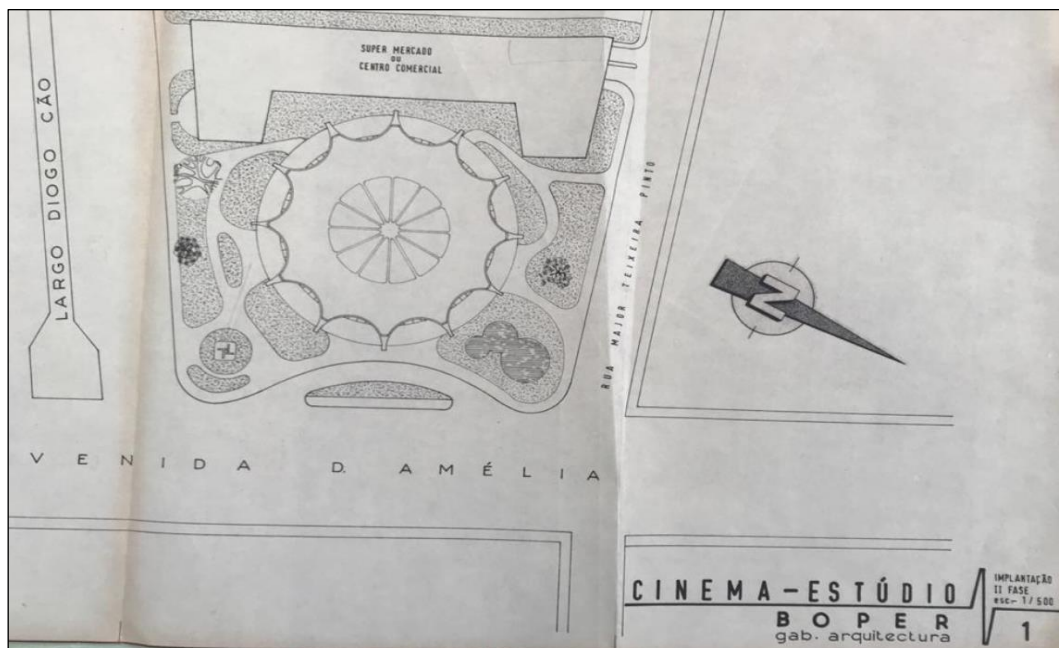


Figura 68 - Implantação do Cine Estúdio.

Fonte: Arquivos do Governo Provincial do Namibe, 2021.

O projeto inicial foi concebido para ocupar o quarteirão todo, como ilustrado na implantação geral, embora em virtude dos fatos mencionados apenas tenha sido construída a estrutura central do Cinema. Toda a parte de paisagismo, bem como o supermercado e o centro comercial, não chegaram a ser executados.



Figura 69 - Perspetiva do Cine Estúdio.

Fonte: Arquivos do Governo Provincial do Namibe, 2021.



Figura 70 – Isometria, planta e fotografias do interior do Cine Estúdio.

Fonte: Arquivos do Governo Provincial do Namibe; Autor, 2021.

O Governo Provincial do Namibe concluiu no passado mês de Maio de 2021, os Termos de Referência para abertura de um Concurso Internacional para a Conceção do Projeto, Reabilitação e Exploração do Cine Estúdio no Município de Moçâmedes. Paralelamente no dia 13 de Julho de 2021, o consórcio constituído pelas empresas Toyota Tsusho Corporation e a TOA Corporation, construirão o projeto de desenvolvimento integrado da baía de Moçâmedes, que prevê a ampliação do parque de contentores do porto comercial e a construção da nova ponte do porto mineraleiro, num período de 36 meses, orçamentado em 600 milhões de Dólares norte americanos, e como contrapartida social os mesmos comprometem-se à reabilitação e conclusão do Cine Estúdo.

4.8. INQUÉRITO

No processo da presente investigação, realizou-se um inquérito de opinião de modo a fazer um diagnóstico realístico da situação do centro histórico de Moçâmedes, e propor recomendações exequíveis, tendo os munícipes o protagonismo que merecem. Essas contribuições poderão servir como contributo para o Estado elaborar um Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, por forma a ajudar a Administração Municipal de Moçâmedes a intervir no património histórico e arquitetónico de Moçâmedes. O inquérito pode ser encontrado no seguinte link:

<https://forms.gle/GC57yQkKfe8LrUaM9>

4.9. RESULTADOS

Foram inqueridas 59 pessoas, porém, alguns deixaram algumas perguntas em branco. O *link* foi enviado para maior número possível de pessoas, destacando a maior adesão dos homens, correspondente a 72,4% dos que responderam.

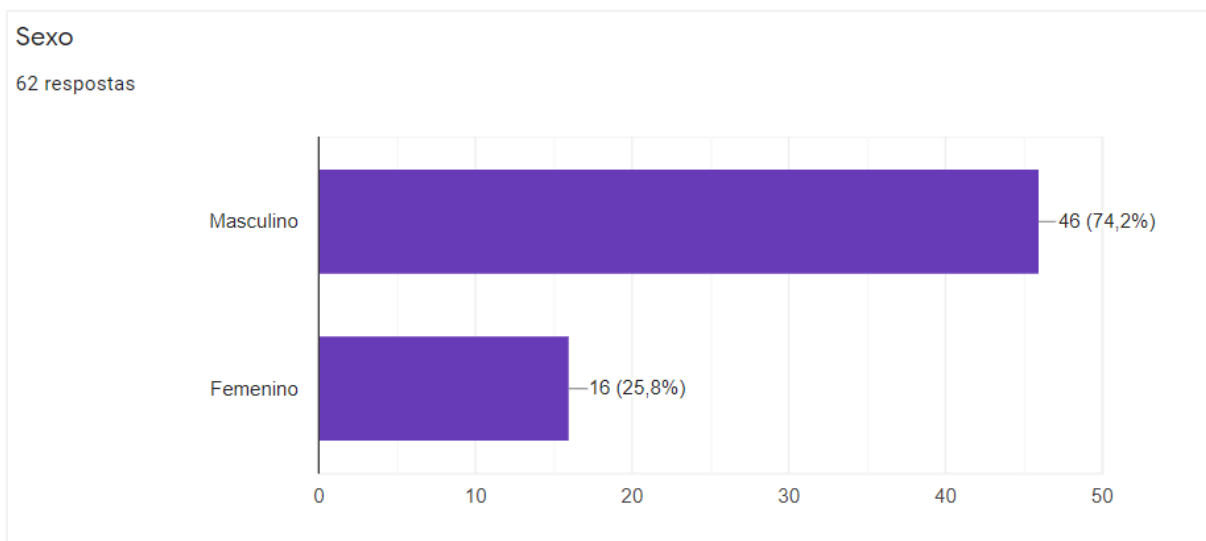


Figura 71 - Gráfico que representa o género dos inquiridos.

Fonte: Inquérito, 2021.

Em relação à faixa etária, 35,3% das pessoas que responderam estão no intervalo de 30 a 49 anos de idade. Já a que menos aderiu o inquérito está acima dos 65 anos, justificado pelo facto de ser o grupo com menos acesso à internet. Destaca-se ainda a situação da pandemia da covid-19, como um ponto que condicionou os contactos presenciais, reconhecendo-se que essa vertente será posteriormente ser realizada na fase da preparação do Plano de Ação, de forma a complementar a diversidade de inquiridos e promover um maior envolvimento dos cidadãos.

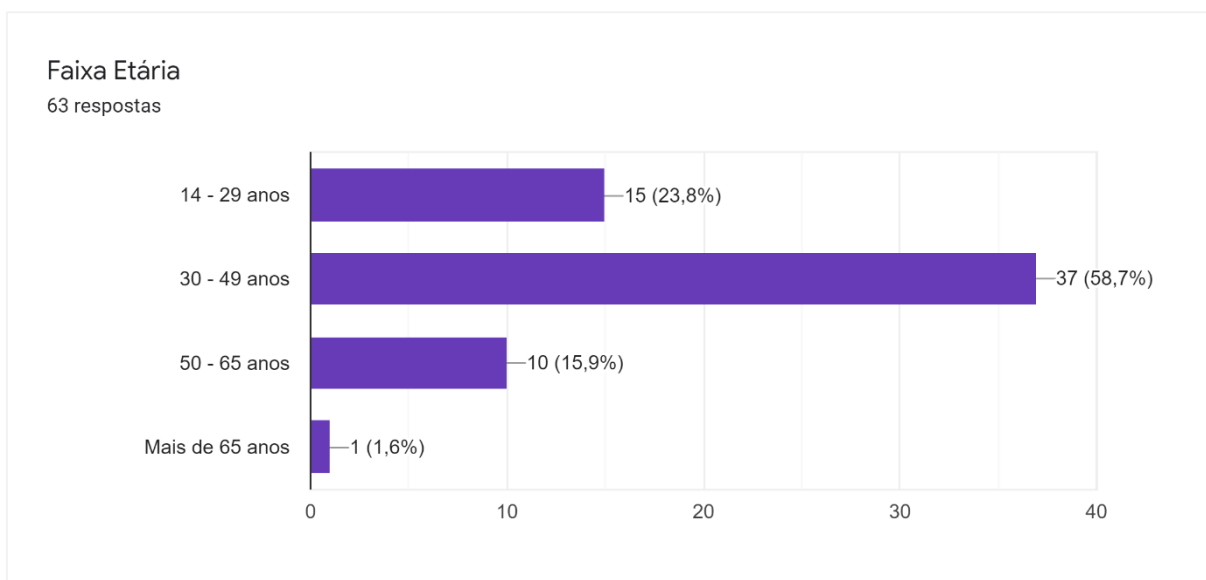


Figura 72 - Gráfico que representa a faixa etária.

Fonte: Inquérito, 2021.

Sobre a escolaridade, destacam-se com 74,6% os licenciados, e os mestres com 15,3% dos inquiridos. É importante realçar esse indicador para se perceber o nível de análise, bem como a maturidade crítica dos inquiridos.

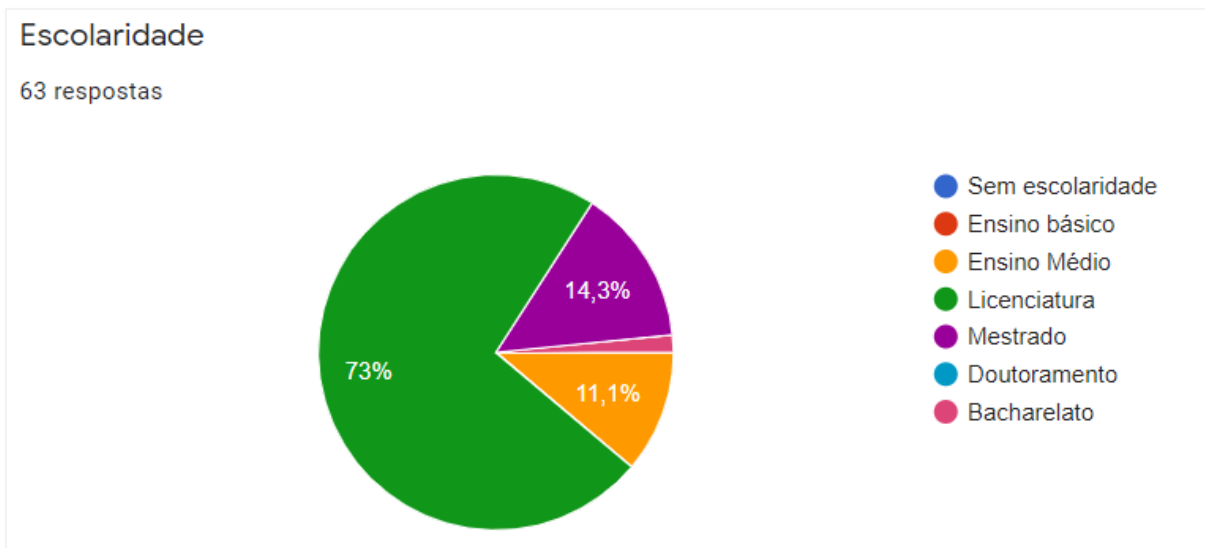


Figura 73 - Gráfico que representa a escolaridade dos inquiridos.

Fonte: Inquérito, 2021.

Relativamente à intervenção no centro histórico, foi unânime a intenção de uma mudança, o que contribui para comprovar a hipótese do declínio nessa área, e a necessidade de intervenção na mesma.

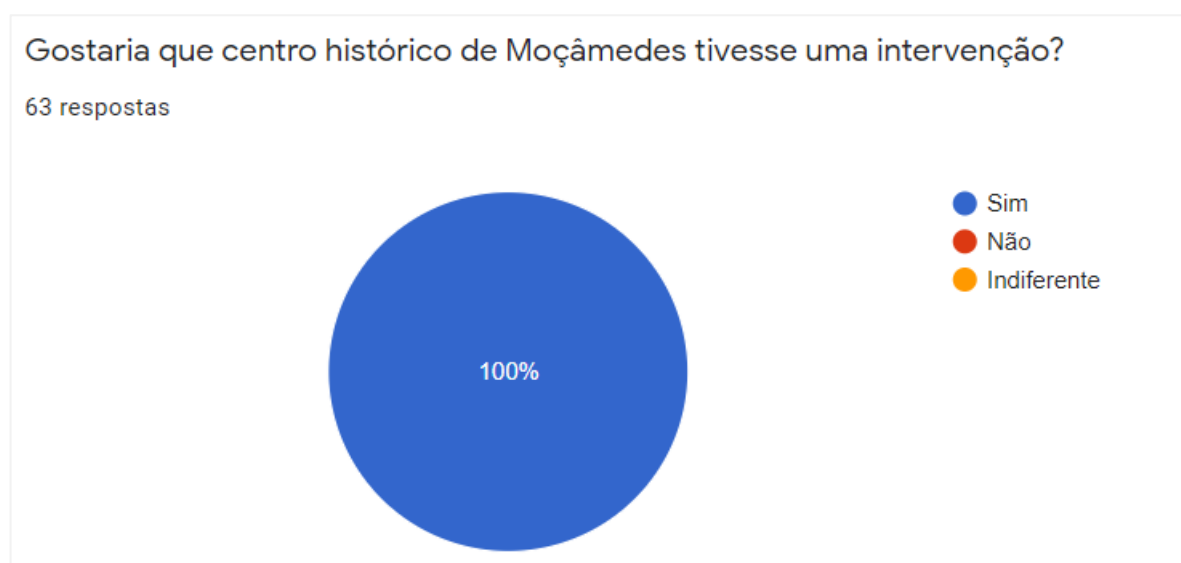


Figura 74 - Gráfico que representa à intenção de intervenção no centro histórico de Moçâmedes.

Fonte: Inquérito, 2021.

Tal Assim como especificado na problemática do trabalho, o inquérito mostrou que realmente as edificações constituem a maior preocupação relativamente a uma intervenção no centro histórico de

outros trabalham fora do centro ou não tiveram em conta a delimitação do centro histórico contida no inquérito.

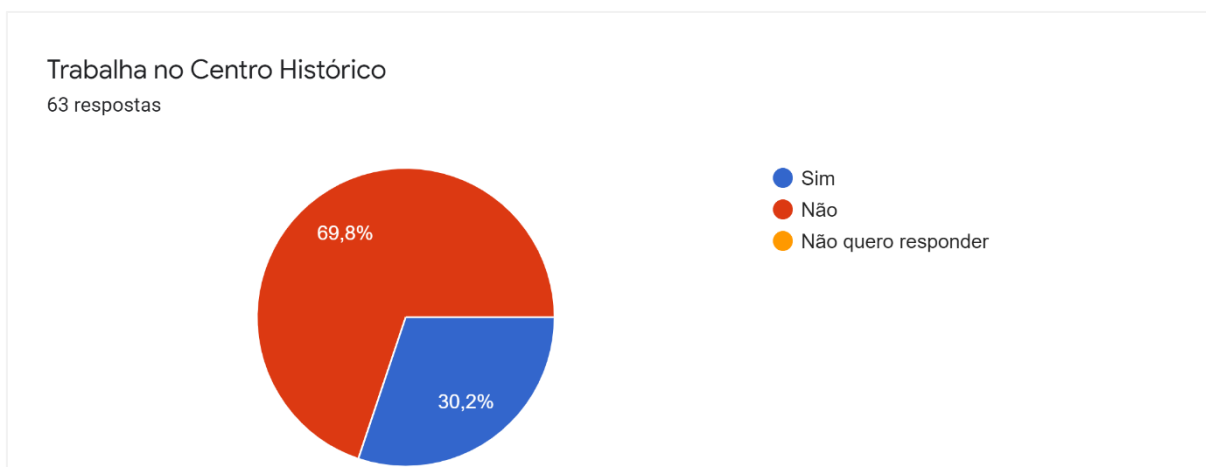


Figura 77 - Gráfico que representa a localização do trabalho
Fonte: Inquérito, 2021.

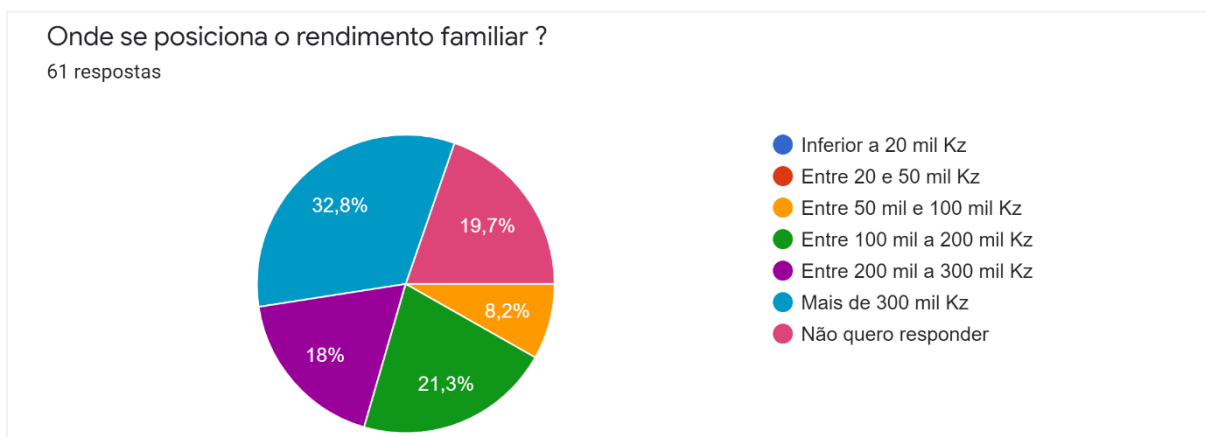


Figura 78 - Gráfico que representa o rendimento familiar
Fonte: Inquérito, 2021.

Para se ter uma melhor perceção sobre o rendimento familiar, bem como o custo de vida em Angola, é importante se analisar o custo médio de vida.

O salário mínimo em Angola varia por setores, de acordo o Decreto Presidencial nº 89/19, de 21 de março de 2019.

Quadro 10 - Salário mínimo por setores em Angola

Setores	Valor mensal (Kwanzas)
Agricultura	21.454,00
Transportes serviços, e Indústria Transformadora	26.817,00
Comércio e Indústria extrativa	32.181,00

Considerando a taxa de Câmbio do Banco Nacional de Angola, do dia 16 de Julho de 2021, 1 euro corresponde a 780 kwanzas. Um almoço num restaurante de padrão médio rondaria em torno de 3.000 (três mil kwanzas), o que corresponde a 3,85 euros.

Como representado na figura nº 80, 33,3% dos inquiridos estão enquadrados no valor superior aos 300 mil kwanzas mensais.

O inquérito demonstra a pouca adesão da população com menores capacidades económicas, reconhecendo-se a sensibilidade da pergunta, alguns inquiridos correspondentes a esses escalões, optaram por não responderem a essa pergunta, diante disso, destacam-se a falta de internet, as restrições na mobilidade e o recolher obrigatório em virtude da pandemia covid-19, como condicionadores da não participação dos escalões de menor rendimento económico, mas essa limitação poderá ser ultrapassada no futuro através de um processo de participação mais abrangente com tempo e recursos próprios, diferente dos disponíveis nesta investigação para a presente dissertação.

MOÇÂMEDES ATUAL

Namibe foi eleita pelo Governo angolano como a província piloto para o desenvolvimento do turismo em Angola. Adicionalmente, o Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitetura da Universidade Lusíada de Angola (CEICA), desenvolveu o Plano Estratégico de Desenvolvimento para os Centros Histórico de Angola (PEDCHA), que identificou o centro histórico de Moçâmedes como parte das doze zonas históricas e sítios de Angola. Pela sua arquitetura e história que pouco têm sido valorizadas, Moçâmedes foi uma das cidades mais importantes por ser um ponto estratégico na comercialização e tráfico de escravos, pela sua localização e pelo seu porto, recebeu alguns investimentos nomeadamente, escolas, hospitais, grandes residências, comércio, serviços. Adicionalmente, foi um dos principais destinos dos portugueses na época. No entanto, há motivos suficientes para valorizar e tirar partido de toda a potencialidade histórica e cultura existente naquela zona.

Moçâmedes, nos últimos anos, tem vivido momentos de transformação na sua morfologia urbana, nos seus hábitos, e vivências. Esta mesma cidade tem se destacado nos últimos anos, com programação e lançamentos em carteira de projetos de impacto social, como forma de dinamizar a economia regional e atrair o turismo, dentre os quais destacam-se o Projeto de Desenvolvimento Integrado da Baía de Moçâmedes, lançada a primeira pedra no dia 13 de Julho de 2021, contempla a reabilitação ampliação do parque de contentores do porto comercial e a construção da nova ponte do porto mineralero; Proposta para exploração de Petróleo no Namibe, encontrando-se na fase de consultas públicas e estudos de impacto ambiental.

Esses projetos, bem como os seus investimentos, têm causado algumas transformações na cidade. Várias empresas têm adquirido imóveis, e em alguns casos quarteirões que se mantêm degradados e fechados por alguns anos, com o fito de uma futura valorização. O valor do metro quadrado em Moçâmedes após o anúncio desses projetos aumentou significativamente.

Os quarteirões da zona central de Moçâmedes foram ocupados por instituições públicas, privadas, serviços e residências. Algumas das mesmas foram extintas, mas o seu património permanece, transformando-se em moradia dos ex-trabalhadores e em alguns casos dos seus filhos e netos, (como o caso do edifício do Banco de Angola).

Outro caso de realce é o quintalão do Camucolo, que ocupa uma área de 2.654 metros quadrados, consistindo em instalações pertencentes à empresa portuária do Namibe, onde moravam ex-trabalhadores oriundos de outras províncias, e que hoje alberga mais de 50 famílias.

Esses fenómenos têm causado alguns constrangimentos na cidade, fomentando uma imagem de degradação, a superlotação dos quarteirões, bem como a falta de salubridade nos mesmos, mostrando a cada dia a acentuação do declínio.

5

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo analisar os resultados obtidos no estudo comparado da revisão da literatura, bem como nos caminhos percorridos e nas experiências obtidas por outros países. Neste sentido, partindo do entendimento do conceito da regeneração urbana e o estado de declínio vivido pela cidade de Moçâmedes, algumas hipóteses serão levantadas como resultados do estudo realizado.

Durante a elaboração dessa pesquisa, constatou-se a existência de literatura que retrata a temática do declínio urbano e dos centros históricos em particular, que ganhou força no período pós-segunda guerra mundial. A literatura analisada define os centros históricos como a área de origem das cidades, que apresentam variações e ciclos no decurso da sua evolução. No caso de Moçâmedes, em virtude do seu estado, há necessidade de uma intervenção sustentável, onde se enquadrem os processos multidimensionais de regeneração urbana, por ser uma abordagem mais abrangente e integradora, que congrega e acautela todos aspetos sociais, físicos, económicos e ambientais.

No geral a literatura estudada apresenta o declínio como a combinação de fatores negativos numa determinada área, tais como: falta de emprego, desigualdade social, criminalidade e degradação dos edifícios. As suas causas variam em cada contexto, mas podem estar ligadas com a inação das instituições, as dinâmicas da população ou tendências espaciais e imobiliárias.

Os resultados dos inquéritos demonstram que o centro histórico de Moçâmedes vive um período de declínio, e que questões ligadas à degradação dos edifícios, das ruas e dos jardins foram os itens apontados como os mais críticos do centro histórico. O mesmo foi perentório sobre a necessidade de uma intervenção no centro histórico de Moçâmedes: 98,21% dos inquiridos, desde dirigentes locais ea cidadãos comuns, defendem essa necessidade.

Em Angola, onde é recorrente o padrão de ocupação dos anexos dos pais, pelas gerações mais novas, a média do agregado familiar em Angola varia em torno de seis pessoas, os quintais transformam-se em quintalões, e elevam sobremaneira a densidade populacional nessas zonas e consequentemente na zona central. Como consequência disto, surgem questões de insalubridade e sanitárias, associadas à degradação progressiva das edificações.

A literatura mostra que a evolução da regeneração urbana está ligada aos conceitos de Renovação urbana, Reabilitação urbana, Revitalização urbana e Requalificação urbana. Todos esses conceitos fazem referência à intervenção na cidade, uns na dimensão mais física, outros integrando mais dimensões, mas todos contribuíram de alguma maneira para o surgimento da noção de “regeneração

urbana”, que é mais agregador e congrega todos os fatores que melhor respondem aos desafios da cidade e sociedade atual.

Por um lado, a intervenção urbana que estabelece como prioridade o estímulo ao desenvolvimento económico e o investimento privado das cidades, e reutilizar os terrenos e edifícios urbanos abandonados e vagos. Procura estabelecer parcerias para a materialização da regeneração urbana, juntamente com o controlo democrático e a participação da comunidade.

Por outro lado, a que se ter atenção na conceção e implementação da regeneração urbana, assim como defendem os autores, Couch (1990) e Kua (2011), privilegiam as dimensões mais económica e física do que a social. Essa última dimensão deve ser acautelada em qualquer Plano de intervenção do género, sob pena de resultarem processos de gentrificação e exclusão social.

Com a pesquisa foi possível perceber que a regeneração urbana, quando sensível ao contexto e às necessidades específicas, oferece ganhos e melhorias para uma determinada zona ou até mesmo cidade. Diferentemente do que acontece quando se privilegia mais um setor do que outro, é importante que o processo seja mais integrador e que os aspetos económicos, sociais, físicos e ambientais se congreguem e garantam o desenvolvimento sustentável da zona.

No caso específico de Moçâmedes, o uso de instrumentos de recolha de dados, como o uso de um inquérito foram de grande valia para a obtenção dos resultados, com base nos quais foi possível perceber que a intenção dos dirigentes da Província do Namibe, em particular da cidade de Moçâmedes, vai ao encontro dos anseios da população. Ou seja, ambos entendem que há necessidade de intervenção física para o relançar económico e social do centro histórico da cidade. Acredita-se que tudo isso despertará o interesse da população local, assim como para conhecer em cada vez mais a história e cultura da cidade.

6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a importância da regeneração urbana como forma de rebuscar a história e cultura de uma cidade perante um centro urbano em declínio procurando demonstrar-se que a regeneração urbana, quando aplicada considerando as dimensões física, económica, social e ambiental, poderá incitar o interesse da vivência, história e cultura de uma área.

A metodologia usada na elaboração da dissertação obedeceu a pesquisa e revisão da literatura, estudo comparado de regeneração urbana em vários contextos, caracterização, realização de inquérito, e contextualização do centro histórico de Moçâmedes, e por final na análise dos resultados e na produção de recomendações.

No caso particular de Moçâmedes, o centro foi mais desfrutado e vivenciado quando, as pessoas saíam de casa para ver a Avenida Eduardo Mondlane de noite, onde havia fontes de água com iluminação colorida, e a zona central era conhecida pela sua beleza e elegância. Percebe-se que hoje essa zona perdeu esse encanto e com isso o interesse das pessoas em permanecerem nela. O trabalho também demonstrou que a degradação dos edifícios e a superlotação e precariedade nos quintalões têm aumentando a insegurança e insalubridade nessa área, e desincentivado a permanência das pessoas nela, sendo necessário encontrar formas de qualificar estas áreas, envolvendo os residentes na melhoria destes espaços.

O primeiro objetivo específico consistiu em conceptualizar e debater a noção de centro histórico em declínio, e percebeu-se que o declínio é causado por vários fatores nomeadamente, físicos (degradação dos imóveis, ruas, largos, praças), económicos (perda de atividades comerciais, serviços e lazer), e sociais (desemprego, perda do poder de compra).

O segundo objetivo específico consistiu em discutir a ideia de regeneração urbana, e por meio dela percebeu-se não existir um modelo único de abordagem, como demonstrado nas experiências comparadas no contexto britânico, francês e alemão. Ficou também evidente que, quando a regeneração urbana não é aplicada nas suas múltiplas dimensões, ocasiona outras consequências para a área regenerada, como os processos de turistificação e gentrificação, causados pelo privilégio da dimensão económica sobre a social.

O terceiro objetivo específico consistiu em analisar a implementação da regeneração urbana como forma de rebuscar a história e cultura de uma cidade perante um centro urbano em declínio, e

percebeu-se que uma zona em declínio não é atrativa e instiga o desinteresse das pessoas em vivenciá-la. Hoje o centro histórico é pouco vivenciado e as pessoas conhecem menos a história do centro, os edifícios históricos e os conjuntos arquitetónicos e pontos emblemáticos dessa zona.

A pesquisa partiu da hipótese de que as estratégias de regeneração urbana multidimensionais podem incitar o interesse da vivência, da história e da cultura de uma área: Durante o trabalho descobriu-se que o centro histórico de Moçâmedes, com a perda de atratividade e uso a população passou também a saber menos da sua história.

Destacam-se as limitações na recolha de dados, o pouco acesso a internet foi uma das condicionantes, ainda assim, ainda que insuficientes, foram realizar algumas entrevistas para contrapor essa limitação.

6.2. RECOMENDAÇÕES

Ao longo da pesquisa, surgiram alguns aspetos que se julgam importantes e não foram explorados pela falta de tempo. Trata-se do pouco uso dos espaços públicos pelos cidadãos locais, hipótese que aponta para a falta de equipamentos públicos, questões culturais, e outras. Por exemplo, a cidade de Moçâmedes tem o pôr do sol quase todo ano, mas não há o interesse, como em outras paragens, em usufruir dele¹. Logo, levanta-se essa problemática por julgar que influencia de alguma maneira o interesse das pessoas na cidade, acredita-se ainda que, quanto mais as pessoas viverem a cidade, maior preocupação terão com ela.

Este trabalho contribuirá de alguma maneira para o meio académico, como ponto de partida para outras eventuais pesquisas sobre regeneração urbana e em particular no centro histórico de Moçâmedes. Reconhece-se a falta de literatura sobre esse caso específico, mas com a colaboração das instituições públicas locais, bem como a comunidade académica contribuirá para a concretização do início dessa abordagem. No futuro acredita-se que outros estudantes, investigadores e instituições do Estado poderão ter interesse em dar sequência. A pesquisa procurou atingir o objetivo estabelecido, nunca em busca de uma verdade absoluta, mas de forma aberta a discussões e interpretações.

Ao longo do trabalho foram elencados fatores causadores do declínio no centro histórico de Moçâmedes, bem como várias potencialidades existentes. Ainda assim, julga-se não serem ainda exaustivos, e poderão ser desenvolvidos com o trabalho que a Administração Municipal de Moçâmedes está a levar a cabo, sobre a retoma dos imóveis ociosos a favor do Estado, recomenda-se analisar a adoção de políticas usadas por outras cidades adaptadas ao contexto local relacionadas com parcerias entre diferentes atores e com a descentralização administrativa dando poder de decisão às autoridades locais em políticas urbanas.

Uma vez que o autor da pesquisa trabalha no Governo Provincial do Namibe, desempenhando a função de assessor da Excelentíssima vice-governadora para os serviços técnico e infraestruturas do Namibe, membro da equipa de análise do Plano de Ordenamento do Território do município de Moçâmedes, agregando as experiências vivenciadas e adquiridas no mestrado e em particular na dissertação, foi possível construir um outro olhar para cidade, e tecer as seguintes recomendações:

¹ Neste caso, retrato-me na primeira pessoa, para provar esse fato, na época de verão na cidade do Porto, desfrutava com bastante frequência o pôr do sol no Jardim do Morro, já em Moçâmedes, apesar de tê-lo bem na janela do escritório não tenho tanto interesse de vê-lo.

1. Uma vez que a descentralização administrativa em Angola foi instituída, e a sua materialização está para breve, isso refletirá no empoderamento e autonomia das políticas dos municípios, defendendo-se que essa autonomia municipal deve refletir-se nas políticas públicas urbanas.
2. Tendo sido identificado o declínio do centro histórico de Moçâmedes, antes de qualquer intervenção, é necessária a elaboração de um Plano de Salvaguarda, com estratégias definidas de intervenção;
3. O processo de regeneração urbana deve ser operacionalizado de acordo com às estratégias definidas no Plano de salvaguarda, e o mesmo deve ser integrador, adotando as dimensões física, social, económica e ambiental.
4. Inculcar na sociedade, nos diversos enquadramentos e em particular no ensino escolar, o estudo e visitas ao património histórico construído por forma a valorizá-lo e incentivar a vivência da cidade.
5. Rebuscar a história e a cultura da cidade por meio de visitas aos conjuntos e exemplares de património edificado, definindo rotas e percursos históricos sobre o processo e evolução da ocupação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, M. Barros. *Limites e possibilidades: a relação edifício/cidade da Avenida Paulista*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2007.

Antunes, M., S., Couto. *O comunitário e a reabilitação urbana : Centro de Proximidade de Belém*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, 2012.

Azevedo, José Manuel. *A colonização do Sudoeste Angolano, do deserto do Namibe ao Planalto da Huíla, 1849-1900*. Tese doutorado em História, Universidade de Salamanca, 2014.

Beauregard, R., A. *Voices of Decline: The Postwar Fate of US Cities*. Wiley–Blackwell, Cambridge, 1993.

Brandão, C., A., L. *As cidades da cidade*. Ufmg, Belo Horizonte, 2006.

Bearegard, R., A. *Voices of Decline: The Postwar Fate of U.S. Cities*. Routledge, New York, 2012.

Berry, J. L. Brian. *Urbanization and counterurbanization*. Sage Publications, Califórnia, 1976.

BNA. *História do Banco Nacional de Angola*. (https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=168&idl=1. Acesso em : 02 maio. 2021.

Cheshire, P., D., Hay. *Urban Problems in Western Europe: An economic analysis*. Routledge, London, 1989.

Clark, David. *Urban Decline*. Routledge, Londres, 1989.

Couch, chris. *Urban renewal: theory and practice*. Palgrave Macmillan, New York, 1990.

Carlos, A., F., Alessandri. *A cidade*. Contexto, São Paulo, 2009.

Couch, C., Fraser, C., Percy, S. *“Urban Regeneration in Europe”*, Blackwell Publishing. Oxford, 2003.

Couch, Chris, Olivier Sykes, and Wolfgang Bo. *Thirty Years of Urban Regeneration in Britain, Germany and France : The Importance of Context and Path Dependency*. Elsevier, Liverpool, 2011.

Cruz, P.o F. Fernandes. *Regeneração Urbana de Centros Históricos O Caso do Alentejo Litoral*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2015

Caixa Geral de Depósitos. *A Presença do Banco Nacional Ultramarino em Angola 1865 – 1926*. (<https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Patrimonio-em-destaque/Documents/Filial-do-BNU-no-Angola.pdf>). Acesso em: 25 maio 2021.

Direção-Geral do Ordenamento e Desenvolvimento do Território Urbano (DGOTDU). *Vocabulário do Ordenamento do Território, volume 5 de Coleção Informação*. Lisboa, 1998.

Direção-Geral do Ordenamento e Desenvolvimento do Território Urbano (DGOTDU). *Vocabulário do Ordenamento do Território, volume 5 de Coleção Informação*. Lisboa, 2000.

Freire, A. F. Rodrigues. *Reabilitação urbana no centro histórico do Porto : reabilitação no centro histórico do porto*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, 2015

GEHL, Jan. *Cidade para Pessoas*. Perspectiva, São Paulo, 2013.

Governo Provincial do Namibe. *Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Província do Namibe para o Período 2013-2017*. Moçâmedes, 2013.

GB Consultores reunidos. *Plano Diretor de Moçâmedes*. Moçâmedes, 2013

Governo de Angola. *História de Angola*. (<https://governo.gov.ao/ao/angola/a-historia/>). Acesso em : 06 mar. 2021.

Hoekveld, Josje J. “*Understanding Spatial Differentiation in Urban Decline Levels Understanding Spatial Differentiation in Urban Decline Levels*.” *European Planning Studies*, 2014

Jardim, Marian. *A Fortaleza e a Avenida da República*. (<https://mossamedes-do-antigamente.blogspot.com/2013/12/mossamedes-mocamedes-namibe-ate-aos.html>). Acesso em : 02 maio 2021.

Kooiman, J. *Governing as governance*. Sage Publications, London, 2003.

Kua, Harn. *Addressing a Missing Element in The Toledo Declaration with Industrial Ecology*. National University of Singapore, Singapore, (2011).

- Lang, Thilo. *Insights in the British Debate About Urban Decline and Urban Regeneration*. 2005. (http://www.irs-net.de/download/wp_insights.pdf). Acesso em : 28 maio 2021
- Magalhães, A. A. *Reabilitação Urbana em Lisboa : Uma abordagem ao Núcleo Antigo da Cidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, 2000.
- Moreira, R. João. *Regeneração urbana como plataforma para a revitalização funcional dos centros urbanos : o caso das atividades criativas*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2015.
- Marques, A., R., de Souza. *Conceitos : centro histórico, núcleo histórico e conjuntos*. 2013. (<http://proteuseducacaopatrimonial.blogspot.com/2013/07/conceitos-centro-historico-nucleo.html>). Acesso em: 27 maio 2021
- Mendelsohn, S., Mendelsohn, J. *Sudoeste de Angola: um retrato da terra e da vida*. Arte e Ciência, Porto, 2018.
- Moraes, L., C., Marques. *Declínio Urbano e Estratégias Locais de Regeneração Urbana : O caso de Béziers, França*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2019.
- Mendes, J. *Gentrificação e turistificação em Lisboa*. 2019. (http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/275/original/emetropolis35_entrevista.pdf?1543628773). Acesso em : 30 jun. 2021.
- Pérez Bazán C. e Sabaté Bel J. *Barcelona no Tiene Vacaciones Análisis del turismo urbano en Barcelona y su interacción con las medidas implementadas en el Raval*. 2017. (<https://upcommons.upc.edu/handle/2117/108933>). Acesso em : 30 jun. 2021.
- Roberts, P., Sykes, H. *Urban regeneration : A handbook*. Sage Publications Ltd., London, 2000.
- Salgueiro, T., Barata. *Oportunidades e Transformação na Cidade Centro*. 2005. (<https://revistas.rcaap.pt/finiserra/article/view/1460>). Acesso em : 27 maio 2021.
- Rodrigues, C., Candeias, D., Fernandes, J., Fonte M., Rodrigo P. *Enquadramento histórico e urbanismo de Moçâmedes*. (<https://hpiip.org/pt/Contents/Place/556>) Acesso em: 05 fev. 2021.
- Salvador, C., Rodrigues, C. *Viagem no Deserto Namibe, Angola*. Ipad, Lisboa, 2010.

Soares, T. C. V. *Requalificação Urbana, Perspectiva do Planeamento Sustentável : Aplicação ao Aglomerado de Algueirão-Mem Martins*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

Serdoura, F. *A Reabilitação da Baixa Pombalina de Lisboa. Uma Estratégia para a Sustentabilidade Ambiental e Económica* 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322989043_A_Reabilitacao_da_Baixa_Pombalina_de_Lisboa_Uma_Estrategia_para_a_Sustentabilidade_Ambiental_e_Economica). Acesso em: 15 maio 2021.

SRU - Porto Vivo. Mouzinho/Flores – *Um Eixo de Mudança para o Centro Histórico*. 2014. (<<http://www.portovivosru.pt/mouzinho/flores/index.php?m=47>>). Acesso em: 20 Junho 2021.

Sanmartín, J. *Análisis del discurso, ideología y neologismos: 'turismofobia', 'turistización' y 'turistificación' en el punto de mira*. 2019. (https://www.researchgate.net/publication/333466961_Analisis_del_discurso_ideologia_y_neologismos_'turismofobia'_-'turistizacion'_y_'turistificacion'_en_el_punto_de_mira). Acesso em : 30 jun. 2021.

Site Oficial do Governo de Angola (<https://governo.gov.ao/ao/angola/a-historia/>). Acesso em : 10 mar. 2021.

Sebastião, A., S., C. *Centros históricos - Evolução de paradigmas e desafios futuros*. (https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3862/8/igotul000916_tm_3.pdf). Acesso em: 20 maio 2021.

Sell, A. *Era uma vez um Centro Histórico*. (<http://www.adelisell.com.br/artigo/4-era-uma-vez-um-centro-historico>). Acesso em: 20 maio 2021.

Torres, M., J., M. *O distrito de Moçâmedes: nas fases de origem e primeira organização (I volume)*.. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1974.

Vargas, H. Comin, Castilho, A. L. Howard. *Intervenções em centros urbanos: Objetivos, estratégias e resultados*. Manole, São Paulo, 2015.

Vosgueritchian, A., Bazarian. *Infraestrutura e projeos de regeneração urbana*. São Paulo. Doutoramento, Universidade de São Paulo, 2015.

Zau, Filipe. *Angola : trilhos para o desenvolvimento*. Universidade Aberta.Lisboa, 2002.

ANEXOS

Inquérito sobre a Estratégia de Reabilitação Urbana em Centros Históricos – o caso de Moçâmedes

Este inquérito é parte de um trabalho para obtenção do grau de Mestre em Planeamento e Projeto Urbano, do Domilde Costa Kuenhe Pombal, estudante da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto-PT, com contato telefónico: 00244 929035943 e e-mail:

domilde@gmail.com.

Tendo o tema de pesquisa: Estratégia de Reabilitação Urbana – O Caso do Centro Histórico de Moçâmedes (Angola), como forma de rebuscar a história e a cultura da cidade. Neste sentido, e por formas a fazer um diagnóstico realístico da situação do centro histórico de Moçâmedes, e propor diretrizes exequíveis, e com a participação dos munícipes. Essas contribuições servirá como contributo para o Estado elaborar um Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, por forma a ajudar a Administração Municipal de Moçâmedes a intervir no património histórico e arquitetónico de Moçâmedes.

Delimitação da Área de Estudo (Centro Histórico)



Nome

Sua resposta



Sexo

☐ Masculino☐ Femenino

Faixa Etária

☐ 14 - 29 anos☐ 30 - 49 anos☐ 50 - 65 anos☐ Mais de 65 anos☐ Outro:

Escolaridade

☐ Sem escolaridade☐ Ensino básico☐ Ensino Médio☐ Licenciatura☐ Mestrado☐ Doutoramento☐ Outro:

Quais são os pontos fortes do centro histórico de Moçâmedes

Sua resposta
.....

Quais são os pontos fracos do centro histórico de Moçâmedes

Sua resposta

Gostaria que centro histórico de Moçâmedes tivesse uma intervenção?

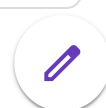
- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Indiferente
- ☐ Outro:

Que tipo de intervenção gostaria que o centro histórico de Moçâmedes tivesse?

- ☐ Intervenção nas edificações
- ☐ Intervenção nas ruas (passeios e estradas)
- ☐ Intervenção nos largos e praças
- ☐ Indiferente
- ☐ Outro:

Trabalha?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não quero responder
- ☐ Outro:



Trabalha no Centro Histórico

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não quero responder
- ☐ Outro:

Profissão

Sua resposta

Cargo que ocupa

Sua resposta

Onde se posiciona o rendimento familiar ?

- ☐ Inferior a 20 mil Kz
- ☐ Entre 20 e 50 mil Kz
- ☐ Entre 50 mil e 100 mil Kz
- ☐ Entre 100 mil a 200 mil Kz
- ☐ Entre 200 mil a 300 mil Kz
- ☐ Mais de 300 mil Kz
- ☐ Não quero responder
- ☐ Outro:



Como vê o centro histórico de Moçâmedes ?

Sua resposta

Que tipo de centro histórico gostaria para Moçâmedes?

Sua resposta

Página 1 de 1

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

